

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Os Cinco Lugares de Impacto da Exclusão/Inclusão Social
(Corpo, Trabalho, Cidadania, Território e Identidade)

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Águeda da Encarnação Santos Figueira

Orientador: Professor Doutor José Luís de Almeida



Vila Real, 2013

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Os Cinco Lugares de Impacto da Exclusão/Inclusão Social
(Corpo, Trabalho, Cidadania, Território e Identidade)

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Águeda da Encarnação Santos Figueira

Orientador: Professor Doutor José Luís de Almeida



Vila Real, 2013

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Os Cinco Lugares de Impacto da Exclusão/Inclusão Social
(Corpo, Trabalho, Cidadania, Território e Identidade)

Dissertação de Mestrado em Serviço Social

Nome do candidato

Águeda da Encarnação Santos Figueira

Orientador

Professor Doutor José Luís de Almeida

Composição do Júri:

Vila Real, 2013

Dissertação de Mestrado
elaborada com vista à
obtenção do grau de Mestre
em Serviço Social

Agradecimentos

Agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que eu conseguisse atingir os meus objetivos e a realizar mais esta etapa da minha formação académica.

Ao Professor Doutor José Luís de Almeida expresso o meu agradecimento pela orientação e apoio, que em muito elevaram os meus conhecimentos.

Ao Doutor José Luís Viveiros um enorme agradecimento pelo apoio que me deu ao longo da realização desta dissertação.

Ao Doutor Emanuel e à Doutora Cátia agradeço por permitirem e me ajudarem a encontrar as pessoas que vieram a ser entrevistadas.

A todas as pessoas que contribuíram permitindo que eu fizesse as minhas entrevistas, que embora sejam anónimas, um muito obrigado.

Ao Francisco um agradecimento especial pelo apoio e carinho diários, pela transmissão de confiança e força, em todos os momentos.

À minha família, em especial à minha mãe e aos meus irmãos um enorme obrigado por acreditarem sempre em mim e por todos os ensinamentos de vida.

Muito Obrigada!

Índice geral

Introdução	1
Capítulo I – As entrelinhas da exclusão e inclusão social	
1. Globalização e flexibilidade do mercado de trabalho	3
2. Sociedade de risco	8
3. Desigualdades sociais	12
4. Pobreza	14
5. Direitos e políticas sociais	22
6. Desemprego	30
Capítulo II – Moldura conceptual e analítica dos mecanismos de exclusão/inclusão social	
1. Conceito de exclusão social/inclusão social	35
2. Conceitos associados à exclusão social	45
3. A Teoria da correlação de forças	48
4. Serviço Social, ação social e exclusão	50
5. Os cinco lugares de impacto de exclusão/inclusão social (corpo, trabalho, identidade, território e cidadania)	56
Capítulo III – Metodologia	
1. Opções metodológicas	63
2. Estratégia, procedimentos e recolha de dados	65
3. Tratamento dos dados	67
Capítulo IV – Análise de dados recolhidos	
1. Caracterização da população estudada	68
1.1 Breve análise estatísticas do desemprego em Portugal e na Região Autónoma da Madeira (RAM)	68
1.2 Câmara de Lobos	72
1.3 Estreito de Câmara de Lobos	74
2. Impactos ao nível:	
2.1 Do corpo	75

2.2 Do trabalho	78
2.3 Da cidadania	87
2.4 Da identidade	89
2.5 Do território	93
Capítulo V – Conclusão	
1. Síntese do estudo	94
2. Reflexão crítica	98
Bibliografia	101
Anexos	107

Índice de Figuras

Figura 1: Processo de globalização	6
Figura 2: Vulnerabilidades da população de Câmara de Lobos	73

Índice de gráficos

Gráfico 1: Representação do sexo dos entrevistados	75
Gráfico 2: Idades distribuídas por grupos etários	76
Gráfico 3: Situação de saúde dos entrevistados	77
Gráfico 4: Nível de escolaridade	78
Gráfico 5: Nível de escolaridade por sexo	79
Gráfico 6: Nível de escolaridade por idade	80
Gráfico 7: Tempo em situação de desemprego	81
Gráfico 8: Justificação para a situação de desemprego	82
Gráfico 9: Prestações sociais	87
Gráfico 10: Estado civil dos entrevistados	89
Gráfico 11: Número de elementos do núcleo familiar	90

Índice de quadros

Quadro 1: Características das sociedades: tradicional, 1ª modernidade e 2ª modernidade, segundo Ulrich Beck	9
Quadro 2: Caracterização da privação: lógicas e abordagens	15
Quadro 3: Tipos de pobreza	19
Quadro 4: Vários tipos de desemprego	32
Quadro 5: Os efeitos do desemprego	33
Quadro 6: Categorias sociais tradicionais desfavorecidas, vulneráveis à exclusão social	38
Quadro 7: Novas categorias sociais desfavorecidas à exclusão social	38
Quadro 8: Outras categorias sociais desfavorecidas, vulneráveis à exclusão social	39
Quadro 9: Fatores de inclusão e exclusão social	40
Quadro 10: Definições de exclusão e inclusão social	41
Quadro 11: Cinco campos de exclusão	42
Quadro 12: Dimensões da exclusão social no quotidiano do indivíduo	43
Quadro 13: Conceitos relacionados com a exclusão social	45

Quadro 14: Evolução das taxas de desemprego em Portugal	68
Quadro 15: Evolução dos pedidos de emprego em Portugal (2008-2012)	69
Quadro 16: Evolução dos pedidos de emprego em Portugal (2013)	69
Quadro 17: Evolução do desemprego de longa duração e tempo de inscrição	70
Quadro 18: Evolução das inscrições no IEM, nos cinco primeiros meses de 2013	70
Quadro 19: Total de desempregados com 35-65 anos, na RAM, no concelho de Câmara de Lobos – 2º trimestre de 2013	71
Quadro 20: População do concelho de Câmara de Lobos	72
Quadro 21: Evolução da população da freguesia do Estreito de Câmara de Lobos	74
Quadro 22: Idades dos entrevistados	75
Quadro 23: Habilitações literárias por sexo	79
Quadro 24: Nível de escolaridade por idade	80
Quadro 25: Profissões agrupadas pela classificação nacional de profissões	83
Quadro 26: Ocupação de tempos livres	84
Quadro 27: Perceção da influência do sexo na inserção do mercado de trabalho	86
Quadro 28: Maiores consequências sentidas derivadas da situação atual	87
Quadro 29: Perceção da influência do desemprego no exercício de cidadania	88
Quadro 30: Atitudes experienciadas derivadas da situação atual	90
Quadro 31: Exemplos de respostas obtidas em relação às atitudes	90
Quadro 32: Sentimento de exclusão	91
Quadro 33: Expectativas de melhoria pessoal	91
Quadro 34: Áreas de expectativas de melhoria pessoal	91
Quadro 35: Influência da experiência para a inserção no mercado de trabalho	92
Quadro 36: Os cinco lugares de impacto de exclusão/inclusão social – retrato-tipo dos entrevistados	97

Índice de anexos

Anexo A – Taxa de desemprego: total e por sexo (%) – Portugal
Anexo B – Guiões de entrevistas
Anexo C – Privação material por número de itens, Portugal 2009
Anexo D – Taxas de desemprego na Europa no mês de Março
Anexo E – Base de dados das entrevistas

Resumo

Os conceitos de exclusão e de inclusão não são necessariamente opostos, pelo contrário, funcionam, muitas vezes, em retroação mútua, possibilitando inclusões que abrem caminho a exclusões e vice-versa, constituindo, pois, processos dinâmicos interligados de diferentes maneiras.

Este conceito de exclusão muitas vezes é confundido com outros, nomeadamente o de pobreza ou o de desigualdade, entre outros, pelo que é necessário clarificar os diferentes conceitos.

Existem, também, alguns fenómenos importantes que contribuem para a exclusão/inclusão como a globalização e a flexibilidade do mercado de trabalho, ou até mesmo as políticas adotadas, pelo que não podemos falar em exclusão/inclusão social sem ter de fazer referência aos indivíduos em situações vulneráveis, como é o caso dos desempregados em situações específicas, ou seja, com baixa escolaridade e com idades em que já são considerados “velhos” para começar uma nova vida profissional, mas, ao mesmo tempo, muito “novos” para deixarem de trabalhar.

Esta análise incide sobre indivíduos em situação de desemprego, residentes na Região Autónoma da Madeira e é construída a partir de uma perspetiva do Serviço Social, seguindo a teoria de exclusão social categorizada por Stoer, Magalhães & Rodrigues em cinco lugares de impacto de exclusão/inclusão social (corpo, trabalho, cidadania, identidade e território).

Os objetivos deste estudo são: compreender de que modo os cinco lugares de exclusão/inclusão se formam e/ou influenciam o indivíduo no processo de exclusão social.

Palavras-chave: Serviço Social, Exclusão/Inclusão social, Globalização, Políticas sociais, Desemprego

Abstract

The concept of inclusion and exclusion are not necessarily opposing the contrary, work, often in mutual feedback, allowing inclusions that give way to deletions and vice versa, and is therefore dynamic processes interconnected in different ways.

This concept of exclusion is often confused with other, namely poverty or inequality, among others, by the need to clarify the different concepts.

There are also some important phenomena that contribute to the inclusion/exclusion as globalization and flexibility of the labor market, or even the policies, so we cannot speak of social exclusion/inclusion without having to refer to individuals in situations vulnerable, such as the unemployed in specific situations, namely, with low education and age that are already considered "old" to start a new life, but at the same time very "new" to stop working.

This analysis focuses on individuals unemployed, resident in the Autonomous Region of Madeira and is constructed from a perspective of Social Services, on the theory of social exclusion categorized by Stoer, Magalhães & Rodrigues in five places impact of social exclusion/inclusion (body, work, citizenship, identity and territory).

The objectives of this study are to understand how the five places of inclusion /exclusion form and/or influence the individual in the process of social exclusion.

Key Words: Social Exclusion / Inclusion social, Globalization, Social Policies, Unemployment

Introdução

A presente dissertação, apresentada no âmbito de Mestrado em Serviço Social tem como temática os cinco lugares de impacto da exclusão/inclusão social (corpo, trabalho, identidade, território e cidadania), centrando o seu objeto na análise e compreensão do impacto dos mesmos nos atuais processos de exclusão dos indivíduos.

Esta temática justifica-se pela sua pertinência e atualidade – dada a evolução do mundo contemporâneo –, pois a problemática da exclusão social e, em particular, a questão do desemprego/emprego como forma principal de inclusão na sociedade apresentam dimensões e implicações novas, distintas dos períodos pré-industrial e industrial, implicando a reconfiguração dos modelos e das práxis, não só económicas, mas, e sobretudo, sociais.

A sociedade portuguesa, em particular, tem sido palco nas últimas três décadas de um importante conjunto de mudanças sociais. Tais mudanças têm a ver não apenas com as dinâmicas que atravessam as sociedades em geral, mas também, e muito particularmente, com dois marcos políticos importantes na história do país – a revolução de 25 de Abril de 1974, por um lado, e, por outro, a integração na União Europeia em 1986 (Guerreiro, 2000; cit. por Capucha, Guerreiro, Bernardo, Madelino, Calado, Correia & Silva, 2005).

Assim, este estudo centra-se no desemprego, problemática “antiga”, mas com desenvolvimento, modelações e intensidade novas - sobretudo com a questão da emergência do novo tipo de desemprego, o desemprego qualificado -, o qual marca acentuadamente e de forma nova a realidade social das sociedades contemporâneas dos países desenvolvidos, constituindo-se, deste modo, como uma variável decisiva nos processos de inclusão/exclusão social.

Consequentemente, constituem objetivos norteadores deste estudo os seguintes: compreender de que modo as perceções e as experiências dos desempregados são representadas nos cinco lugares de impacto da exclusão/inclusão social; identificar o(s) tipo(s) de relação entre os diversos lugares de impacto, ao nível do corpo, do trabalho, da cidadania, da identidade e do território; perceber de que modo, na sociedade atual, com os seus problemas específicos, o fenómeno de desemprego, nomeadamente, contribui para a exclusão/inclusão social de cada indivíduo; (re)conhecer os mecanismos de exclusão que inviabilizam/potenciam a exercício de uma cidadania plena.

A dissertação desenvolve-se ao longo de cinco capítulos:

- O Capítulo I, onde se procede à contextualização geral da temática com vista à organização do quadro teórico-conceitual da exclusão/inclusão social. Uma vez que o trabalho constitui uma variável decisiva para o processo de exclusão/inclusão social dos indivíduos, procura-se, neste capítulo, enquadrá-lo no contexto de uma sociedade em mudança, daqui decorrendo a confluência de diferentes dinâmicas sociais, económicas e políticas inter-relacionadas: a globalização e o mercado de trabalho, a sociedade de risco, as desigualdades sociais, a pobreza, as políticas sociais, o desemprego.

- O Capítulo II, em que é feita a contextualização fundamental e aprofundada da temática da exclusão/inclusão social bem como dos cinco lugares de impacto enquadrados no Serviço Social. Neste capítulo, explicita-se o conceito de exclusão/inclusão social, e outros conceitos associados a este fenómeno. É também feita uma análise centrada na teoria da correlação de forças de modo a compreender e relacionar a temática em Serviço Social e interpretar a prática profissional dos Assistentes Sociais. problematiza-se o papel do Serviço Social como ação social face à exclusão e descreve-se o modelo analítico dos cinco lugares de impacto da exclusão/inclusão social (corpo, trabalho, cidadania, território e identidade), proposto por Stoer et al, 2003.

- O Capítulo III, em que se descreve as opções metodológicas, a estratégia, procedimentos e recolha de dados e as técnicas de tratamento de dados.

- O Capítulo IV, onde, introdutoriamente, se faz uma breve caracterização do contexto e da população estudada (aspetos geográficos, demográficos e económicos) para, de seguida, se proceder à apresentação e discussão dos dados, recolhidos a partir das entrevistas realizadas, organizados em torno das dimensões analisadas (centradas nos cinco de impacto da exclusão/inclusão social).

- O Capítulo V, por último, onde se procede a uma síntese final e a algumas reflexões críticas sobre o estudo de modo a retirar algumas conclusões.

Capítulo I – Contextualização da investigação: temas e conceitos

1. Globalização e flexibilidade do mercado de trabalho

O termo globalização é usado para, de um modo geral, designar o conjunto de mudanças nas economias modernas. Este fenómeno é responsável pelas transformações das forças produtivas, pelas suas relações de produção, pelos sistemas institucionais e pelos sistemas político-ideológicos que formam o processo de globalização mundial. Este fenómeno é movido pelo capitalismo e pelos mecanismos postos ao seu serviço (a tecnologia, a “economia eletrónica”, a deslocalização e a distribuição internacional das empresas ou de partes delas, etc.), as suas principais preocupações são a produtividade para a competitividade e o estabelecimento de estratégias para o desenvolvimento, numa lógica de internacionalização e de transnacionalização que afeta e reconfigura, reduzindo a sua soberania e autonomia, o papel dos estados-nação, das regiões e das comunidades locais (Giddens, 2008 & Santos, 2002).

O processo de globalização tem sido regulado predominantemente por instituições como o FMI, o Banco Mundial, o G7 e a OMC que detêm o poder, a nível mundial do sistema económico e financeiro¹.

A globalização impõe um modelo económico assente na produtividade e na competitividade, as quais são geradoras de exclusão dos direitos de cidadania, particularmente dos direitos sociais e laborais dos trabalhadores, bem como de exclusão do acesso e do consumo de bens e serviços (Faleiros, 2006) e, ainda, da participação na vida coletiva e democrática (Almeida, 2007). Neste sentido, a globalização está a gerar, também, uma globalização das exclusões.

Os processos de inclusão e exclusão social interrelacionam-se com a escolarização e qualificação, na medida em que a população mais e melhor escolarizada corre menos riscos de exclusão social, constituindo um instrumento vital para o rompimento do círculo vicioso da exclusão (Capucha et al., 2005).

¹ Constata-se, hoje, a necessidade de regular o fenómeno da globalização, subordinando-o a uma lógica política e social, traduzida em propostas de *governança democrática*, de *globalização alternativa* ou *contra-hegemónica*. Tal tem sido defendido por diversos autores (Daniele Conversi, James Mittelman, Richard Sandbrook, Jomo Sundaram, Jacques Baudot, Joseph Stiglitz, Boaventura Sousa Santos, entre outros) e por movimentos sociais (caso do Fórum Social Mundial e do ATTAC), que consideram que uma verdadeira e efetiva regulação politicossocial deveria ser da competência da ONU, por exemplo.

A exclusão, hoje, tem uma dimensão resultante da globalização, visto que o sistema económico globalizado permitiu a liberalização dos mercados e a abertura de fronteiras, existindo assim uma maior concorrência, e racionalização da produção, em que o objetivo é produzir mais, mas a baixo custo. A chegada das novas tecnologias, também fez com que as tarefas realizadas pelas pessoas fossem substituídas por máquinas e software, e não se assiste a uma criação de empregos produtivos, até pelo contrário, com os avanços tecnológicos é necessário cada vez menos pessoas. O sistema capitalista produz mais riqueza, mas não assegura uma redistribuição equitativa da riqueza que é produzida (Almeida, 2007).

Por outro lado, o capitalismo global, que privilegia o mercado em detrimento da sociedade, conduz a outras formas de exclusão, as quais atingem particularmente os mais pobres (Okino & Cavalcante, 2010). A dinâmica consumista imposta por esta ideologia capitalista global provocou o endividamento de largos setores sociais, sobretudo da classe média, gerando um novo e numeroso tipo de pobres e excluídos (Rodrigues, 2003).

A entrada de Portugal na CEE² constitui um processo particular de integração num nível intermédio de globalização, contribuindo para uma mudança substancial da configuração do país em termos de condições de vida e de trabalho, nas suas diferentes regiões e territórios. A economia portuguesa encontrou dificuldades crescentes na mudança do paradigma competitivo de criação riqueza e de emprego, quer por razões de estratégia e gestão empresarial, quer por razões de política pública. Contudo, os 25 anos de Portugal na União Europeia, de um modo global, melhoraram o nível de vida da população, quer em termos de evolução interna, quer em comparação com os restantes países europeus, apesar das dificuldades mais recentes de sustentação do crescimento económico e da crise económica e financeira atuais. Assim, a modernização da economia e da sociedade portuguesa, nas últimas duas décadas, permitiu o acesso às necessidades básicas elementares por parte de uma grande parte da população, traduzindo-se numa visível redução da desigualdade na repartição do rendimento³, apesar de esta permanecer mais elevada em Portugal relativamente à média europeia (Mateus, 2013).

² Comunidade Económica Europeia

³ Segundo os relatórios da OCDE e do Eurostat, reportando-se à generalidade dos países da OCDE e da UE, esta redução atingiu especialmente a população com mais de 55 anos, mas, em contrapartida, cresceu a pobreza – que constitui “um caso extremo de desigualdade na repartição do rendimento” (INE, 2010: 27) –, entre trabalhadores, a população infantil e as famílias monoparentais (Fontes: OCDE, 2008; Eurostat, 2010; e INE, 2010).

O recente estudo coordenado por Augusto Mateus (2013) avança, ainda, outro conjunto de conclusões que evidenciam as dificuldades e contradições resultantes do processo de integração na União Europeia:

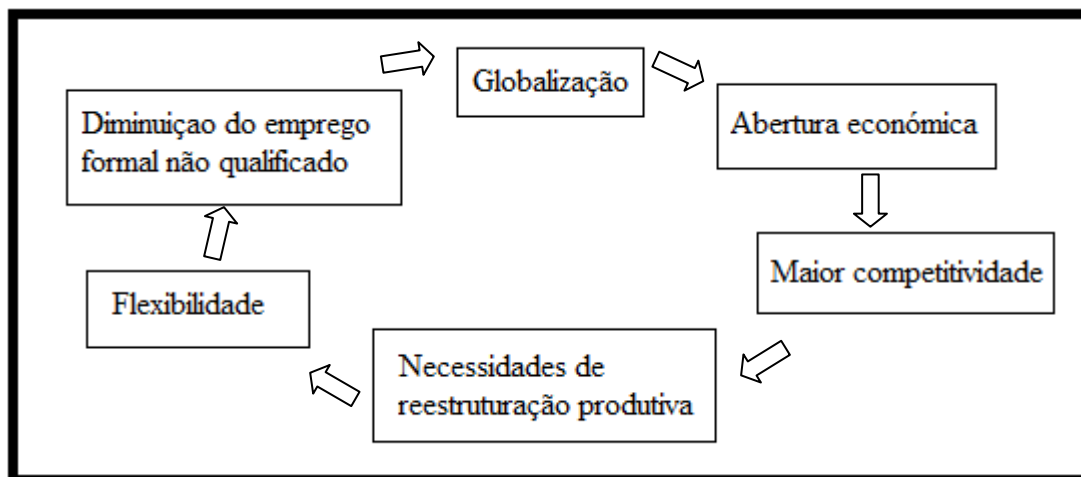
- o aumento das taxas de desemprego - e do desemprego de longa duração, em particular⁴;
- a fraca industrialização e a diminuição das atividades agrícola e piscatória, fazendo com que haja uma drástica redução do emprego nestes setores (a indústria perdeu um terço do emprego entre 1991 e 2010 e a agricultura e as pescas perderam mais de metade da mão-de-obra desde 1986);
- o aumento da dependência tecnológica e alimentar;
- a diminuição das taxas de natalidade e o aumento das índices de envelhecimento e de longevidade;
- e por último, a reconfiguração da familiar, com redução dos seus elementos, traduzida no aumento das famílias monoparentais e das famílias sem filhos⁵.

O desemprego constitui uma das expressões particulares do capitalismo global, estabelecido no final no século XX, o qual sobrepõe a produtividade e a competitividade à justiça social. Conduzindo à exclusão do indivíduo, o desemprego implica também a perda de um rendimento mínimo que garante o mínimo das condições de vida (Okino & Cavalcante, 2010a). Por outro lado, a reestruturação produtiva orientada para a competitividade fez com que a mão-de-obra pouco ou não qualificada fosse substituída pela automatização da indústria, constituindo uma das principais causas do desemprego na modernidade (Araújo, Yumi & Okino, 2003).

⁴ Os relatórios do INE (2010) e os *Censos 2011* (INE, 2012) confirmam amplamente esta constatação.

⁵ A diminuição da natalidade e o aumento do envelhecimento e de longevidade bem como a redução dos núcleos familiares e o aumento das famílias monoparentais e das famílias sem filhos são claramente evidenciados pelo *Census de 2011* (INE, 2012).

Figura 1: Processo de globalização



Fonte: adaptado de Araújo et al. 2003

A globalização modificou, pois, a maneira de pensar o mercado de trabalho e as concepções de emprego. A necessidade de qualificação é mais evidente e necessária neste mundo globalizado para enfrentar as exigências do mercado de trabalho que são cada vez maiores por causa da competitividade e da reestruturação produtiva (Araújo et al., 2003).

Neste contexto, o perfil do trabalhador é focalizado na educação para competências flexíveis, pois a flexibilidade passou a ser considerada uma dimensão muito importante para ter sucesso no mercado de trabalho, constituindo a sua ausência motivo de exclusão (Almeida, 2007).

O combate à pobreza e à exclusão social tem de ser mobilizado a partir do local. As fronteiras entre o conceito de exclusão social e pobreza são difusas, pois, por vezes, a sua interpretação está associada a conceitos alternativos, e, outras vezes, a conceitos complementares⁶ (Neves et al., 2010).

A centralidade da educação e da qualificação no combate à exclusão são reconhecidas e exigidas unanimemente pela sociedade globalizada, como resposta às muitas transformações tecnológicas, sociais e culturais que a caracterizam (Capucha et al., 2005).

A formação do sistema de proteção social foi muito importante para a sociedade moderna, contudo, face à crise do Estado-Providência e à internacionalização da economia, o Estado-Nação não consegue controlar a dinâmica da globalização nem as conjunturas

⁶ Ver capítulo I, ponto 4 e capítulo II, ponto 2.

nacionais, em que se acumulam os problemas sociais e formas de exclusão do mercado de trabalho e, cada vez mais, da própria sociedade (Sawaia et al., 2001).

A globalização, para além de outros fatores, está na origem de novas manifestações de pobreza especialmente nas economias mais desenvolvidas. Este novo tipo de pobreza não se refere somente à escassez de recursos materiais, podendo traduzir-se pela não participação no padrão de vida dominante devido a vários fatores, nomeadamente: a escolaridade, a idade, a, o domínio das novas tecnologias e a integração no enorme mundo da informação cibernética (OIT, 2003).

A globalização é um processo que não é exclusivamente económico, mas também envolve aspetos sociais, culturais, políticos e pessoais, que colocaram de maneira dramática as relações entre Estado e a sociedade. Uma consequência foi a da mudança do papel do Estado nacional e as suas relações internacionais. Deste modo, motivou a discussão entre os novos meios e padrões de articulação entre os indivíduos, organizações, empresas e o próprio Estado, em que a governança⁷ tem um papel de relevância.

Podemos então afirmar que a globalização é um fenómeno multidimensional, pois muda a organização da atividade dos indivíduos e no deslocamento de poder de uma orientação local e nacional para padrões globais. Não podemos esquecer que cada vez mais existe uma diminuição de poderes absolutos nacionais, pois cada vez mais estamos perante organizações supranacionais e empresas multinacionais, em que o balanço do poder se alterou significativamente.

⁷ As principais diferenças entre governo e governança são:

- O governo refere-se aos procedimentos formais e às instituições que as sociedades criaram de forma a promover os seus interesses e resolverem os seus conflitos e implementarem escolhas públicas. Em termos locais, o governo traduz-se geralmente na eleição de representantes locais de partidos políticos (Neves, Cruz & Silva, 2010).
- A governança consiste num padrão flexível de processos públicos de tomada de decisão, assentes em redes flexíveis de indivíduos. O modelo de governança pressupõe uma reconfiguração das relações entre Estado, o mercado e a sociedade civil no sentido de estabelecer parcerias efetivadas por uma crescente participação na sociedade civil. (Neves et al., 2010)

2. Sociedade de risco

O conceito de sociedade de risco designa “uma fase de desenvolvimento da sociedade moderna na qual os riscos sociais, políticos, económicos e individuais cada vez mais tendem a escapar às instituições de monitorização e proteção na sociedade industrial” (Beck, 1994, p.5; cit. Stoer, Rodrigues & Magalhães, 2003, p. 152). Neste sentido, a sociedade de risco não é uma opção, surge na continuação dos processos de modernização o que põe em causa as bases da sociedade industrial. Podemos então afirmar que a sociedade de risco tem subjacente a ideia de incerteza na sociedade, em que os conflitos sociais são tratados como problemas de risco (Stoer et al., 2003).

A ciência trouxe o progresso e a resolução de alguns riscos que a sociedade se confrontava, mas também na tentativa de resolver alguns problemas, a ciência criou novos problemas, em que o risco se tornou um grande paradigma da sociedade moderna. A ideia da sociedade de risco surge da consciência que o indivíduo tem do risco que se poderá introduzir. Neste contexto a sociedade tem uma rápida evolução característica da atualidade, juntamente com a mudança na complexidade e escala de riscos (Queirós, Vaz & Palma, 2006).

A sociedade de risco não abrange apenas aspetos ligados ao ambiente e à saúde, inclui todas as mudanças na vida social contemporânea, nomeadamente as transformações dos padrões de emprego, a maior insegurança laboral, a menor influência da tradição e dos hábitos presentes na identidade pessoal, na mudança dos padrões familiares tradicionais, entre outros. Os indivíduos hoje em dia têm um futuro cada vez mais incerto, em comparação com a sociedade tradicional, pois qualquer decisão pessoal implica riscos: as decisões sobre as habilitações literárias e a carreira a seguir, por exemplo, encerram um risco, na medida em que, com as mudanças constantes e rápidas do mundo contemporâneo, é difícil conjecturar quais as aptidões valorizadas na economia. Na sociedade de risco, os perigos não estão limitados a um determinado nível espacial, temporal ou social: os riscos afetam todos os países e todas as classes sociais, em que as consequências são globais e não meramente pessoais (Giddens, 2008).

A sociedade moderna está exposta a um tipo de risco que é o resultado da modernização, que modifica as estruturas de organização social. (Queirós et al., 2006)

A sociedade de risco afeta todos os indivíduos e todas as sociedades, tornando os indivíduos vulneráveis a uma forma de exclusão social advinda das relações sociais

globalizadas e com base na distribuição discriminada do poder. Desta forma, podemos distinguir duas formas de globalização: a globalização em que o processo se faz através de um fenómeno local e é globalizado com sucesso; e o outro que consiste “no impacto específico das práticas transnacionais e os seus imperativos em condições locais” (Stoer et al., 2003, p. 153).

No quadro seguinte (Quadro 1) podemos observar as características das sociedades tradicionais, da 1ª modernidade e a 2ª modernidade⁸, segundo Beck (1992).

Quadro 1: Características das sociedades tradicionais, da 1ª modernidade e a 2ª modernidade, segundo Beck (1992)

Sociedades tradicionais	1ª Modernidade	2ª Modernidade
• Estruturas comuns • Influência da família na construção da individualidade • Tradição • Religião/Crenças • Dogmas	• Peso do Estado-nação • Estrutura de classes sociais • Pleno emprego • Rápida industrialização • Exploração da natureza não visível	• Reflexividade • Destradicionalização • Individualização • Globalização • Desemprego • Liberdade de escolha • Revolução do género • Progresso tecnológico • Poder tecnocrata
Segurança Previsibilidade Confiança Norma		Dúvida quotidiana Incerteza Fragmentação cultural Insegurança
Comportamentos predefinidos		Pensar antes de agir

Fonte: Queirós et al. (2006)

As sociedades tradicionais podem ser consideradas as que existiam até aos primórdios da Revolução Industrial. Esta sociedade é caracterizada pela grande influência que a família tinha na construção de mentalidades, em que era essencialmente as suas relações sociais. A transmissão do conhecimento era feita de geração em geração, pois a maior parte dos camponeses era iletrada. Estes indivíduos caracterizavam-se pela sua religiosidade muito intensa. A primeira modernidade na sociedade europeia caracteriza-se pelas intensas revoluções políticas e industriais. A igreja perdeu poder e as famílias com um carácter

⁸O marco para esta divisão é o processo de industrialização

alargado reduziram-se à família nuclear. Foi neste período que se fez a separação entre a família e o trabalho, com outras formas de relações sociais, mais impessoais e formais. Esta sociedade caracteriza-se, também, pelo pleno emprego, a rápida industrialização e o grande peso do Estado-nação. Apesar das diferenças que existiam nestas duas sociedades, a tradicional e a primeira modernidade, em comum tinham um clima de segurança, confiança e previsibilidade. A segunda modernidade teve alterações tanto na estrutura de relações bem como nos agentes sociais. Sendo os riscos tecnológicos uma produção humana, eles alteraram o processo de modernização em que a crítica às práticas modernas industriais⁹ resulta numa modernidade reflexiva, característica da sociedade de risco. Na sociedade reflexiva os riscos extrapolam as realidades individuais e até mesmo as fronteiras territoriais como resultado da globalização. Na modernidade reflexiva uma ação pode ter consequências a uma escala, seja ela, individual social e internacional (Queirós et al., 2006).

Para Beck, (1992) os indivíduos na sociedade de risco perderam as tradições e começaram a tomar as suas próprias decisões, levando a novos estilos de vida. As alterações no mercado de trabalho, o acesso à educação em massa, a melhoria das condições de vida e o movimento feminista, foram alguns fatores que contribuíram para a individualização. Na primeira modernidade os riscos eram restritos a determinados contextos. A segurança dos comportamentos sociais e das tradições contribuíram para o carácter fixo e restrito do risco. Na sociedade de risco, os riscos ultrapassam os limites temporal e territorial e são o produto do excesso de produção industrial, em que se torna indissociável o processo de industrialização da produção de riscos, pois foi devido aos avanços tecnológicos que nos mostraram novos riscos¹⁰. Na sociedade tradicional os riscos tinham origem na natureza enquanto na sociedade de risco são relativos à própria modernidade. Em resposta ao risco o indivíduo estabelece estratégias cognitivas de adaptação (Beck, 1992).

A modernidade reflexiva promove, cada vez mais, a individualização com menos ligações comunitárias e institucionais. A maior liberdade em relação à tradição e as estruturas de dominação, com maior dependência do estado e dos sistemas de proteção social. Na modernidade o indivíduo é obrigado a ser livre, na medida em que tem de ser cidadão ativo, participante responsável e responsabilizável. A promoção do empowerment individual como capacitação para agir, procurar o seu desenvolvimento e bem-estar, precisamente num contexto de incerteza e risco. O quotidiano de cada indivíduo e a necessidade de tomar

⁹ Advertência à primeira modernidade

¹⁰ Novos riscos que são complexos e globais e com a crescente impossibilidade de controlo das consequências das decisões da sociedade.

decisões num mundo em constante mudança, leva à reapropriação do conhecimento por parte dos indivíduos e à capacitação para agir fora do domínio dos peritos. Todos os indivíduos têm de saber gerir riscos e para tal é necessário ter acesso a informação, recursos e competências (Militão & Pinto, 2008).

3. Desigualdades Sociais

Não é possível tentar combater a pobreza e a exclusão social sem termos em conta as desigualdades a nível económico e social (Alvino-Borba & Mata-Lima, 2011).

O próprio reconhecimento de classes desfavorecidas assenta na ideia de estratificação social e de desigual acesso às fontes de oportunidades, independentemente da vontade dos grupos atingidos. A pobreza, deste modo, é estrutural e emana do funcionalismo socioeconómico capitalista, sendo o seu efeito e não a causa. O pobre é vítima de um processo social a que não é chamado (Fernandes, 2011).

Segundo Capucha et al. (2005, p.5), a participação plena na sociedade, isto é, estar incluído como cidadão de pleno direito, pelo que conclui-se, assim, que estar em situação de exclusão social é o contrário de tudo isto, caracteriza-se:

- pelo “acesso a níveis de rendimento, originados no trabalho, nos direitos de propriedade ou no sistema de segurança social, que assegure padrões minimamente aceitáveis de consumo, ou seja, de acesso a bens e serviços”;
- pela “participação no mercado de trabalho com direitos, proporcionador de sentimentos de utilidade, satisfação pessoal e a posse de um estatuto socialmente valorizado”;
- pelo “acesso à educação e à aprendizagem ao longo da vida, de forma a poder movimentar-se nos diferentes contextos institucionais e adaptar-se às mudanças que ocorrem nesses contextos”;
- pelo “acesso aos equipamentos sociais que permitam assegurar simultaneamente a qualidade de vida e a libertação de homens e mulheres em pé de igualdade de oportunidades para o mercado de trabalho, a vida pública e a partilha de responsabilidades domésticas”;
- e por último, pelo “usufruto de uma habitação com condições de conforto mínimo e pela residência num território dotado de infraestruturas, de imagem positiva e propiciador da multiplicação dos contatos sociais e do enriquecimento do capital social”.

O processo de inclusão/exclusão tem “relações complexas que se podem manifestar em afirmação/negação de uma pessoa”, seja nas “condições de mercado capitalista, na auto-significação, das condições pessoais, nas condições de vida ou na relação ao Estado de direitos” (Faleiros, 2006, p.4). “A exclusão é a expressão direta da desigualdade social, económica, política, cultural e simbólica, ou seja, das desigualdades estruturais e estruturantes” (Faleiros, 2006, p.4). “A desigualdade advém do capitalismo, encoberta pela

igualdade perante a lei, de contactos, de relacionamentos ou de algumas oportunidades” (Faleiros, 2006, p.4). “A desigualdade significa a concentração de poder, riqueza e capitais culturais, simbólicos, políticos, entre outros” (Faleiros, 2006, p.4). No entanto, a desigualdade “não provoca revolta, pois é entendida como natural, quer seja pela interiorização passiva de um destino, quer pela falta de informação de grande parte da população” (Faleiros, 2006, p.5). “A desigualdade passa a ser aceite como um dado natural sem perspectiva de mudança, pois ela é construtiva da ordem social que existe (Faleiros, 2006, p.5). Assim, as “desigualdades territoriais ou espaciais refletem a concentração de serviços nas zonas centrais, configurando um periferização ou segregação social, que também impede o acesso à cidadania” (Faleiros, 2006, p.9).

Um conceito teórico implícito é o de desigualdade como resultado de uma deficiência ou inadaptação individual a situações de injustiça ou exploração social. No contexto das abordagens económicas, a exclusão é definida como pobreza, enquanto nas análises sociais é considerada como discriminação, esquecendo a injustiça social. A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é a condição da ordem social desigual. Todos nós estamos inseridos de alguma forma, sendo que a maior parte está inserida de forma insuficiente e privada, sendo, neste caso, arrastados para fora do sistema económico (Sawaia et al., 2001).

4. Pobreza

A exclusão social é um problema social, em que as categorias de “excluídos”, “marginalizados”, “grupos vulnerabilizados”, entre outros, são formas diferentes de dizer pobreza. A exclusão social situa a pobreza num limiar explicativo de causa dos males sociais e, ao contrário, de consequência de um acúmulo ou incidência de uma série de fatores (Fernandes, 2011).

A análise da pobreza assenta no conceito de pobreza monetária relativa, isto é, no rendimento disponível por indivíduo ou agregado familiar, quando comparado com alguma variável de referência que serve de linha de demarcação entre pobres e não pobres. A taxa de risco de pobreza define-se como a proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza, determinada em 60% do rendimento mediano por adulto equivalente (Mateus, 2013).

As diferenças sociais que existem no país contribuem para o agravamento da pobreza e exclusão social. Essas diferenças são ainda mais acentuadas pela falta de acesso que os indivíduos têm aos empregos de qualidade, em que a falta de escolaridade influencia parte da população (Okino et al., 2010).

O indicador de privação material, segundo Mateus (2013, p. 324), baseia-se num conjunto de nove itens representativos das necessidades económicas e de bens duráveis das famílias:

- (1) “capacidade para assegurar o pagamento imediato, sem recorrer a empréstimo, de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza”;
- (2) “capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado”;
- (3) “capacidade para pagar sem atraso a renda, prestações de crédito e as despesas correntes da residência principal, e outras despesas não relacionadas com a residência principal”;
- (4) “capacidade para fazer uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de dois em dois dias”;
- (5) “capacidade para manter a casa adequadamente aquecida”;
- (6) “disponibilidade de máquina de lavar roupa”;
- (7) “disponibilidade de televisão a cores”;

(8) “disponibilidade de telefone fixo, ou pelo menos, de um membro com telemóvel”;

(9) “disponibilidade de automóvel”.

Consideram-se em privação material todos os indivíduos residentes em agregados familiares em que se verifica a não existência de pelo menos três destes itens, considerando-se no caso dos bens materiais apenas a falta de acesso por dificuldades económicas. Consideram-se em privação material severa todos os indivíduos residentes em agregados familiares em que se verifica a não existência de pelo menos quatro destes itens. A taxa de privação material corresponde à percentagem da população em privação material em relação à população residente (v. Anexo 3).

Consideram-se em privação material¹¹, segundo o INE e Eurostat (2010), na dimensão habitacional, os indivíduos que vivem num alojamento sobrelotado e com, pelo menos, um dos seguintes problemas no interior do alojamento:

- a) inexistência de instalação de banho ou duche;
- b) inexistência de sanita com autoclismo;
- c) teto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho;
- d) luz natural insuficiente num dia de sol.

Durante muito tempo, a pobreza foi vista essencialmente como a ausência de riqueza, implicando privações, sendo que em condições normais era resolvida pelo crescimento económico ou por ações compensatórias de tipo assistencialistas aos mais pobres (OIT, 2003 & Neves et. al., 2010).

Nos países mais pobres, as situações de escassez de recursos predominam, levando à insatisfação de necessidades básicas (privação). Muito frequentemente, os laços comunitários e as redes familiares e de vizinhança mantêm-se ativas, evitando, assim, uma exclusão absoluta, pelo que as relações de proximidade estão asseguradas. Nos países mais pobres, a escassez de recursos verifica-se em termos relativos, consoante o padrão de vida dominante ou médio, embora as situações de privação absoluta tenham aumentado, como os casos de sem-abrigo. Um outro aspeto a ter em conta é o de que a exclusão social tem vindo a agravar devido a uma quebra de laços sociais, mesmo que os outros recursos não sejam escassos (OIT, 2003).

¹¹ Portugal, em 2008, representava a 9ª taxa de privação material mais elevada (23,0%), superior em 5,6 p.p. à média observada para o conjunto dos países da União Europeia

Estabelecer um mínimo vital tem inúmeras dificuldades, porque as normas que permitem defini-lo são relativas, variando segundo modelos que evoluem com a história, o meio ambiente, os hábitos culturais e os modos de vida, sendo assim difícil comparar a pobreza entre sociedades de diferentes épocas ou regiões, ou que não atingiram o mesmo nível de desenvolvimento económico. O baixo rendimento e a condição social inferior, associada a baixos rendimentos como o acesso à educação, reduzem a possibilidade de transmitir aos filhos capital cultural que lhes permita alcançar integração social e profissional (Paugam, 2003).

Os conceitos de pobreza e de exclusão social traduzem um “conjunto de desvantagens sociais que alguns indivíduos têm em relação à norma, que é definida em termos de satisfação de determinadas necessidades básicas, ou relativamente ao padrão social de bem-estar dominante” OIT, 2003, p.15). Assim, segundo relatório da OIT (2003), podemos considerar cinco grandes perspectivas enquadradas em duas lógicas da pobreza: privações fisiológicas e privação social. (v. Quadro 2).

Quadro 2: Caracterização da privação: lógicas e abordagens

Lógica de privação Foco		Tipo de abordagem	Características
P R I V A Ç Ã O F I S I O L Ó G I C A	Condições de vida	Centrada no rendimento e no consumo	“Desenvolvida pela economia de bem-estar, define a linha da pobreza, em termos absolutos ou relativos, segundo um determinado nível de rendimento e/ou consumo” (OIT 2003, p. 16).
		Centrada nas necessidades humanas básicas	“Relativas à alimentação, vestuário, abrigo, água potável, saneamento básico e educação como mínimo necessário para prevenir doenças, malnutrição e ignorância” (OIT 2003, p. 16).
P R I V A Ç	Natureza social da pobreza	Centrada no conceito de pobreza humana.	“A pobreza como incapacidade de desenvolver uma vida longa e saudável e criativa e de usufruir de um nível decente de vida, com liberdade, dignidade, respeito por si e respeito pelos outros” (OIT 2003, p. 16).

A O S O C I A L	(como consequência da degradação das relações sociais)	Centrada nas consequências ao nível da exclusão social	“A pobreza pode ser vista como a não disponibilidade de recursos necessários para fazer face as condições de vida e de conforto, relativamente ao padrão de vida dominante, e participar nas atividades sociais e culturais da sociedade a que se pertence. O conceito de pobreza associa-se desta forma aos conceitos de cidadania e integração social” (OIT 2003, p. 16).
	Aproximação ao conceito de exclusão social	Abordagem participativa	“Defende a participação ativa dos mais pobres na sociedade, de forma a ter melhores condições de vida” (OIT 2003, p. 16).

Fonte: adaptado do relatório: A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal (OIT, 2003)

Na sociedade moderna, a pobreza não se verifica só quando uma pessoa precisa de bens materiais: ela define um *status* social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência (Paugam, 2003). Contudo, a exclusão social é mais abrangente que o conceito de pobreza, na medida que se traduz na ausência de vários tipos de poder: económico, de decisão, de influência e de participação na vida comunitária, como exercício pleno dos direitos e deveres de cidadão (OIT, 2003).

A pobreza é um dos fatores que contribuem para o aumento das vulnerabilidades sociais e, logo, para a exclusão social. A ausência de recursos ou de rendimento é um fator determinante da exclusão social, afetando os mais fragilizados pelas suas condições financeiras, pois é fundamental para a definição a falta de recursos económicos. Temos de ter em conta que a pobreza também está relacionada com os juízos de valores sobre o padrão de vida e as normas sociais numa perspetiva espaço-temporal. A pobreza tem de ser abordada na privação das suas várias capacidades: social, económica, cultural e política, pois, apesar da variável financeira ter um grande peso, não é a única que a caracteriza (Alvino-Borba & Mata-Lima., 2011). Já em Paugam (2003), o fenómeno da pobreza é visto como oposto do progresso ou como uma disfunção do sistema económico, nas sociedades modernas.

A pobreza pode ser classificada em duas categorias: a pobreza relativa e a pobreza absoluta. A pobreza absoluta ou extrema é a mais grave nas privações humanas básicas, na alimentação, segurança, água potável, saneamento básico, saúde, habitação, educação e informação. A pobreza relativa verifica-se quando os rendimentos de uma pessoa não chegam

para continuar com um padrão de vida considerado aceitável na sociedade onde vive. Esta situação pode desencadear e/ou articular-se com outras desfavoráveis – como, por exemplo, desemprego, baixo rendimento, condições precárias de habitação, falta de cuidados de saúde, barreiras de aprendizagem –, as quais conduzem a uma situação de exclusão e marginalização, pois priva os indivíduos de participar em atividades económicas, sociais e culturais (Alvino-Borba & Mata-Lima., 2011).

A pobreza absoluta está associada à satisfação das necessidades humanas básicas, ou seja, à subsistência. Nesta definição, não podem ser esquecidas variáveis como o tempo e o espaço, bem como as diferenças culturais e os avanços da ciência. Mais recentemente, incluem-se nas necessidades básicas humanas mais do que as necessidades fisiológicas ou de subsistência. A pobreza absoluta, por sua vez, é “uma condição caracterizada pela privação severa das necessidades humanas básicas, incluindo alimentação, água potável, saneamento, saúde, alojamento, educação e informação. Ela depende não apenas do rendimento, mas também do acesso a serviços”. Pois então, “pode dizer-se que indivíduos, famílias e grupos da população se encontrem em situação de pobreza quando não possuem recursos para obter os tipos de dieta, participar nas atividades e ter as condições de vida que são habituais, ou pelo menos amplamente encorajadas ou aprovadas, nas sociedades às quais pertencem”. Esta abordagem é mais sensível à dimensão cultural e prevê indicadores de privação, vários deles remetendo para a dimensão de privação social, o que pode levar à noção de exclusão social (Neves et al., 2010, pp. 17-18).

Tentando superar as limitações da abordagem objetiva/subjetiva, um modelo proposto é o de análise da pobreza centrado em três dimensões (Spicker, 2007, cit. Neves et al., 2010, pp. 17-18):

- as necessidades materiais – que incluem necessidades específicas, padrões de privação e padrões de vida baixos;
- as circunstâncias económicas – que incluem falta de recursos, a distância económica e a pobreza como classe económica;
- as relações sociais – que incluem a pobreza como classe social, a dependência, a exclusão social e a carência de direitos.

Numa outra perspetiva, e aprofundando a análise da pobreza, Paugam (2003) distingue dois níveis entre os sujeitos pobres: os fragilizados e os assistidos. Os fragilizados

caracterizam-se por uma precariedade económico-financeira ligada ao *status*, beneficiando de uma intervenção social pontual. Assim, estes diferenciam-se dos assistidos que são objeto de acompanhamento regular por parte dos assistentes sociais assim como os marginalizados. Os desempregados de alguns *status* sociais caracterizam-se, muitas vezes, por problemas de identidade – o que gera sentimentos de exclusão e de desprezo -, encerrando problemas de categorização social.

A pobreza tem implícito um *status* social que é desvalorizado e estigmatizado, em que os pobres são obrigados a viver numa situação de isolamento. Na nossa sociedade marcada pela degradação do mercado de trabalho, o recurso à assistência é crescente e cada vez mais diversificada, pois os pobres provêm, cada vez mais, de diferentes categorias sociais. Neste caso, os indivíduos passam por um processo de desqualificação social¹² que os remete para a esfera da inatividade e dependência dos serviços sociais, fazendo com que se comparem com os outros pobres embora tenham trajetórias diferentes (Sawaia et al., 2001).

A União Europeia declarou o ano de 2010 o Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social. Estes dois conceitos complementam-se pelas suas diferenças, ou seja, enquanto a noção de pobreza se centra essencialmente na escassez de recursos e no seu impacto nos indivíduos, a noção de exclusão social integra dimensões mais analíticas e enfatiza as questões relacionais. Deste modo, podemos afirmar que a exclusão é tanto material como social. A pobreza pode ser mais facilmente identificável por observadores externos recorrendo a critérios exteriores, enquanto a exclusão exige uma referência mais clara da experiência que cada indivíduo tem da sua própria condição, sobre a sua trajetória de vida e as relações sociais (Neves et al., 2010). Assim, a pobreza não significa necessariamente exclusão, ainda que possa conduzir a essa situação. A pobreza, quando associada à exclusão, refere-se a situações de desigualdade e em especial à privação de poder de ação e representação (Sawaia et al., 2001).

Para Bruto da Costa (2008; cit. Neves et al., 2010, p. 20), “ a pobreza representa uma forma de exclusão social, ou seja, não existe pobreza sem exclusão social. O contrário, porém, não é válido. Com efeito, existem formas de exclusão social que não implicam a pobreza”.

O fenómeno da pobreza encontra-se disseminado pelo território nacional. Contudo, podemos verificar a existência de espaços de maior concentração de grupos pobres, onde se aglomeram as categorias mais vulneráveis: trabalhadores de baixos salários, famílias

¹² Conceito desenvolvido no Capítulo II, ponto 2

monoparentais, isoladas, idosos pensionistas, pessoas de menores qualificações, grupos com orientações culturais mais ou menos marginais. Desta forma, devido à escassez de recursos e a um sentimento de afinidade das opções tomadas face a oportunidades de residência efetivas, estas populações acabam por ocupar áreas desfavorecidas. Estas áreas são particularmente visíveis quando têm a forma de bairros degradados que contrastam com o meio urbano e semiurbano, ao contrário do que se passa com as áreas rurais deprimidas do interior e que é menos visível (Capucha et al., 2005).

Na sociedade atual, verificamos que cada vez existem mais pobres, derivados de situações novas e complexas, pelo que têm surgido novas conceções de pobreza, nomeadamente a designada “nova pobreza”¹³, referente aos desempregados de longa duração que são expulsos do mercado de trabalho produtivo, entre outros, indivíduos que estão aptos para o trabalho e adaptados à sociedade moderna, mas que são vítimas da conjuntura económica e da crise de emprego (Sawaia et al., 2001).

No Quadro 3, procede-se à caracterização-síntese dos vários tipos de pobreza, tendo por base o estudo de Paugam (2003):

Quadro 3: Tipos de pobreza

Tipo de pobreza	Caracterização
Pobreza absoluta	Estão implícitas as necessidades básicas, associadas ao rendimento.
Pobreza relativa	Remete para os padrões sociais em geral.
Pobreza objetiva	Padrão de referência que tipifica situações de pobreza e caracteriza objetivamente os pobres.
Pobreza subjetiva	Representações construídas pelos autores e grupos sociais que estão em causa, através da perceção e perspetiva.
Pobreza tradicional	Situação crónica, normalmente localizada no meio rural enquadrado com estatuto inferior e desvalorizado.
Nova pobreza	Relacionada com as reestruturações económicas e

¹³ Os indivíduos que representam a nova pobreza são pessoas que são expulsos do seu trabalho devido às reconversões industriais e às alterações tecnológicas. O termo “nova pobreza” tem origem em Espanha (Candel, 1988), em Inglaterra (Room, 1990), em França (Paugam, 1991) e em Itália (Saraceno, 1990).

	tecnológicas e com efeitos no sistema produtivo tendo como consequência o desemprego estrutural e na precariedade no emprego.
Pobreza rural	Escassez básica de recursos devido à baixa produtividade agrícola e falta de atividades alternativas.
Pobreza urbana	Afeta diversos grupos sociais devido a baixos rendimentos por causa do desemprego, à falta de qualificações, a precariedade no trabalho, situações de doença ou problemas sociais diversos (alcoolismo, deficiência, toxicodependência).
Pobreza temporária	Entrada e saída na pobreza com carácter temporário e delimitado no tempo. Um fator que contribui são os contratos com pouca duração.
Pobreza duradoura	Reprodução social e cíclica. Um dos fatores determinantes é o desemprego de longa duração.

Fonte: adaptado de Paugam (2003)

5. Direitos e Políticas Sociais

O direitos humanos e os direitos sociais, *latu sensu*, e os direitos dos trabalhadores, em particular, resultam de um longo processo histórico e civilizacional cujas origens modernas remontam à Revolução Francesa¹⁴ e à Revolução Industrial¹⁵. Neste contexto, surgem os direitos à liberdade, à igualdade e à dignidade humana¹⁶.

Já no século XX, na herança da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (DDHC, 1789), a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas aprova a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (ONU, 1948), integrando novos direitos como “direito à segurança social” e os “direitos económicos, sociais e culturais indispensáveis” (art.º 22.º) como:

- “direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à protecção contra o desemprego [...] sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual” (art.º 22.º, pontos 1 e 2);
- “direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar” (art.º 25.º, ponto 1.).

Atribuindo ao Estado a tarefa fundamental de “promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais (art.º 9.º, alínea d), a *Constituição da República Portuguesa* (CRP, 2005) ratifica, igualmente, os direitos supracitados¹⁷.

No domínio particular do direito ao trabalho, a Constituição estabelece que “incumbe ao Estado promover: a) A execução de políticas de pleno emprego; b) A igualdade de oportunidades na escolha da profissão ou género de trabalho e condições para que não seja vedado ou limitado, em função do sexo, o acesso a quaisquer cargos, trabalho ou categorias profissionais; c) A formação cultural e técnica e a valorização profissional dos trabalhadores.” (art.º 58.º, ponto 2).

¹⁴ A *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* – aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte da França, em 26 de agosto de 1789 – constitui a expressão máxima da corporização dos novos ideais revolucionários (DDHC, 1789)..

¹⁵ O surgimento do proletariado como uma nova classe social, concentrada em áreas industriais, e a sua tomada de consciência, no contexto dos processos capitalistas de exploração, são determinantes para o desenvolvimento de reivindicações laborais e sociais, nomeadamente: a exigência da jornada de trabalho de oito horas, de descanso semanal, de condições de segurança no local de trabalho ou de proteção na doença e nos acidentes de trabalho.

¹⁶ Cf. art.ºs 1.º e 6.º da DDHC (1789) e 1.º e 7.º da DUDH (1948).

¹⁷ Cf. art. 13.º, 47.º, 53.º e 58.º.

Relativamente ao direito à segurança social e solidariedade, a CRP considera que o Estado deve “protege[r] os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho” (art. 63.º, pontos 1. e 3.).

No seu Artigo 81.º, a CRP define como “incumbências prioritárias do Estado”, no âmbito económico e social, as seguintes:

“a) Promover o aumento do bem-estar social e económico e da qualidade de vida das pessoas, em especial das mais desfavorecidas, no quadro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável;

b) Promover a justiça social, assegurar a igualdade de oportunidades e operar as necessárias correcções das desigualdades na distribuição da riqueza e do rendimento, nomeadamente através da política fiscal;

[...]

d) Promover a coesão económica e social de todo o território nacional, orientando o desenvolvimento no sentido de um crescimento equilibrado de todos os sectores e regiões e eliminando progressivamente as diferenças económicas e sociais entre a cidade e o campo e entre o litoral e o interior;

e) Promover a correcção das desigualdades derivadas da insularidade das regiões autónomas e incentivar a sua progressiva integração em espaços económicos mais vastos, no âmbito nacional ou internacional” (CRP, 2005, art.º 81.º).

Finalmente, e no concerne aos direitos de cidadania cívico-política, a CRP considera que “a participação directa e activa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos” (art. 109.º).

O *Tratado da União Europeia* (2012), no artigo 3, defende o estabelecimento de um mercado interno, em que haja um desenvolvimento sustentável da Europa, bem como um crescimento económico equilibrado, numa economia social de mercado muito competitiva, em que tenha como objetivo o pleno emprego e o progresso social. Tem também por objetivo o combate à exclusão social e às discriminações. Deste modo promove a justiça, a proteção social, e a coesão económica, social e territorial, bem como a solidariedade entre os Estados-Membros (TUE, 2012).

No *Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia* (2012), é introduzido o conceito de cidadania europeia que acresce à cidadania nacional e não a substitui¹⁸. Desta forma, os Estados membros devem desenvolver estratégias em matéria de emprego e promover a mão-de-obra qualificada e suscetível de adaptação, bem como os mercados, pois têm de ter uma reação rápida em relação às mudanças económicas. A União e os Estados-Membros têm de ter presente os direitos sociais fundamentais¹⁹ e ter como objetivos a promoção do emprego, a melhoria das condições de vida e de trabalho, de modo a que haja uma proteção social adequada e um diálogo²⁰ entre os parceiros sociais, um desenvolvimento dos recursos humanos para que o nível de emprego seja alto e duradouro, e a luta contra as exclusões (TSFUE, 2012).

A *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia* defende que todas as pessoas têm o direito de trabalhar e de exercer uma profissão. A igualdade entre os homens e as mulheres deve ser garantida a vários níveis, nomeadamente em matéria de emprego, remuneração e trabalho. Todas as pessoas têm direito ao acesso gratuito a um serviço de emprego. Em termos de segurança social e assistência social, a União reconhece os direitos de acesso às prestações de segurança social e aos serviços sociais de acordo com as legislações e práticas nacionais. De modo a combater a exclusão social e a pobreza, a União reconhece e respeita o direito de assistência social de forma a assegurar uma existência condigna a todos os indivíduos que não disponham de recursos suficientes de acordo com a legislação e práticas nacionais (CDFUE, 2012).

A legislação e as práticas nacionais, segundo Reis et al. (2002), que asseguram os vários direitos sociais e civis, podem ser observadas no âmbito:

- do emprego, em que a participação no mercado de trabalho é vista como a principal forma de inclusão das pessoas nas sociedades modernas, e o ponto de partida de todas as análises de inclusão e exclusão social;
- da educação, que pode ser identificada em duas funções sociais, a de ser um mecanismo de reprodução e consolidação das desigualdades, mas também como um meio importante de ascensão e mobilidade social (quando as oportunidades estão em expansão a educação funciona como canal de ascensão. Uma outra vertente da educação é poder gerar

¹⁸ “É instituída a cidadania da União. É cidadão da União qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro. A cidadania da União acresce à cidadania nacional e não a substitui.” (TSFUE, 2012, art.º 20.º, ponto 1.).

¹⁹ Enunciados na *Carta Social Europeia*, assinada em Turim, em 18 de Outubro de 1961 e a *Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores*, de 1989

²⁰ A *Cimeira Social Tripitada para o Crescimento e o Emprego* contribui para o diálogo social.

novas competências, e com isso provocar a expansão de novas oportunidades de trabalho;

- da previdência social, em que esta conjuntamente com a saúde constituem duas componentes básicas da rede de segurança e do sistema de bem-estar social, pois este direito social pode ser visto como um sistema de amparo aos mais necessitados (distinguindo aqueles que passam por períodos de dificuldade apesar de uma vida virtuosa de trabalho e os que, parasitariamente, ou não, procuram fugir às suas responsabilidades e obrigações);
- da saúde, cujos serviços, entre outros fatores, afetam as condições de saúde da população (proporcionando condições adequadas para uma boa nutrição, condições de saneamento, de segurança, ocupacionais e de habitação);
- dos programas sociais compensatórios, que são programas de distribuição direta de recursos à população mais carente, permitindo um alívio imediato de situações de carência aguda de recursos e, também, proporcionando uma correlação imediata, pelo menos em certa medida das desigualdades sociais extremas;
- da segurança e justiça, pois os direitos civis são os direitos mais antigos das sociedades modernas (protegendo os indivíduos tanto da ação autocrática do Estado quando da ação predatória de outros indivíduos).

Nos dias de hoje continua a haver discriminações e desigualdades complexas e persistentes no mercado de trabalho, tanto nacional como internacional²¹, geradoras de pobreza e marginalização social. Neste contexto, o Conselho Europeu de Lisboa, em 2000, tomou medidas de modo a erradicar a pobreza até 2010, devendo para isso os Estados-Membros coordenar as respetivas políticas de combate à pobreza e à exclusão social com base num método aberto de coordenação, conjugando objetivos partilhados, planos de ação nacionais e indicadores comuns para promover estratégias políticas mais ambiciosas e eficazes no domínio da inclusão social.

Os resultados destas políticas foram insatisfatórios, pelo que a União Europeia concebeu um novo conceito de *inclusão activa*, em 2006, pela primeira vez, dedicando uma atenção especial para a ação no crescimento de oportunidades de emprego, com o objetivo de contribuir para o combate à pobreza e exclusão social e para a coesão social, procurando conjugar três elementos: a ligação ao mercado de trabalho através de oportunidades de

²¹ Persiste um elevado diferencial salarial, em termos remuneratórios entre as mulheres e os homens. Na União Europeia, por exemplo, as mulheres ganham, em média, 16,2% menos do que os homens enquanto que em Portugal, esse valor atinge os 18%. Para sensibilizar a opinião pública para este facto e incentivar a tomada de medidas para eliminar a disparidade salarial existente entre homens e mulheres, a UE instituiu o Dia Europeu da Igualdade Salarial, celebrado a 28 de fevereiro; Portugal instituiu igualmente um Dia da Igualdade Salarial em Portugal, assinalado, no dia 6 de Março (Cf. informação oficial em: <http://www.cite.gov.pt/pt/destaques/noticia135a.html>).

emprego ou formação profissional; apoio ao nível de rendimentos para que as pessoas tenham uma vida condigna; e, por último, melhorar o acesso aos serviços de modo a eliminar alguns obstáculos à integração na sociedade. Sem este apoio ativo a integração no mercado de trabalho, as pessoas correm o risco de ficar presas aos regimes de rendimento mínimo e de situações de pobreza, bem como de dependência prolongada dos sistemas previdenciais (COM, 2006).

Esta abordagem de inclusão ativa para ter sucesso deve promover um processo de aplicação integrada entre os níveis políticos local, regional, nacional e comunitário, em torno de três vertentes: rendimento mínimo, medidas ativas do mercado de trabalho e serviços sociais (COM, 2007).

Ao longo do tempo, a União Europeia definiu estratégias, políticas e instituiu diversos programas e projetos, visando a coesão social, económica e a superação dos desequilíbrios estruturais evidentes no interior da diversidade de países e regiões da União.

De entre os fundos estruturais, merece destaque o *Fundo Social Europeu* (FSE)²², o principal instrumento financeiro da União Europeia para apoiar o emprego nos Estados-Membros, bem como promover a coesão económica e social, cujo financiamento corresponde atualmente a cerca de 10% do orçamento total da UE²³.

Atualmente, no quadro do programa ainda em vigor (2007-2013), para além de ter como objectivo melhorar o *acesso ao emprego* como, por exemplo, as mulheres, os jovens, os trabalhadores mais velhos, os migrantes e as pessoas com deficiências, o financiamento do FSE é dirigido também *adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas* à mudança. Este objectivo é conseguido através do *apoio à inovação* no local de trabalho, da *aprendizagem ao longo da vida* e da *mobilidade dos trabalhadores*²⁴.

De notar que entre os anos de 1994 e 2000 as iniciativas da União Europeia, devido a várias razões, entre elas a concentração de esforços noutros objetivos. Neste período de tempo, houve outros programas como o LEADER, Urban, Integra, entre outros que assumiram essa responsabilidade. No caso de Portugal desenvolveram-se alguns programas nacionais de luta contra a pobreza (OIT, 2003).

²² O FSE é o mais antigo dos fundos estruturais, tendo sido criado pelo *Tratado de Roma*, já em 1957.

²³ A sua dotação anual atinge os **10 mil milhões de euros de financiamento** (sítio do FSE: <http://ec.europa.eu/esf/home.jsp?langId=pt>).

²⁴ Cf. sítio do FSE: <http://ec.europa.eu/esf/main.jsp?catId=35&langId=pt>.

Em Portugal, o **Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)** constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social, assumindo “como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas”²⁵, desenvolvidos em três grandes *agendas operacionais temáticas*, desenvolvidas em programas operacionais, nomeadamente o **Programa Operacional para o Potencial Humano (POPH)**, *Programa Operacional de Valorização do Potencial Humano e Coesão Social da Região Autónoma da Madeira* (RUMOS), cofinanciados pelo FSE. No caso específico do POPH, por exemplo, este programa estrutura-se em torno de dez *eixos prioritários*, dos quais se destacam, pela sua dimensão social o *Eixo Prioritário 6 – Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social*.

Refira-se, ainda, a criação de programas especiais, como o *Ano Europeu de Combate Contra a Pobreza e Exclusão Social* (AEC PES)²⁶, em 2010, decidido pelo Parlamento Europeu, de modo a promover o reconhecimento dos direitos de todos e a coesão social, centrado na elaboração de medidas e políticas concretas para a erradicação da pobreza e da exclusão social²⁷.

Nas conclusões deste Ano, surgiu pela primeira vez um compromisso quantitativo, ou seja, tirar pelo menos 20 milhões de pessoas de situações de pobreza e exclusão social até 2020. Os efeitos da crise económica foram determinantes para que o desemprego mantivesse níveis elevados e com um número preocupante de pessoas a viver abaixo do limiar de pobreza e à margem da sociedade (COM, 2012).

A perspetiva dominante da inclusão – política, mas não só, é evidente - é a de que todo e qualquer indivíduo consiga participar efetivamente na vida social, política e económica e de que ninguém seja impedido, por tal falta, de usufruir de direitos políticos e sociais, de

²⁵ Cf. sítio do QREN : <http://www.qren.pt/np4/qren>.

²⁶ De notar que entre os anos de 1994 e 2000 as iniciativas da União Europeia no âmbito do combate à pobreza foram residuais, devido a várias razões, entre elas a concentração de esforços noutros objetivos tais como a consolidação do mercado único e construção da união económica e monetária com a adoção da moeda única. Neste período de tempo, houve outros programas como o LEADER, Urban, Integra, nomeadamente, que assumiram essa responsabilidade, entre outras. No caso de Portugal desenvolveram-se alguns programas nacionais de luta contra a pobreza. (OIT, 2003).

²⁷ Tendo em conta a realidade política e socioeconómica, o sucesso do programa nacional parece ter sido algo limitado, embora o relatório oficial considere “a maioria dos objetivos previstos foram alcançados, quer em termos de tipo e número de ações realizadas, quer em termos de número de pessoas abrangidas”, concluindo, ainda, o “impacto significativo na responsabilização e mobilização do conjunto da sociedade no esforço da erradicação das situações de pobreza e exclusão” (ISS (2012, p. 86).

cidadania, de rendimentos, de saúde, de educação ou de justiça. Pressupõe, ainda, equidade na satisfação das necessidades consideradas essenciais.

Seguindo a categorização resultante da análise do discurso político proposta por Ruth Levitas (1999; cit. Militão & Pinto, 2008, p. 10), podemos identificar três tipos de discurso político da exclusão:

1. correspondente ao modelo redistributivo, que é tradicionalmente virado para as causas e as características da pobreza, relacionando a exclusão com desigualdades sociais;
2. centrado nas causas da exclusão, radicadas essencialmente nas características morais e socioculturais dos excluídos, os quais constituem uma subclasse moral;
3. identificado com o modelo de integração social, em que é dada prioridade à eficiência económica e à coesão social, ligadas pela função de um emprego. A integração no mercado de trabalho é indispensável para a integração.

As políticas públicas, europeias e nacionais, apostam na capacitação dos indivíduos de modo a integrá-los na sociedade e, particularmente, no mercado de trabalho. Visam a criação estrutural de uma maior igualdade de oportunidades, em especial para os grupos sociais mais vulneráveis. A multidimensionalidade desta problemática passa pelas responsabilidades do indivíduo, em articulação com as da comunidade e as do Estado (Militão & Pinto, 2008).

A exclusão social normalmente é combatida por programas assistencialistas que têm por objetivo que os mais vulneráveis tenham um determinado nível de satisfação, de modo a evitar a rebeldia e riscos políticos associados. O problema não está no crescimento das prestações sociais, mas sim nas políticas que viabilizam a sua sustentação. Deste modo, têm de ser desenvolvidas medidas de minimização de exclusão social (Alvino-Borba & Mata-Lima., 2011).

A partir dos anos 80, as reformas dos sistemas de proteção social e a reestruturação produtiva contribuíram para o aumento das desigualdades e para o aparecimento de “nova pobreza”, constituída por indivíduos advindos do processo de desemprego estrutural (Reis, 2002).

De uma forma abrangente, os programas públicos de combate à pobreza contribuem de uma forma positiva para a redução da exclusão social. Caso contrário, um desempregado que não tenha recursos financeiros, nem oportunidades de escolha, está exposto a consequências negativas a nível psicossocial, nomeadamente: baixa autoestima, perda de

liberdade e precariedade nos serviços de alimentação, saúde, educação habitação, cultura e lazer (Alvino-Borba & Mata-Lima., 2011).

Na literatura específica, sobretudo de natureza sociológica, a exclusão tem sido caracterizada fundamentalmente como um “fenómeno multidimensional”, com “carácter cumulativo, dinâmico e persistente”, “produto de um défice de coesão social global”, por sua vez, gerador de novos problemas de coesão social, que atinge profundamente os indivíduos, caracterizados por diversos handicaps - exclusão do mercado de trabalho, privação de recursos materiais e sociais, precariedade do trabalho, baixos níveis de rendimento, carências habitacionais, baixa escolarização e reduzidas qualificações, fraca participação social e política -, remetendo-os para a periferia da sociedade (Rodrigues et al., 1999)²⁸.

Em síntese, a problemática da exclusão social e da integração/inserção social interage associativamente com as problemáticas do trabalho, emprego e desemprego, cuja análise será desenvolvida no capítulo II.

²⁸ Estes aspetos serão desenvolvidos no capítulo II.

6. Desemprego

Os problemas que existem no acesso ao mercado de trabalho são de ajustamento entre a oferta e a procura, o que levou a criação de categorias estatísticas e sociais, as quais pelas suas propriedades sociais são discriminados, limitando o acesso ao mercado de trabalho (Pedroso et al, 2005).

O desemprego é uma consequência da rigidez da regulamentação excessiva do mercado de trabalho e do desajuste das qualificações. Para enfrentar decisivamente o problema do emprego seria necessário investir na educação (Salm, 2005).

As necessidades de trabalho fazem-se sentir também nas necessidades de qualificação que passou a ser um instrumento de combate ao desemprego e um instrumento de promoção social. Assim, a formação para os empregados é um instrumento de promoção e para os desempregados é um instrumento de integração social. A primeira medida de transição entre o desemprego e o emprego é a recuperação da empregabilidade social, ou seja, a recuperação de laços com as atitudes e competências sociais necessárias para desempenhar uma atividade com caráter contínuo. No desemprego, os indivíduos têm um maior perigo de perda dessas competências ou maior necessidade de as recuperar (Pedroso et al, 2005).

A educação é outro aspeto que contribui para a pobreza e exclusão social, pois os baixos níveis de escolaridade e analfabetismo constituem muitas vezes obstáculos para aceder ao trabalho e ao aperfeiçoamento profissional: os níveis mais altos de escolaridade reduzem o risco de desemprego, enquanto os baixos níveis de habitação escolar e qualificação profissional conduzem à situação de exclusão. “A implementação de projetos com a participação de empresas e da sociedade civil, em geral, é uma opção para contribuir para a qualidade do ensino e estímulo à aprendizagem, proporcionando oportunidades de aprendizagem contínua ao longo da vida” (Alvino-Borba & Mata-Lima, 2011, p. 232).

A perda de emprego pode levar a uma situação de pobreza e exclusão social, perdendo o desempregado a capacidade de satisfação das suas necessidades fundamentais, pois esta é uma componentes associadas ao conceito de cidadania (Okino et al, 2010).

Portugal tem características próprias que influenciam o emprego, nomeadamente: “baixa produtividade, baixos salários, baixo nível escolar e de qualificações”, entre outros (Pedroso et al, 2005, p.65).

As vulnerabilidades do nosso mercado de trabalho, segundo Pedroso et al. (2005, p.68), são:

- ✓ “baixo nível de educação e formação”;
- ✓ “peso significativo do desemprego de longa duração e muito longa duração no emprego total”;
- ✓ “existência de grupos específicos com especiais problemas de inserção no mercado de trabalho”;
- ✓ “um fraco nível de produção média, em comparação os restantes países comunitários”;
- ✓ “persistência de importantes assimetrias territoriais assentes, especialmente, nas diferentes características do tecido produtivo e do nível de qualificação da mão-de-obra sofrendo um desigual impacto dos fenómenos de reestruturação sectorial, o que gera importantes desigualdades regionais no mercado de trabalho”.

Portugal é o terceiro país da União Europeia em que o desemprego mais se agravou desde 2000, passando da sexta melhor posição para a oitava pior na primeira década do século XXI, e à frente dos parceiros iniciais da União no desemprego de longa duração no final de 2010 (Mateus, 2013).

No sistema capitalista, as relações trabalhistas acompanham as variações do ambiente externo das organizações e são elas que geralmente são as beneficiadas quando existe mais oferta do que procura de trabalho. Neste tipo de economia, o trabalho não é só uma fonte de rendimento, mas também um agente determinante de como a sociedade vê o indivíduo e o inclui nas suas relações sociais. Neste contexto, o sistema capitalista tende a gerar diferentes tipos de precarização do trabalho, como: “trabalho por tempo determinado, trabalho parcial, temporário, ao domicílio e subcontratado” (Okino et al, 2010, p.7). Estes tipos de trabalho têm em comum, nomeadamente, “a insegurança, a incerteza e a desqualificação”, que levam a que os indivíduos fiquem fragilizados (Okino et al, 2010, p.7). Um indivíduo que se encontre em situação involuntária de não trabalho por falta de oportunidades encontra-se em situação de desemprego. Podemos definir vários tipos de desemprego (Okino et al, 2010, pp.8-9):

Quadro 4: Vários tipos de desemprego

Tipos de desemprego	Caracterização
Desemprego aberto	Que se define pelas pessoas que procuram “trabalho nos últimos trinta dias e não exerceram nenhum tipo de atividade durante sete dias”.
Desemprego oculto pelo trabalho precário	Caracterizado pelo trabalho precário é quando as pessoas que têm um “trabalho que não é remunerado e estão à procura de trabalho nos últimos trinta dias, ou que não conseguiram trabalho nos últimos doze meses, ou então tenham um trabalho que seja remunerado ocasionalmente e de auto-ocupação”.
Desemprego oculto por desalento	Por desalento são as “pessoas que não têm trabalho, mas não procuraram nos últimos trinta dias, devido a perda de estímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas que procuraram trabalho nos últimos doze meses”.
Desemprego sazonal	Relacionado com as “variações trabalho exigidas em determinadas épocas do ano”.
Desemprego ficcional	Identificado nas situações em que as “pessoas saem dos seus trabalhos à procura de melhores oportunidades, o que leva essas pessoas a demorarem mais tempo a aceder a oportunidades de trabalho”.
Desemprego estrutural	Devido à “inadequação da estrutura económica que não utiliza toda a força de trabalho que está disponível, provocada pela destruição de ocupações tradicionais da agricultura, da desregulação do mercado de trabalho”, entre outros.
Desemprego conjuntural	Resultante da “aceleração ou desaceleração da economia, que induz ou reduz a criação de novos postos de trabalho”.
Desemprego disfarçado	Identificável nas “dificuldades das pessoas em entrarem no mercado de trabalho formal e que não encontram mecanismos para obter rendimentos para manter o seu padrão de vida, mas que tentam encontrar alternativas de sobrevivência como a realização de pequenas tarefas ou atividades temporárias (embora sem reconhecimento legal e em condições precárias, continuando a configurar uma situação de desemprego)”.

Fonte: adaptação de Okino (2010)

A experiência de desemprego é traumática, não se restringindo apenas à questão do rendimento ou de poder de consumo, pois gera um sentimento de exclusão social e, para além disso, o indivíduo perde a capacidade de assegurar a satisfação das necessidades básicas. Os efeitos do desemprego são de âmbito psicológico, social e físico, como podemos demonstrar no quadro seguinte (Quadro 5).

Quadro 5: Os efeitos do desemprego

Psicológico	Social	Físico
Resignação	Pobreza	Várias doenças
Autoestima negativa		
Desespero	Perda de status	Insónia
Vergonha		
Apatia	Perda de disciplina temporal e rotina diária	Tensão e ansiedade, provocando: toxicod dependência, violência familiar e maus-tratos a menores e tentativa de suicídio
Sensação de futilidade		
Passividade	Desagregação da vida familiar (incluindo divórcio)	
Depressão		
Desesperança	Comportamento antissocial (roubo, tráfico e vandalismo)	
Indiferença		

Fonte: adaptado de Okino et al. (2010)

Como podemos verificar no Quadro 5, os efeitos do desemprego mais comuns, a nível psicológico, são: a autoestima negativa, a depressão, a desesperança. Normalmente estes sintomas são agravados pelo facto de o desempregado ser visto pelos outros de forma negativa o que agrava os sintomas, pois a reinserção no mercado de trabalho pode ser longa. Este conjunto de efeitos do desemprego, podem ser muito graves para o indivíduo e até para a sua família, por isso é necessário combater o desemprego para que as pessoas possam ter uma melhor qualidade de vida e a garantia de assegurar a satisfação suas necessidades básicas. O problema do desemprego é de difícil resolução, pois quando a economia não cresce é precisamente neste contexto que é importante que sejam gerados novos postos de trabalho. A criação de novos postos também tem de ter condições viáveis para os trabalhadores, sendo que o desenvolvimento económico e social terá de gerar condições e empregos de qualidade de forma a garantir o acesso à cidadania (Okino et al, 2010).

O trabalho é o instrumento central de integração na sociedade inclusiva, pois o trabalho remunerado possibilita a inclusão noutros sistemas, visto que as pessoas desempregadas, relativamente às empregadas, têm posições mais fracas no sistema de rendimentos, no consumo e no sistema político (Moller et al, 2002).

O desemprego contribui igualmente para a pobreza e para a exclusão social. É necessário que as condições de estabilidade e qualidade do mercado de trabalho sejam

oferecidas a todos os indivíduos, pois o desemprego e o trabalho precário são problemas atuais que conduzem e favorecem vulnerabilidades que se traduzem em exclusão social e pobreza. No combate ao desemprego, é necessário que sejam criadas condições, nomeadamente políticas (no âmbito da legislação laboral, por exemplo) e fiscais, que estimulem os empregadores a promover investimentos e a criação de empregos (Alvino-Borba & Mata-Lima, 2011).

O trabalho é uma forma de o indivíduo participar ativamente na sociedade, e consequentemente como forma de inclusão social, pois possibilita a capacidade de decisão, de escolhas relativamente à utilização de recursos sociais e de pleno exercício de cidadania. Em contrapartida, o desemprego, essencialmente o de longa duração, causa danos psicossociais, perda de competências e de autoestima (Alvino-Borba & Mata-Lima, 2011).

O desemprego de longa duração é um dos principais fatores de exclusão social, devido à importância que o trabalho tem na vida de cada um, a qual vai para além do rendimento, pois é uma forma de afirmação de estatuto social e de estima social. O desemprego de longa duração tende a gerar desgaste nas aptidões profissionais, diminuindo os hábitos e laços sociais da vida do dia-a-dia. Esta situação pode levar ao aparecimento de perturbações psicológicas que têm efeitos na vida familiar e se traduzem em situações de desmotivação, desorganização familiar e eventuais problemas associados a alcoolismo ou toxicodependência. Quanto mais tempo um indivíduo está desempregado, menores são as possibilidades de reverter essa situação de desemprego, o que atinge ainda mais as pessoas mais velhas e menos qualificadas. A principal fonte do desemprego de longa duração são as pessoas que não apresentam condições mínimas de empregabilidade, independentemente da idade, pelo que permanecem durante longos períodos fora do mercado de trabalho (Capucha et al, 2005).

Uma das formas mais importantes de inserção na sociedade moderna é a integração pelo trabalho, mas não podemos esquecer que a exclusão é um fenómeno multidimensional e tem muitas trajetórias de desvinculação. A rutura das relações sociais e a fragilização dos vínculos (família, vizinhança, comunidade, instituições) podem levar ao isolamento social e à solidão (Sawaia et al, 2001).

Capítulo II – Moldura conceptual e analítica dos mecanismos de exclusão/inclusão social

1. Conceito de exclusão/inclusão social

A caracterização da inclusão e exclusão é aberta e flexível, evoluindo consoante a época e a situação (Alvino-Borba et al, 2011).

Desta forma podemos afirmar que a inclusão e a exclusão podem ser referidas como a entrada e saída das esferas socialmente reconhecidas (Faleiros, 2006).

A exclusão é um processo complexo e multifacetado com dimensões políticas, materiais, relacionais e subjetivas. A exclusão só existe em relação à inclusão como sendo parte constitutiva dela, pois é um processo que envolve o indivíduo de uma forma global e nas suas relações com os outros (Sawaia et al, 2001).

A exclusão social é, também, um fenómeno abrangente a vários níveis e define-se de acordo com o momento político, económico e social de cada local em que o fenómeno ocorre. Neste sentido, a exclusão é uma realidade que sempre existiu e com a qual as nossas sociedades aprenderam a viver (Reis, 2002).

Este fenómeno de exclusão tem, ainda, um carácter cumulativo, dinâmico e persistente, caracterizado por processos de reprodução e evolução que garantem a sua persistência e que são a causa e a consequência de muitas ruturas na coesão social, traduzindo-se em fragmentação social (Rodrigues et al., 1999).

“O afastamento da sociedade contemporânea das propostas políticas de bem-estar proporciona situações de vulnerabilidade social que fragilizam a sociedade. Este tipo de vulnerabilidade provoca a exclusão social”, pois o Estado tem como função essencial o combate às situações de vulnerabilidade, através de programas de intervenção, ou seja, de programas de inclusão social (Alvino-Borba et al., 2011).

O conceito de exclusão social tem implícito o conceito de integração social, não podendo, pois, dissociar-se deste. A integração pressupõe uma participação ativa e o exercício do direito de cidadania, no funcionamento de grupos sociais organizados, que são essenciais na estabilização das situações de trabalho, família e sociais. A inserção social é o movimento de levar as pessoas, famílias e grupos em situações de pobreza e exclusão social a iniciar os processos que permitem o acesso aos direitos de cidadania e participação social, com a ajuda de instituições que ofereçam essa possibilidade apoiando o processo. A proteção social tem

como intuito diminuir os efeitos mais graves das desigualdades sociais e proporcionar os direitos e capacidades para o exercício da cidadania que é indispensável para a inserção social (Rodrigues et al., 1999).

Um outro conceito associado é a pobreza, que é uma das dimensões mais visíveis da exclusão social, mas existem aspetos mais complexos do que as condições meramente económicas. Desta forma, podemos fazer uma distinção conceptual: a pobreza é definida pela escassez de recursos de um indivíduo, impedindo-o de satisfazer as suas necessidades consideradas mínimas, enquanto a exclusão é caracterizada pelos aspetos relacionais e pela sua desintegração ou inadequada integração social (Rodrigues et al., 1999).

Em 1974, René Lenoir, apresentou uma forma de conceção de exclusão, em que defendia que esta não era um fenómeno de ordem individual, mas sim social, devendo a razão da sua ocorrência ao funcionamento das sociedades modernas. Algumas das suas causas estão relacionadas com o fluxo rápido e desordenado do processo de urbanização, a inadaptação e uniformização do sistema escolar, o desenraizamento derivado da mobilidade profissional e a desigualdade no acesso aos serviços. Assim, a exclusão não se trata de um fenómeno marginal, mas sim de um processo que cada vez atinge mais indivíduos derivado de várias situações (Sawaia et al, 2001).

A quebra de laços do indivíduo com a sociedade leva a uma quebra na unidade social. Neste sentido, exclusão e pobreza são muitas vezes confundidas e associadas a preconceitos de “classes perigosas” ou “marginais”, pondo em causa a estabilidade e normalidade social (Rodrigues et al., 1999).

Em síntese, a exclusão social pode ser caracterizada pela:

- ✓ acumulação de deficiências e insucessos sociais;
- ✓ desintegração social (quebra de laços de solidariedade e risco de marginalização);
- ✓ desintegração do sistema de atividade (associada às mutações económicas);
- ✓ desintegração das relações sociais e familiares (novas estruturas familiares mais vulneráveis e enfraquecimento das redes de interajuda familiar, de vizinhança e comunitária).

A representação dos pobres como “classes perigosas”, a estigmatização de certas categorias vulneráveis ou vítimas de integração em grupos problemáticos, a intolerância face aos mais pobres, a culpabilização dos pobres pela sua situação, a discriminação praticada em

relação às mulheres ou em relação a grupos vulneráveis, a marginalização e catalogação das categorias e dos territórios mais desfavorecidos, são apenas alguns exemplos de fatores culturais ligados à perpetuação dos fenómenos de exclusão (Capucha et al, 2005).

A exclusão social surge com o aumento das desigualdades e resulta da desarticulação entre diferentes partes da sociedade e os indivíduos, não participando dos benefícios que definem o estatuto de membro dessa sociedade. Numa outra abordagem, podemos considerar que a “exclusão é o produto de um défice de coesão social global” em que não são só os fenómenos individuais nem as somas das situações que contribuem para a exclusão (Rodrigues et al., 1999).

Podemos considerar duas categorias de exclusão social: as velhas e as novas formas de exclusão social. Na primeira categoria, as velhas formas de exclusão social, estão incluídas as tradicionais categorias que indicam as diferenças sociais. Na segunda categoria, as novas formas de exclusão social pode-se subdividir em: os países em desenvolvimento, centrados nos problemas da velha exclusão social e do fluxo das novas variáveis, principalmente do desemprego estrutural; e os países desenvolvidos, onde a nova exclusão, ou a nova pobreza, decorrentes do desemprego estrutural, são cada vez mais relevantes. Os indivíduos integram a velha exclusão social, que sempre estiveram na nossa sociedade e independentemente do período analisado, estes nunca tiveram tanta expressão como os da nova exclusão social derivada da taxa de desemprego total que teve consequências negativas para as famílias, afetando as suas relações (Reis, 2002).

A análise das categorias sociais desfavorecidas está relacionada com os conceitos de pobreza e exclusão social. Os diferentes tipos de exclusão social são caracterizados pelo peso diferenciado dos vários handicaps²⁹, tais como: a exclusão do mercado de trabalho ou precariedade de inserção no mesmo, baixos níveis de rendimento, carências habitacionais, baixa escolarização e reduzidas qualificações, fraca participação social e política. Desta forma, podemos considerar três tipos de exclusão: económica, social e cultural. A acumulação de handicaps aumenta a vulnerabilidade de determinadas categorias em situações de pobreza e exclusão social. Uma outra dificuldade de interação social é acrescida pela incapacidade de as categorias sociais mais desfavorecidas superarem o processo de etiquetagem que as identifica (Rodrigues et al, 1999).

²⁹ Neste sentido, *handicap* designa as limitações ou desvantagens (físicas, psíquicas, sociais, financeiras...) que colocam um indivíduo em situação desigual, face aos demais, nos contextos em que se integra.

Para além das categorias clássicas (v. Quadro 6), emergem novas categorias sociais vulneráveis à exclusão devido aos vários handicaps, como podemos observar através dos quadros seguintes (v. Quadro 7).

Quadro 6 – Categorias sociais tradicionais desfavorecidas, vulneráveis à exclusão social

Categorias sociais	<i>Handicaps</i>
Idosos	Insuficiência de recursos económicos, devido às baixas pensões, solidão e desintegração familiar
Camponeses pobres	Difícil rentabilidade de uma atividade tradicional
Assalariados com fracas qualificações	Baixas remunerações

Fonte: adaptado, a partir do estudo de Rodrigues et al. (1999).

Quadro 7 – Novas categorias sociais desfavorecidas, vulneráveis à exclusão social

Categorias sociais	<i>Handicaps</i>
Desempregados de longa duração	Dificuldades de reinserção no mercado de trabalho; perda de ligações à sociedade e à rede de relações interpessoais que o emprego proporciona.
Grupos étnicos	Precariedade das condições de vida devido aos processos de exclusão a que este grupo está sujeito.
Famílias monoparentais	Insuficiência/privação de recursos económicos que conduzem à pobreza.
Pessoas com deficiência	Baixa capacidade e oportunidade de emprego pelo que têm uma dependência social, familiar e uma difícil integração social.
Jovens em risco (ex.: toxicodependentes, ex-toxicodependentes, detidos, ex-reclusos)	Excluídos das principais instituições sociais, tais como, a família, a escola, o trabalho, entre outras.
Sem abrigo	Pode existir a possibilidade (de causa ou efeito) de toxicodependência, de alcoolismo, de rutura familiar, de deficiência, etc).
Trabalhadores precários	Vulnerabilidade latente.

Fonte: adaptado, a partir do estudo de Rodrigues et al. (1999).

Para além das categorias clássicas e das novas categorias que são vulneráveis à exclusão social, podemos considerar outras categorias que também o são, como podemos observar no quadro seguinte (v. Quadro8).

Quadro 8 – Outras categorias sociais desfavorecidas, vulneráveis à exclusão social

Categorias sociais	<i>Handicaps</i>
Mulheres	Discriminação a vários níveis existentes na sociedade
Jovens à procura do primeiro emprego	Não possuir formação e/ou qualificação profissionais dificultando a sua entrada no mercado de trabalho
Indivíduos com doença crónica	Debilidade física que dificulta o exercício da profissão
Beneficiários de prestações sociais	Insuficiência de recursos e círculo vicioso.

Fonte: adaptado, a partir do estudo de Rodrigues et al. (1999).

No quadro das políticas de inclusão social, a reprodução de desigualdades e de situações de pobreza e exclusão social encontramos o abandono escolar precoce do sistema de educação e formação por parte de muitas pessoas, o acesso a oportunidades de educação e formação ao longo da vida para a população em idade adulta (Capucha et al., 2005).

As estratégias para a inserção e inclusão são o processo que viabiliza o acesso às oportunidades da sociedade, de quem dele estava excluído, permitindo a retoma da relação dinâmica e interativa com a sociedade. A integração associa duas lógicas: a do indivíduo que tem o acesso às oportunidades da sociedade podendo escolher as que lhe interessa, ou seja a inserção na sociedade; e a da sociedade que se organiza de forma a abrir oportunidades para todos, reforçando-as e tornando-as equitativas, ou seja, a inclusão (Amaro, 2000).

A exclusão social está intimamente ligada à integração do sistema de atividade, e, desta forma, podemos afirmar que está ligada às novas mutações económicas e novas configurações sociais das relações sociais no domínio familiar, nomeadamente com as novas estruturas familiares e o enfraquecimento das redes de ajuda tanto familiares, como de vizinhança ou comunitárias. Para além disso, a exclusão tem um carácter cumulativo e persistente – como já referido anteriormente - contendo processos de reprodução e evolução de novas formas, constituindo a causa e consequência de muitas ruturas na coesão social (Almeida, 2007).

Os fatores de exclusão social e de inclusão social estão associados à vulnerabilidade social, pois são processos multidimensionais e têm assimetrias consoante a variação espaço-temporal (v. Quadro 9). Alguns fatores clássicos de exclusão, como a fome, a pobreza e o desemprego, e de inclusão, como o emprego e a justiça social, já são antigos, mas continuam em evidência na nossa sociedade, nos dias de hoje. Os fatores de exclusão social são estabelecidos pela negação de alguns indivíduos ou grupos, de terem a acesso a oportunidades e, pelo contrário, os fatores de inclusão social regem-se pela equidade social (Alvino-Borba et al, 2011).

Quadro 9: Fatores de inclusão e exclusão social

Inclusão social	Exclusão social
Emprego	Desemprego
Valorização do capital humano	Desvalorização
Programas institucionais	Precarização do trabalho
Solidariedade social	Pobreza
Segurança	Insegurança
Justiça social	Injustiça social
Qualificação social	Desqualificação social
Igualdade educacional	Desigualdade educacional
Acesso a bens e serviços	Falta de acesso a bens e serviços

Fonte: Elaboração própria

Segundo alguns autores os fatores de exclusão social e de inclusão social são (Alvino-Borba & Mata-Lima, 2011):

- Exclusão social

“Caracteriza-se por um conjunto de fenómenos que se configuram no campo alargado das relações sociais contemporâneas: o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a desqualificação social, a desagregação identitária, a desumanização do outro, a anulação da alteridade, a população de rua, a fome, a violência, a falta de acesso a bens e serviços, à segurança, à justiça e à cidadania, entre outras” (Lopes, 2006, p.13)

“Inacessibilidade ao mercado de trabalho – a incapacidade de gerar renda familiar de subsistência, a desvalorização ou falta de reconhecimento do trabalho diário do indivíduo, a discriminação e a ausência de proteções legais básicas do trabalho. Esses efeitos incluem a segregação física em comunidades marginais, o estigma social associado à baixa qualidade de empregos, condições de trabalho inseguras e o abandono prematuro da escola.” Mazza, 2005. P.183

- Inclusão social

“A melhoria de capital humano por meio da educação, do treinamento e de empregos de melhor qualidade pode contribuir significativamente para o aumento da inclusão social” (Mazza, 2005, p. 183)

Os fatores de exclusão social estão inevitavelmente associados aspetos ambientais, culturais, económicos, políticos e sociais. Na sociedade contemporânea, podemos afirmar que o fator económico tem um grande peso nas sociedades industriais como grande parte da explicação para a exclusão social (Amaro, 2000).

Quadro 10: Definições de exclusão e inclusão social

Exclusão social	Inclusão social
“É um processo através do qual certos indivíduos são empurrados para a margem da sociedade e impedidos de nela participarem plenamente, em virtude da sua pobreza ou da falta de competências básicas e de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, ou ainda em resultado de discriminação” (COM, 2003)	“Processo que garante que as pessoas em risco de pobreza e exclusão social acedam às oportunidades e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas económica, social e cultural e beneficiem de um nível de vida e bem-estar considerado normal na sociedade em que vivem” (COM, 2003, p.9)
“Costuma ser relacionada a um plano de causalidade complexo e multidimensional, diferenciando-se da conceção de pobreza.” (Alvino-Borba et al, 2011)	“A inclusão social está relacionada com a procura de estabilidade social através da cidadania social, ou seja, têm os mesmos direitos na sociedade. A cidadania social preocupa-se com a implementação do bem-estar das pessoas como cidadãos” (Alvino-Borba et al, 2011).
“Exclusão social significa grupos socialmente excluídos. Portanto, são aqueles que estão em situação de pobreza, desemprego e carências múltiplas associadas e que são privados	

de seus direitos como cidadãos, ou cujo laços sociais estão danificados ou quebrados” (Alvino-Borba et al, 2011).	
---	--

Fonte: elaboração própria

Os vários fatores de exclusão social podem ser analisados a vários níveis: macro, meso e micro. Os fatores de ordem macro são de natureza estrutural, os quais estão relacionados com o funcionamento global das sociedades, como o tipo de sistema económico, entre outros. Os fatores de ordem meso são muitas vezes de natureza estrutural, mas também podem resultar de incidências conjunturais, de ordem local, traduzidas nas relações e nas condições de proximidade que regulam e interferem no dia-a-dia das pessoas, tendo origem em diversas áreas tais como: as políticas autárquicas, as características do mercado local de trabalho, preconceitos sociais e culturais, entre outros. Os fatores de ordem micro são normalmente individuais e familiares e estão relacionados com lacunas e fragilidades experimentadas no percurso pessoal, com capacidades frustradas ou não valorizadas, de incidências negativas, entre outros. Podemos afirmar que os fatores macro e meso se centram nas oportunidades oferecidas ou negadas pela sociedade, enquanto os fatores micro se centram nas capacidades e competências individuais ou familiares (Amaro, 2000).

A exclusão resulta na privação de recursos materiais e sociais levando os indivíduos para a periferia da sociedade, excluindo-os dos universos materiais e simbólicos e fazendo com que aumente a sua rejeição e, conseqüentemente, desenvolvam sentimentos de autoexclusão. O indivíduo ou grupo que é excluído transforma a sua identidade e fica marcado por sentimentos de inutilidade e incapacidade de superar os obstáculos que provocam a sua situação de exclusão (Rodrigues et al., 1999).

Segundo Costa (1988; cit. Almeida, 2007) podemos identificar cinco campos de exclusão (v. Quadro 11).

Quadro 11: Cinco campos de exclusão social

Campo de exclusão	Caracterização
Económica	Diretamente associada a situações de pobreza, ou seja, a privação de recursos; Caracterizada pelas más condições de vida, baixos níveis de qualificação escolar e profissional, emprego precário, entre outros.
Social	Associada aos laços sociais, em que existe uma privação de

	relações, e é caracterizada pelo isolamento.
Cultural	Relacionada com fatores culturais, como o racismo, a xenofobia, dificultando a integração social entre os diferentes.
Patológica	Caracterizada por doenças, especialmente de ordem psicológica ou mental, em que maior parte das situações leva a rutura familiar.
Comportamentos autodestrutivos	Comportamentos relacionados com a toxicod dependência, o alcoolismo, a prostituição; comportamentos derivados da pobreza.

Fonte: Elaboração própria

Para Bruto da Costa (2005; cit. Faleiros, 2006), a exclusão é um fenómeno complexo e heterogéneo com causas estruturais, bem como económicas, sociais, culturais, patológicas e autodestrutivas. Deste ponto de vista, a pobreza pode ser encarada como a forma de exclusão mais generalizada (Faleiros, 2006).

A exclusão social pode, ainda, considerar-se essencialmente como “uma situação de falta de acesso às oportunidades oferecidas pela sociedade aos seus membros”. A exclusão social implica a privação, falta de recursos ou, de uma forma mais abrangente, ausência de cidadania, ou seja, a participação plena na sociedade, nos diferentes níveis: ambiental, cultural, económico, político e social (Amaro, 2000).

A exclusão social exprime-se em seis dimensões principais no dia-a-dia dos indivíduos, em que a exclusão é uma situação de não realização de algumas ou de todas as dimensões (v. Quadro 12) (Amaro, 2000).

Quadro 12: Dimensões da exclusão social no quotidiano do individuo

Dimensão	Caracterização	Tipo de competências	Descrição/exemplos
Ser	A personalidade, da dignidade e da autoestima e do auto conhecimento individual.	Pessoais	Reforço de autoestima e da dignidade, outro reconhecimento, etc.
Estar	As redes de pertença social, desde a família, as redes de vizinhança, aos grupos de convívio e de interação social e à sociedade mais geral.	Sociais e comunitárias	Competências: reativação ou criação das redes e dos laços familiares, de vizinhança e sociais mais gerais, etc.
Fazer	Tarefas realizadas e socialmente reconhecidas, quer sob a forma de emprego	Profissionais	Qualificações profissionais, aprendizagem de tarefas

	remunerado (pois é uma forma de reconhecimento social dominante) quer sob a forma de trabalho voluntário não remunerado.		socialmente úteis, etc.
Criar	Capacidade de empreender, de assumir iniciativas, de definir e concretizar, de inventar e criar ações, sejam elas qual forem.	Empresariais	Capacidade de sonhar e de concretizar, assumindo riscos, protagonizando iniciativas, liderando projetos, etc.
Saber	O acesso à informação necessária para a tomada de decisões fundamentada e da capacidade crítica face à sociedade e ao ambiente envolvente.	Informativas	Escolarização, outras formas de saber formal ou informal, etc.
Ter	O rendimento, o poder de compra e o acesso aos níveis médios de consumo da sociedade e a capacidade aquisitiva.	Aquisitivas	O acesso a um rendimento e a sua tradução em poder de compra, capacidade de priorizar e escolher consumos, etc.

Fonte: Elaboração própria

Ser excluído é ser pobre e estar afastado do consumo de bens e serviços considerados normais, é estar fora do mercado de emprego e possuir um estatuto desvalorizado decorrente dessa situação, é reconhecer o insucesso escolar e não participar na sociedade do conhecimento e da informação, é não ter acesso aos equipamentos sociais e é não ter habitação condigna (Capucha et al, 2005).

A solução dos processos de inclusão e exclusão social passa pela escolarização e qualificação, pois uma população mais e melhor escolarizada corre menos riscos de exclusão social e é um instrumento vital no rompimento do círculo vicioso da exclusão (Capucha et al, 2005).

O conceito de exclusão social está, de uma forma ou de outra, presente no quotidiano de todos nós pelo que já nos é familiar ouvir o conceito nos media, nos discurso político e nos planos e programas governamentais. A exclusão social não atinge só os países mais pobres, até pelo contrário, afeta diretamente uma parte da população e, indiretamente, a sua maioria, nem que seja pelas restrições impostas do mundo do trabalho ou por situações decorrentes de modelos e estruturas económicas que geram grandes desigualdades de qualidade de vida (Sawaia et al, 2001).

2. Conceitos associados à exclusão social

Como já visto anteriormente, a exclusão social significa, essencialmente, a desintegração social a diferentes níveis: económico, social, cultural, ambiental e político. Reflete-se na fragilização dos laços familiares e sociais e na não participação na vida comunitária e implica a desfiliação em relação à sociedade, traduzida no não reconhecimento do lugar na sociedade (OIT, 2003).

Os elementos tanto físicos como socioambientais reforçam-se mutuamente, pois a sobreocupação degrada o espaço físico, a degradação do espaço físico atrai vandalismo e gera percepções negativas do ambiente, estas diminuem a autoestima dos residentes, o que provoca falta de interesse na conservação dos espaços (Fernandes, 2011).

Quadro 13 - Conceitos relacionados com a exclusão social

Conceito	Definição	Desenvolvido por:
Desqualificação	Caracterizada pelo processo relacionado a fracassos e sucessos da integração. A desqualificação social aparece como o contrário da integração social.	Paugam
Desinserção	Conceito que coloca em causa a existência da própria existência das pessoas enquanto indivíduos sociais, como processo inverso à integração. Não existe uma imediata entre situações de desinserção e situações sociais desfavoráveis, pelo que não existe uma relação entre desinserção e pobreza. Neste conceito é atribuído ênfase à dimensão simbólica ao fenómeno de exclusão, pelo que analisam os acontecimentos objetivos do emprego e do vínculo social e fatores de ordem simbólica.	Gaujelac e Leonetti
Desafiliação	Analisa as questões de metamorfose social, em que este conceito significa a rutura de pertencimento e do vínculo societal. Este conceito considera as populações com insuficiência de recursos materiais e também fragilizados pela instabilidade relacional, ou seja, perda de vínculo societal.	Robert Castel
Apartação social	Processo pelo qual designa o noutro como “à parte”, ou seja, é uma forma de separação como desigual sendo expulso dos meios de consumo, de bens, de serviços, entre outros. É uma forma agressiva de intolerância social.	Cristóvão Buarque

Fonte: adaptado a partir de Fernandes (2011)

Paugam propõe um conceito de desqualificação social para representar uma nova pobreza e unir alguns indivíduos: os frágeis, com rendimentos baixos, irregulares ou incertos, que beneficiam de intervenções sociais pontuais, fundamentais para o domínio orçamental; os assistidos, que têm apoios orçamentais regulares devido à uma deficiência física ou psicológica que os incapacita de promoverem o sustento adequado para si e para a sua família nuclear; os marginais, sem estatuto ou poder e que raramente são inseridos na rede assistencial regular. Quando o emprego não consegue chegar a todos de modo a que este desempenhe o seu papel integrador, é necessário apostar nas políticas de luta contra a pobreza de modo a recriar o vínculo social e mobilizar indivíduos para compensar o desemprego e a “dessacralização” das grandes instituições, como a igreja entre outras, para que haja uma socialização fora da esfera das relações profissionais (Neves et al., 2010).

A desqualificação social pode ser entendida segundo Sawaia et al., (2001) como:

- ✓ Estigmatização dos assistidos - o auxílio da assistência social altera a sua identidade e transforma as suas relações com os outros num estigma, em que a pobreza assume um status social desvalorizado;

- ✓ Integração que caracteriza a situação dos indivíduos – a assistência tem como princípio a função de regulação do sistema social. A desqualificação social permite analisar a sociedade como parte integrante de um todo. Neste sentido, falar de desqualificação não é sinónimo de exclusão;

- ✓ Carácter equívoco da noção de exclusão - quando falamos de pobres, mesmo quando dependem da coletividade, estão desprovidos de possibilidades de reação - os pobres quando reagrupados em bairros socialmente desqualificados podem resistir coletivamente ou individualmente à desaprovação social, tentando preservar ou recuperar a sua legitimidade cultural e a sua inclusão no grupo;

- ✓ A resistência ao estigma e a adaptação em relação à assistência que varia consoante a fase do processo de desqualificação em que o indivíduo se encontra - os que são assistidos não têm características homogéneas. Para a maioria das pessoas, a categoria de “pobres” está bem determinada, devido, também, das instituições criadas para os socorrer

A desqualificação social é caracterizada pelo número cada vez mais crescente, nos dias de hoje, de indivíduos lançados fora do mercado de trabalho, fazendo com que as experiências vividas na relação de assistência ocorridas nas diferentes fases do processo. É de realçar,

também, que este conceito valoriza o carácter multidimensional, dinâmico e evolutivo da pobreza e o status social dos pobres socorridos pela assistência (Sawaia et al., 2001).

Com a perda de função e de estatuto de trabalhador – pois o trabalho é o grande integrador social -, advém o fenómeno da desafiliação. A desafiliação é um “modo particular de dissociação do elo social” (Castel, 2000; cit. Neves et al., 2010). Este fenómeno não acontece só no trabalho, também acontece na família e nas relações sociais, em termos gerais, traduzindo-se numa ausência de pertença a estruturas socialmente significativas (Neves et al., 2010).

3. A teoria da Correlação de Forças

Este paradigma é uma rutura com as visões clínica e tecnocrática da intervenção, uma vez que no primeiro caso é visto como “diagnóstico-tratamento” como sendo duas fases do processo de intervenção centrado no “problema/indivíduo/cura”, e o segundo caso em que é parte de um problema social e tenta estabelecer objetivos e metas para os enfrentar. Este paradigma implica, também uma rutura com a visão mecanicista da sociedade que não reconhece o papel do sujeito na transformação social, em que o Serviço Social assume um papel de controlo social de forma a manter as condições de reprodução capitalista da sociedade (Faleiros, 2005, p. 45).

Na teoria da Correlação de Forças, o Serviço Social é um mediador entre os atores e as estruturas onde existe um jogo de poderes e forças em que o profissional deve optar pelo lado mais fraco, vulnerável, mais oprimido. Esta teoria surge como alternativa no desempenho profissional nos dias de hoje. Desta forma temos de partir do princípio que o profissional deve se assumir como mediador dessa conflitualidade, mas não tem a componente neutra, pelo contrário, o profissional vai de encontro aos interesses dos mais vulneráveis na busca da equidade e justiça social (Amaro, 2008).

A prática profissional é o de “suprir carências, controlar perturbações, ou legitimar o poder” o que tem implicações na correlação de forças, tanto a nível económico, como político e até ideológico. Este processo de intervenção é visto para além do relacionamento e da solução imediata de problemas através de recursos, em contexto das relações sociais (Faleiros, 2005, p.44).

Neste contexto o Serviço Social tende a fortalecer o empowerment em torno da identidade, autonomia e cidadania dos indivíduos. Mantendo o carácter estrutural dos problemas sociais, esta teoria não surge como um projeto de emancipação coletiva de massas, mas sim na capacitação individual e na sua relação com as estruturas sociais opressoras. Deste modo o papel do Serviço Social são as relações de forças do capitalismo e na mediação do processo de fragilização ou fortalecimento do indivíduo. Os indivíduos devem ser ajudados a fortalecer as suas competências de modo a desenvolverem percursos de mudança na s suas vidas, de modo a usufruir das transformações na estrutura social. Este trabalho deve ser desenvolvido em espiral no sentido do indivíduo para a sociedade, para que as práticas de coletivização levem a que os indivíduos quebrem com a compreensão individualizada dos problemas. A teoria da Correlação de Forças é dirigida para os indivíduos e não para os

problemas, em que as particularidades de cada um acabam com aspetos da generalidade (Amaro, 2008).

Em Serviço Social é essencial dar importância à intervenção nas condições de vida e de trabalho, articulando a formação da identidade individual e coletiva na vinculação entre o sujeito e a estrutura. Deste modo a intervenção em serviço Social constrói-se na “relação sujeito/estrutura e na relação usuário/instituição, em que emerge o processo de fortalecimento do usuário diante da fragilização de seus vínculos, capitais ou patrimónios individuais e coletivos” (Faleiros, 2005, p. 44).

Numa sociedade capitalista as relações de trabalho condicionam de alguma maneira a inserção dos indivíduos no processo de educação, nos serviços de saúde, nos tipos de habitações, na maneira de vestir, comer e ver o mundo, ou de outra forma os rendimentos condicionam a maneira de viver de cada um. São estas condicionantes que promovem as lutas que fazem avançar ou recuar os seus limites e possibilidades, em que a correlação de forças, é consequência do fortalecimento ou fragilização dos indivíduos nas suas trajetórias em diferentes dimensões. A mediação profissional é um trabalho de ligação entre os grupos de exclusão, as instituições e a sociedade local. No esquema da relação entre a exclusão/inclusão pressupõe uma visão integradora das relações sociais, em que o Serviço Social tem uma posição “neutra” sem existir um compromisso com os dominadores ou os dominados definindo a relação de forças em estratégias suas (Faleiros, 2005).

4. Serviço social, ação social e exclusão

Neste contexto, as preocupações centrais do Serviço Social são combater as situações de pobreza, desigualdade e exclusão social, promovendo e estimulando a inclusão social.

A ação do assistente social está condicionada por um conjunto de estruturas criadas através da reprodução social que é resultante dos sistemas de interação social onde os agentes desenvolvem atividades que decorrem num espaço e tempo. O profissional tem de saber lidar com a ambiguidade estabelecida entre os objetivos da sua ação e os objetivos institucionais, motivo pelo qual terá de se afirmar, não só na sua autonomia (relativa), como também na sua competência e capacidade reflexiva que irão conduzir a sua ação como emancipadora ou reguladora. “As práticas profissionais são contextualizadas num espaço histórico sofrendo influências de um conjunto de fatores tanto políticos como sociais e são determinados derivados de projetos e movimentos sociais” (Esteves, 2007, p.23). Deste modo o Serviço Social surge em contextos de desigualdades sociais, derivado das consequências do capitalismo industrial (Esteves, 2007).

O assistente social tem como função desenvolver uma prática dirigida à sociedade civil, na luta pela cobertura dos direitos universais como a saúde a previdência, a assistência social, educação, cultura, habitação entre outras. Deve definir os seus objetivos de ação no sentido de promover e contribuir para a integração social, através do processo de empowerment que possa contribuir para que os indivíduos possam desenvolver competências necessárias para exercer influência política, se auto-organizem de forma a estabelecer novas formas de cooperação e acompanhem criticamente as políticas sociais e a ação do Estado, pois não podemos esquecer que o sistema económico continua a ganhar na relação (triangular) do Estado, cidadão e sociedade civil, tornando-se cada vez mais um agente regulador e pondo em causa o conceito de cidadania (Amaro, 2008).

Em termos de inclusão, tal como a exclusão social, tem diferentes dimensões: a individual e a coletiva, a igualdade e a diferença em que a garantia de uma vida digna é da responsabilidade tanto do indivíduo, como da sociedade como do Estado (Rodrigues, 2003).

Nos anos 60, em França, a exclusão era definida como a marginalização de bens e serviços de que um indivíduo ou um grupo era alvo. Era encarado como um problema individual. Neste contexto a pobreza tinha em conta o rendimento, ou seja, a sua apreciação fundamentava-se em análises económicas e critérios macroeconómicos associados à

expressão do crescimento. Foi só na década de 90 que houve o reconhecimento do carácter multidimensional da pobreza e exclusão social e sua indissociabilidade da noção de cidadania (Rodrigues, 2003).

O desenvolvimento económico teve como consequência o deslocamento das pessoas do meio rural para o meio urbano. Este fenómeno fez com que houvesse alterações na estrutura familiar, passando de famílias alargadas para famílias nucleares e o surgimento de famílias monoparentais e indivíduos isolados, tendo como consequência novas necessidades sociais, tais como a guarda de crianças e de idosos que deixam de ter retaguarda familiar (Amaro, 2008).

A exclusão social e a pobreza têm diferentes configurações dependentes do meio rural ou urbano. Nas zonas rurais assistimos a uma falta de acessibilidades e de infraestruturas (que resolvam os problemas decorrentes do isolamento e da demografia) e a implementação de novas atividades. Nas zonas urbanas, a pobreza e a exclusão social estão interligadas com situações económicas, existindo uma maior dependência dos serviços, das infraestruturas, da habitação e dos postos de trabalho. É neste contexto que o grau de severidade de situações de pobreza e exclusão social é mais acentuado (Rodrigues, 2003).

Um outro conceito é o “círculo vicioso da pobreza”, segundo qual a reprodução destes fenómenos se verificam no meio da família e de geração em geração. A pobreza era considerada inerente à própria condição humana, sendo objeto de tentativas de controlo, por constituir uma ameaça à ordem social, devido à associação entre pobreza e tendências antissociais ou criminosas. A distinção entre pobreza absoluta e a pobreza relativa é, aqui, relevante, pois a primeira implica uma situação de ausência total de rendimentos, colocando em causa a sobrevivência humana, e a segunda corresponde a situações de privação parcial de recursos, impedindo o acesso aos padrões referência de vida de uma determinada sociedade (Rodrigues, 2003).

A função dos técnicos de intervenção social já não é “corrigir” nem “regenerar” indivíduos, antes detetar o risco, prevenir, educar, de forma a potenciar melhores condições para os indivíduos (Fernandes, 2011).

A pobreza e a exclusão social estão intimamente ligadas à falta de trabalho. A exclusão social engloba situações de pobreza, que pode conter situações de não privação

material, mas pressupõe o não acesso a um ou mais sistemas sociais fornecedores de bens e serviços (Rodrigues, 2003).

No início do século XX, o trabalho tornou-se central na vida de cada indivíduo, pois é uma fonte de rendimento e uma forma de ter acesso a determinadas oportunidades, tais como o acesso a melhores condições de vida, o exercício de cidadania e usufruir de relações sociais, fazendo com que se alterasse o conceito de pobreza e de exclusão social.

O trabalho inscreve o indivíduo num determinado grupo socioeconómico, mas também permite a sua mobilidade social. Não podemos esquecer que estar no mercado de trabalho é estar abrangido pelo sistema de segurança social. Os que estão incluídos no mercado de trabalho conseguem aumentar o seu nível de vida e a sua preocupação é o desemprego, as condições de subsistência e de participação na vida social (Rodrigues, 2003).

Mas por outro lado, uma ação do serviço social é orientada para a “disciplina, normalização, adaptação e controlo de pessoas e/ou grupos, considerados inadaptados, reproduzindo assim o interesse do Estado em regular os cidadãos”, essencialmente os que estão “à margem do sistema económico capitalista de influência neoliberal e das políticas sociais desenvolvidas em função do mesmo, geradoras de desigualdades sociais, uma vez que continuam sem ser reconhecidos direitos sociais, políticos e cívicos para todos” (Esteves, 2007, p.88).

O serviço social procura novos espaços de enquadramento para os indivíduos que perturbam a ordem social, pois é nos meios pobres que prolifera a desordem por ausência de regras e valores educativos. A convivência de todos aqueles que não participam na lógica produtiva nem se sujeitam ao trabalho ameaçam o equilíbrio social. Assim, o trabalho está colocado no centro das ações de regeneração social (Fernandes, 2011).

O serviço social é desenvolvido “num espaço de mediação, resolução e intervenção em conflitos entre classes sociais com interesses e objetivos antagónicos, grupos sociais e Estado, no qual se distinguem diferentes práticas profissionais” (Esteves, 2007, p.87). O profissional tem de sofrer processos de construção e reconstrução de modo a conseguir responder “transformações sociais, dos contextos locais, nacionais e globais e da forma como se organiza a sociedade civil e política” (Esteves, 2007, p. 87).

Podemos distinguir três tipos de relação dos indivíduos com os serviços sociais (Sawaia et al., 2001):

- a dos frágeis – em que existe uma relação pontual;
- a dos assistidos – em que a relação é regular e contratual;
- e a dos marginais – em que a relação é infra-assistencial.

Para cada uma delas, é possível analisar sete tipos de experiência vivida: “a fragilidade interiorizada, a fragilidade negociada, a assistência deferida, a assistência instalada, a assistência reivindicada, a marginalidade conjurada e a marginalidade organizada” (Sawaia et al., 2001; cit. Paugam, 1991).

A exclusão social e a pobreza têm como causas tanto: individuais, sociais, familiares e de natureza estrutural que asseguram um padrão de vida digno para todos, ou seja, a pobreza condiciona os padrões de vida. Numa abordagem económica, a pobreza e a exclusão social são analisadas a partir de rendimentos, pois são relacionados com a privação de rendimentos e com os fenómenos de pobreza e exclusão social (Rodrigues, 2003).

Existem três fatores que explicam o aumento crescente do recurso à assistência (Sawaia et al., 2001):

- “o elevado nível de desenvolvimento económico associado a uma forte degradação do mercado de trabalho”;
- “a grande fragilidade dos vínculos sociais, em particular da sociabilidade familiar e das redes de auxílio privado”;
- “a inadaptabilidade dos modelos de intervenção do estado social junto das populações mais desfavorecidas que asseguram, face à maioria, um elevado nível de vida”.

Temos de ter em conta, ainda, os desempregados que são expulsos do mercado de trabalho e gradativamente deslocados para a esfera da inatividade (Sawaia et al., 2001).

Segundo Rodrigues (2003), existem duas correntes que são dominantes:

- a inglesa – centrada nos aspetos distributivos, dando importância à cidadania social (o acesso de bens e serviços) como forma de resolver a situação de exclusão social;
- a francesa – mais preocupada com aspetos relacionais, dando importância à inclusão social através da implementação de processos de sociabilização e integração social, de forma a promover a recriação de sociabilidades.

Na sociedade atual, enfrentamos problemas como o desemprego e as desigualdades sociais que conduzem à rutura de laços familiares, de vizinhança e ruturas sociais que influenciam a identidade individual e coletiva. Nos dias de hoje, temos acesso aos avanços científicos e tecnológicos que permitem prolongar a vida com qualidade e aumentam o conhecimento sobre a humanidade, mas uma grande parte da população não consegue obter os benefícios desses avanços. A pobreza e a exclusão social são marcadas por especificidades: sociais, nacionais ou culturais (Rodrigues, 2003).

Outro ponto a ter em atenção são os indivíduos que passam por processos de dependência relativamente aos serviços sociais, os quais são comparados muitas vezes com outro tipo de pobres, com trajetórias diferentes (Sawaia et al., 2001).

O papel do assistente social tem uma grande importância na implementação das políticas sociais, mas para isso o técnico tem de ser responsável e qualificado. Deste modo podemos afirmar que a profissão exige questões práticas, mas também questões de ordem política para conseguir defrontar as “novas questões sociais”, marcadas pelas inseguranças e mutabilidade económica. Deste modo o assistente social não pode restringir a sua prática às políticas sociais, como mero executor de leis ou políticas estabelecidas, é necessário que a sua estratégia seja técnica e estratégica (Esteves, 2007).

A intervenção do assistente social tem de ser suportada por conhecimentos e para tal é necessário que o profissional tenha uma formação contínua de modo a que este consiga reflectir sobre as novas questões sociais, pois a sua intervenção não pode ser feita sempre da mesma forma e com estratégias já pré definidas independentemente das mudanças e variações da realidade social (Esteves, 2007).

Em síntese, do conjunto dos fatores geradores de exclusão social, o trabalho é, sem dúvida, decisivo, visto que o acesso ao emprego está relacionado com o acesso a rendimentos que permitem suprir as necessidades básicas da família, constituindo, também, um elemento central da formação da identidade pessoal e do prestígio social, permitindo, ainda, o acesso a redes de relacionamento social e de pertença institucional (Capucha, 1998).

O serviço social tem que continuar a assumir a sua importância enquanto dimensão social, no sentido de enfatizar e promover a solidariedade social enquanto elemento fundamental e condição da cidadania. Mas para além disso e para isso, o Serviço Social tem que procurar conquistar um espaço político no qual possa participar na definição de

programas e políticas de intervenção social, que contribuam não só para a adequação destes à realidade social, como também no sentido de lutar por projetos mais coletivos e comunitários e menos individualizados e segmentados.

5. Os cinco lugares de impacto da exclusão/inclusão social (corpo, trabalho, identidade, território e cidadania)

Os problemas de inclusão e de exclusão social são centrais nos processos de desenvolvimento devido a duas razões. A primeira é de ordem moral, em que a solidariedade é um valor cultural e a justiça social é fundamental para o equilíbrio na vida coletiva. A segunda é de ordem política, em que a exclusão social demonstra que não foi capaz de cumprir com os compromissos em que se funda a legitimidade do exercício do poder e isso enfraquece a governabilidade e a confiança dos cidadãos na democracia (Capucha et al, 2005).

“A participação de todos os indivíduos em atividades sociais, culturais e de lazer assume um papel crucial no âmbito da coesão social e contribui para a melhoria da saúde, emprego, educação”, bem como para a regulação social, de modo a “proporcionar uma melhoria da qualidade de vida da população em geral (Alvino-Borba & Mata-Lima, 2011).

Os processos de inclusão e exclusão social estabelecem-se numa correlação de forças. Como podemos confirmar nos dias de hoje, a nossa sociedade cada vez mais tem indivíduos na situação de desemprego (cf. ponto 2.9.), fazendo com que haja uma perda desta forma de inclusão típica da modernidade capitalista. Desta forma também desestruturou as referências a direitos garantidos, pois os direitos da cidadania expressam as relações sociais. A desestruturação e a redução de direitos condicionam as relações económicas e as referências identitárias, uma vez que não ter um trabalho fixo, na nossa sociedade está associado à “malandragem”, ou seja, o não querer trabalhar e ficar a viver do Estado e do trabalho dos outros (Faleiros, 2006).

É muito difícil delimitar o fenómeno de exclusão por ser tão vasto, porém poderíamos afirmar que os excluídos são aqueles que são rejeitados dos mercados materiais ou simbólicos, e de valores. Desta forma os excluídos são rejeitados a nível físico, geográfico e material, mas não podemos esquecer que culturalmente também são excluídos (Sawaia et al, 2001).

Nas sociedades ocidentais, a pobreza e a exclusão social reforçam-se mutuamente, em que a exclusão do mercado de trabalho gera pobreza e impede o acesso a bens e serviços socialmente relevantes, tais como: a habitação, a saúde e o lazer. Assim, e como consequência, o excluído é aquele não consegue configurar uma identidade social no trabalho,

na família ou na comunidade. Este indivíduo fica deste modo excluído das relações sociais e do mundo das representações a elas associadas (Okino et al, 2010).

A exclusão, segundo Stoer, Magalhães e Rodrigues (2003), configura-se pelo impacto de vários lugares nas pessoas, nomeadamente: o corpo, o trabalho, a identidade, o território e a cidadania. Estes autores também referem a insegurança quanto ao futuro em função das perdas de referência do passado, a precarização do trabalho, a perda da importância da cidadania com soluções ambíguas e a falta de confiança na modernidade face aos fenómenos da globalização - e à globalização dos seus riscos -, da periferização dos territórios e da concentração dos serviços, da desconstrução das identidades, mundializando os espaços. Deste modo, a exclusão é transformada em invisibilidade social, política e cultural, representando as perdas ou incapacidades que são estruturadas socialmente. Por exemplo, a exclusão de uma pessoa do emprego pela sua aparência física não significa um acontecimento fragmentado, mas sim um afastamento de uma estrutura lucrativa que, de acordo com os seus parâmetros de venda, exige do trabalhador um determinado perfil físico. Neste contexto, a exclusão pode ser considerada como uma negação da cidadania e a efetividade de direitos civis, políticos e sociais, e de equidade de género e território (Faleiros, 2006).

A exclusão social é um fenómeno em que se tenta procurar e explicar as razões deste, no entanto outros centram a procura nos sistemas que produzem a exclusão através da normalização de determinadas características dos indivíduos. A ideia central é tentar perceber a exclusão social/inclusão social através dos cinco lugares: o corpo, o trabalho, a cidadania, a identidade e o território.

Os conceitos de exclusão social e de inclusão social são indissociáveis, pois o objetivo é produzir inclusão social e eliminar a exclusão social de determinados grupos, não podendo esquecer que o Estado tem o poder soberano e é responsável por elaborar e administrar a política. O objetivo é estudar as distinções e desqualificações dos indivíduos para que a ação e participação sejam elas próprias a criarem a sua identidade promovendo o cidadão auto-responsável e auto-motivado (Stoer et al, 2003).

A sociedade é suscetível à exclusão social, em que abrange todos de forma diferenciada e em condições diferentes. A exclusão social, para além dos recursos financeiros e materiais, engloba também a discriminação, a falta de oportunidades de emprego local, as baixas qualificações, a doença crónica, o medo do crime e o isolamento geográfico (Alvino-Borba & Mata-Lima, 2011).

A exclusão social tem implícito a desqualificação³⁰ societal e a marginalização social de certos indivíduos gerando diferenciação e desigualdades. Uma outra visão é que na exclusão social é um normalizador da pobreza e desigualdades vulgares, mas com isto não quer dizer que quando a pobreza não aumente a exclusão social não aumente, até pelo contrário pode aumentar resultado da desqualificação social resultante do emprego precário, em causa estão as políticas de redistribuição e as políticas relacionadas com o reconhecimento da diferença (Stoer et al, 2003).

Os cinco lugares de impacto de exclusão/inclusão social: o corpo, o trabalho, a cidadania, a identidade e o território foram escolhidos de forma a poder explorar várias dimensões deste fenómeno. Cada lugar enquadra-se num contexto de família, escola, hospital, prisão, tribunal, bairro, entre outros e funcionam a nível local, regional, nacional e internacional. No sentido de explorar os cinco lugares de exclusão/inclusão social cada um junta e forma o espaço de trabalho, o espaço de cidadania, o espaço doméstico, o espaço do mercado, o espaço da comunidade e o espaço mundial que são influenciados, por exemplo, pela classe social, género, etnicidade e idade (Stoer et al, 2003).

O corpo constitui um lugar de exclusão e inclusão social, pois mostra a sua origem social, o seu estatuto económico, a sua integridade, ou seja é como definimos uma pessoa numa primeira impressão. Muitas das vezes as pessoas são julgadas e identificadas por características corporais (Almeida, 2007).

O lugar do corpo tem nos avanços tecnológicos, por objetivo, superar o corpo e consequentemente um reconhecimento da sua insuficiência a nível de resistência, força, capacidade de armazenar informação, etc. Posto isto, podemos afirmar que a tecnologia permite “próteses corporais” que estendem as funções do corpo. Seria impossível que o corpo se mantivesse fora do processo de exclusão/inclusão social, pois determina a categorização e valorização desigual das pessoas. O corpo é influenciado pelos valores sociais e pelo modo de organização económica de cada sociedade. Para Merleau-Ponty o espaço é uma construção que o indivíduo faz de acordo com a sua experiência e ação, ou seja, “o corpo constrói o espaço a sua volta”, mas para Foucault o corpo é que é posicionado no espaço e não o torna funcional, pois a função do corpo depende e é condicionada pelas propriedades do espaço que se insere. O corpo é a primeira forma de comunicação e é uma forma muito importante de comunicação. A comunicação humana faz-se através da comunicação verbal apoiada na

³⁰ O conceito está desenvolvido no capítulo II, no ponto 2

comunicação corporal, em que conseguimos detetar os sinais de interesse, desinteresse, cansaço, atenção, empatia, entre outros. Em caso de incoerência entre a comunicação verbal e corporal, a comunicação corporal prevalece em relação à comunicação verbal. O corpo torna-se importante para transmitir um significado, mas também para conferir um determinado significado. Um outro aspeto da comunicação corporal é a sua visibilidade imediata que influencia diretamente o seu sucesso, como por exemplo uma pessoa que tenta passar por uma pessoa de um estrato social mais alto pode treinar a sua forma de falar, mas será sempre atraído pela sua maneira de vestir, ou pelos jeitos e maneiras que foi educado. Por último, um outro aspeto da comunicação corporal é a expressividade que tem por base os sentimentos e interpretações, pois a comunicação não-verbal tem outros potenciais como terapias expressivas tais como a musicoterapia, a dançoterapia, entre outras (Stoer et al, 2003).

O corpo que temos e somos resulta da fusão do que é inato com o que é construído, pois temos características que são impressas de forma voluntária sobre o nosso corpo que o tornam num membro ativo no processo de identificação, como é o caso dos piercing e das tatuagens (Amaro, 2000).

Alguns fatores de exclusão/inclusão social podem ser controlados pelas pessoas tais como: o uso de determinada roupa, o cuidado com o corpo, a impressão de identidades corporais como os piercings e as tatuagens. Outros aspetos não podem ser controlados pelas pessoas, tais como a deficiência e a idade. O corpo pode ser visto como sinal de pertença ou identidade, como por exemplo a moda. Em suma, o corpo é um lugar de exclusão/inclusão social pela intensidade e visibilidade das marcas de origem social, estatuto económico, integridade, pertença a uma subcultura e idade como identidade de um indivíduo. As pessoas são julgadas e identificadas pelas suas características corporais (Stoer et al, 2003).

O trabalho é uma das maiores armas para o combate à pobreza e exclusão social e é um dos vínculos mais importantes à sociedade pelo rendimento que proporciona e pelas relações que gera, pois o desemprego limita ou até mesmo impede a participação na vida económica, social e civil e vai agudizando desigualdades sociais não permitindo deste modo usufruir de um nível de vida considerado aceitável para a sociedade em que vive (Diogo, 2007).

O trabalho é a fonte de exclusão mais identificada pelas pessoas. O exercício de direito de cidadania tornou-se dependente do trabalho, em que ser incluído é fazer parte do processo e ser excluído é não ter lugar no processo de trabalho. O trabalho cada vez mais é central para

a identidade de um indivíduo, em que identificamos as pessoas através da sua profissão. O lugar do trabalho no que respeita a exclusão social é o ponto de convergência de riscos globalizados que afetam todos por igual e expressam a distribuição diferente de poder. O modelo de desenvolvimento está orientado para o mercado promovendo a inclusão através do consumismo e exclui todos os outros que têm um fraco acesso ao mercado ou então que não tira o melhor partido dele. Hoje em dia deparamo-nos com várias transformações do trabalho e da sua organização chamado de “capitalismo flexível”, que se traduz no processo de flexibilização do processo produtivo dos contextos de trabalho e de toda a organização do trabalho. Esta transformação é baseada no fluxo de informação e conhecimento, ou seja “sociedade em rede”, em que é necessários proporcionar aos indivíduos competências de forma a se tornarem flexíveis sinonimo de empregabilidade, pois ser flexível é uma componente muito importante para ter sucesso no mercado de trabalho (Stoer et al, 2003).

O exercício da cidadania pressupõe a participação, a garantia e a efetividade de direitos, implicando um prestação real de serviços pelo poder público e a existência de condições de vida, com desenvolvimento pessoal e na diversidade de especificidades individuais (Faleiros, 2006).

No lugar da cidadania, se pensarmos que o mercado é que define a inclusão podemos dizer que é paradoxal que a importância da inclusão, numa educação inclusiva e numa “sociedade Inclusiva” a exclusão parece ser a norma. A inclusão é promovida com base na erradicação das diferenças (Stoer et al, 2003).

Segundo Marshall (1988) a cidadania era definida pelos direitos: civis, de liberdade; políticos, de participação e de voto; e sociais, pelo direito de ter acesso aos mínimos de subsistência (Faleiros, 2006).

O conceito de integração social pode ser definido por “pluralidade vasta, aberta e mutável de estilos de vida, todos partilhando a cidadania. Isto é, todos eles conservando, aprofundando e exprimindo capacidades de escolha. Trata-se não apenas da posse de competências virtuais ligadas à vida social, mas como uso efetivo delas” (Almeida, 1993; cit: Capucha et al, 2005).

A exclusão pode ser vista na nossa sociedade atual como uma nova manifestação da questão social. Um outro aspeto importante é o de ser necessário promover níveis de proteção

que garantam o exercício da cidadania de modo a possibilitar a autonomia da vida dos cidadãos (Sawaia et al, 2001).

No lugar da identidade, a questão da identidade tem implícito a aceração, a flexibilização, a informacionalização e globalização dos sistemas de produção, distribuição e consumo das sociedades contemporâneas (Stoer et al, 2003).

A construção da identidade é feita nos espaços estruturais que englobam o espaço doméstico, o espaço de trabalho, o espaço da cidadania, o espaço comunitário, o espaço de mercado e o espaço mundial. Temos de ter em conta que estes espaços estruturais são influenciados pelo espaço e variam de acordo com o tempo (Stoer et al, 2003).

A pobreza é a mais visível da exclusão social em que tem três fatores associados que são causas prováveis da pobreza de acordo com o Banco Mundial (2001) (Okino et al, 2010)

- “a localização (região e área) a nível estatístico é a variável com mais poder de explicar a pobreza”.

- “a pobreza está estreitamente associada a baixos níveis de escolaridade, em que as desigualdades educacionais agravam a discriminação no mercado de trabalho. Os baixos níveis de escolaridade traduzem-se em baixos rendimentos o que, por sua vez, contribui para que as crianças frequentem pouco a escola conduzindo a um ciclo de pobreza”.

- “o tamanho do agregado familiar que está fortemente relacionado com a pobreza. As taxas de pobreza aumentam com o coeficiente de dependência, ou seja, a razão entre as pessoas que geram rendimentos no agregado familiar e os que não geram rendimentos.

Podemos também identificar três dimensões que explicam o processo de exclusão social (Okino et al, 2010):

- ✓ “os mecanismos sociais globais em que são características universais que favorecem ou não certos processos de exclusão e as formas e estruturas de resposta e estas problemáticas, visando a criação de um contexto favorável à inclusão dos sujeitos vulneráveis. Aqui se incluem os mecanismos do mercado mundial, a lógica de localização industrial, sobretudo de grandes multinacionais que geram empregos e inovação tecnológica”.

- ✓ “um conjunto de mecanismos sociais de carácter local ou regional que resultam de características mais específicas e contextualizadas, que muitas vezes são induzidas pelos grupos de mecanismos sociais globais, mas igualmente indutoras de mecanismos individuais

ou grupais de exclusão, assim como mecanismos relativos ao modo como os parceiros locais se relacionam e ativam políticas efetivas de inclusão social”

✓ “conjunto de mecanismos indutores de processos de exclusão social resulta das características individuais ou do grupo”. Deste modo as baixas qualificações têm uma particular importância pois é um fator de exclusão social, pois é um recurso que cada vez mais a sociedade exige para o desempenho de uma profissão, mas também por serem imprescindíveis ao acompanhamento e adaptação das mudanças tecnológicas”.

Capítulo III – Metodologia

1. Opções metodológicas

Neste capítulo é apresentada a fundamentação metodológica da investigação realizada. Inicialmente, começou-se por definir a natureza e os objetivos que nortearam a realização desta investigação. De seguida, justificou-se a metodologia utilizada e as opções tomadas, tendo em atenção os objetivos propostos para este estudo, que foi determinar e realizar uma investigação quantitativa dos fenómenos sociais, privilegiando a importância da construção do conhecimento através de uma abordagem compreensiva e interpretativa dos fenómenos através da proximidade com as pessoas.

Durante esta investigação foram seguidos alguns passos:

- 1º Revisão de literatura sobre a exclusão e inclusão social e os conceitos associados;
- 2º Seleção de uma população-alvo;
- 3º Construção e validação de um guião de entrevista;
- 4º Realização das entrevistas a pessoas em situação de desemprego no conselho de Câmara de Lobos;
- 5º Transcrição das entrevistas realizadas;
- 6º Tratamento dos dados e análise de conteúdo resultante das entrevistas;
- 7º Revisão de literatura de modo a enquadrar respostas das entrevistas;
- 8º Redação da dissertação.

Deste modo, os objetivos de investigação são: compreender de que modo os cinco lugares de exclusão/inclusão influenciam o indivíduo no processo de exclusão, de que forma estes cinco lugares se interrelacionam, a influência do desemprego como processo do fenómeno da exclusão social, e as novas formas de exclusão/inclusão na atualidade.

A investigação qualitativa enquadra-se em pesquisas diferenciadas em que designa uma variedade de técnicas interpretativas que têm por objetivo descrever, descodificar e traduzir certos fenómenos sociais. Esta investigação difere das pesquisas quantitativas em função da natureza dos problemas abordados que exigem uma compreensão mais aprofundada dos fenómenos sociais e dos objetivos da pesquisa (Guerra, 2006).

As ciências sociais diferem das ciências naturais, pois os fenômenos estudados são complexos, não sendo fácil separar as causas e as motivações isoladas e exclusivas, não podendo ser reproduzidos nem submetidos a controle.

Esta metodologia enfrenta algumas críticas, nomeadamente a proximidade entre o sujeito e o objeto de conhecimento que o torna subjetivo, especulativo e pouco rigoroso, colocando em causa a neutralidade e a objetividade do conhecimento científico. No que respeita à representatividade, esta metodologia privilegia os estudos de caso, o que pode levantar questões de que até que ponto seria representativo no conjunto dos casos presentes na sociedade. Um outro aspeto é o da generalização e é baseada na noção de estatísticas de amostra, em que esta deve ser escolhida para que esta seja representativa, casual e aleatória, de modo a ser possível medir o desvio da amostra e submeter coeficientes que indicam distorções ou erros. A subjetividade é outro aspeto da metodologia qualitativa, pois esta resulta da aproximação do sujeito e objeto do conhecimento. As técnicas de recolha, processamento e análise de informação podem também ser uma crítica a esta metodologia na medida em que estas dependem da confiança (Martins, 2004).

2. Estratégia, procedimentos e recolha de dados

A estratégia escolhida recaiu sobre a entrevista semiestruturada que apresenta os tópicos, ao invés de questões fechadas e permite respostas subjetivas, permitindo também a quantificação de informações fornecidas pelos dados. O entrevistador segue um guia de questões, mas deve estar preparado para caso a entrevista mude de caminho (Guerra, 2006).

As entrevistas foram realizadas pela mestranda a pessoas desempregadas com mais de 35 anos, que frequentavam o centro de emprego da Casa do Povo, do Estreito de Câmara de Lobos e UNIVAS de Câmara de Lobos.

Este tipo de entrevista pareceu-nos ser aquele que melhor se adaptava aos objetivos desta investigação, dado que, sendo menos rígida do que a entrevista estruturada ou padronizada, se constitui como um instrumento em que o entrevistador, embora tendo um conjunto de questões previamente definidas, pode sempre introduzir novas questões de forma a obter mais informações. Neste sentido, há a possibilidade de adaptação do instrumento de pesquisa ao nível de compreensão e receptividade do entrevistado. Este tipo de entrevista é o que mais se coaduna a pesquisa qualitativa, sendo muito útil como estratégia de descoberta (Moreira, 1994).

Foi elaborado um guião para as entrevista³¹ procurando respeitar uma baixa diretividade na condução da conversa, para que as entrevistadas expressassem livremente e retratassem as suas vivências. Inicialmente foi feito um guião de entrevistas de forma a perceber o impacto dos cinco lugares de exclusão, mas este foi modificado de acordo com as especificidades dos entrevistados. Mais tarde a necessidade de fazer algumas alterações foi sentida, pois algumas perguntas não tinham o mesmo significado, sendo que os entrevistados não relatavam o que era expectável.

O questionário foi orientado de acordo com a teorização dos cinco lugares de exclusão/inclusão social - trabalho, identidade, território, cidadania e corpo – proposta por Stoer, Rodrigues & Magalhães (2003). Após o questionário ter sido elaborado, foram realizadas três entrevistas de modo a tentar perceber se as perguntas eram interpretadas de uma forma coerente. Depois de ser retificadas algumas questões de modo a que se tornassem mais explícitas e correspondessem ao pretendido com a temática em estudo, foram realizadas mais

³¹ V. Anexo 2.

duas entrevistas de modo a avaliar a reformulação. Após esta retificação, foram realizadas as entrevistas com os resultados das retificações das entrevistas de pré testagem (v. Anexo 2).

Relativamente à parte operativa, foram realizadas 32 entrevistas a pessoas desempregadas, com idades compreendidas entre 35 anos e inferior a 65 anos, residentes no concelho de Câmara de Lobos (freguesias de Câmara de Lobos e Estreito de Câmara de Lobos), entre os dias 16 de Maio de 2013 e 4 de Junho de 2013.

As entrevistas semi-estruturadas foram feitas individualmente e decorreram num ambiente calmo e descontraído, tendo sido dado aos entrevistados espaço para se exprimirem livremente, facilitando a reflexão sobre a sua experiência. A escolha deste tipo de entrevista justifica-se na medida em que permite a otimização do tempo disponível.

A amostra é constituída por 32 entrevistas realizadas no concelho de Câmara de Lobos, mais propriamente nas freguesias de Câmara de Lobos e do Estreito de Câmara de Lobos. Os entrevistados foram contactados através de clube de emprego da Casa do Povo do Estreito de Câmara de Lobos e pela Unidade de Inserção na Vida Ativa (UNIVA) de Câmara de Lobos. Os Clubes de Emprego são um serviço acreditado pelo Instituto de Emprego da Madeira (IEM) que presta apoio a pessoas em situação de desemprego na resolução de problemas de inserção ou reinserção profissional, em cooperação com os Serviços de Emprego competentes. Os clubes de empregos foram criados para fazer face às dificuldades de inserção na vida ativa e para validar, aprofundar, desenvolver e potenciar conhecimentos e garantir competências.

Foi utilizado o gravador como forma de registo fidedigno do discurso proferido. De seguida procedeu-se à transcrição integral das entrevistas.

3. Tratamento de dados

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a temática de modo a compreender melhor o fenómeno da exclusão bem como as teorias a ela associadas.

Depois da pesquisa, foi elaborado o questionário de modo a recolher informação dos entrevistados. Logo após as entrevistas realizadas, foi feita a transcrição das entrevistas de modo a analisar os dados recolhidos. Na análise de dados foi auxiliado pelo programa de Excel de modo a colocar a informação com uma apresentação para leitura fácil e precisa.

A análise pretendida nas entrevistas era de carácter qualitativo, no entanto alguns dados são de carácter quantitativo, como podemos observar mas à frente.

A análise de conteúdo estruturou-se a partir de lógicas dedutivas decorrentes dos quadros conceptuais. Esta análise tem uma dimensão descritiva - que é o que na realidade foi dito - e uma dimensão interpretativa - que são as interrogações da análise face ao objecto de estudo, com recurso a um sistema de conceitos teóricos analíticos cuja articulação permite formular as regras de interferência (Guerra, 2006).

Esta análise não é um procedimento neutro, é um tipo de análise que contempla vários tipos de análise pelo que optei pelo categorial em que os dados foram agrupados em temáticas e analisadas a partir de um todo, mas sendo cada uma individual (Guerra, 2006). As respostas dos inquiridos na entrevista foram muito próximas umas das outras e repetidas pelo que permitiu na análise de conteúdo das entrevistas fazer um agrupamento e categorização de algumas respostas das entrevistas

A transcrição das entrevistas foi integral e fiel ao que foi dito na primeira pessoa. Depois de realizada a transcrição, foi feita uma leitura de modo a agrupar as temáticas diferentes e posteriormente foram realizadas sinopses do discurso de modo a reduzir o montante de material a trabalhar e a fazer uma melhor identificação da informação essencial.

Capítulo IV – Análise de dados recolhidos

Neste capítulo é feita a análise dos dados recolhidos tendo por base as respostas obtidas nas 32 entrevistas aplicadas a uma amostra da população em situação de desemprego, residente no Concelho de Câmara de Lobos, nas freguesias de Câmara de Lobos e Estreito de Câmara de Lobos.

Numa primeira fase, é feita a caracterização de alguns dados sobre o desemprego tanto a nível nacional, bem como regional e ainda local, de modo a conhecer um pouco melhor a realidade da população estudada. De seguida, é feita uma breve caracterização local, tanto da freguesia de Câmara de Lobos como do Estreito de Câmara de Lobos, para que fosse possível enquadrar algumas das suas especificidades. Por último, é feita a análise centrada nos cinco lugares de impacto da exclusão/inclusão social.

1. Caracterização da população estudada

1.1 Algumas estatísticas do desemprego em Portugal e na Região Autónoma da Madeira (RAM)

O desemprego ao longo dos anos em Portugal tem aumentado, como podemos observar na tabela 13:

Quadro 14 - Evolução das taxas de desemprego em Portugal

Ano	Taxa de desemprego
1990	4.6%
2000	3.9%
2010	10.8%
2011	12.7%
2012	15.7%

Fonte: adaptação de Mateus (2013)

Os seguintes quadros (Quadros 15 e 16) mostram que a nível nacional o total de pedidos de emprego ao longo do tempo tem aumentado. Em relação ao ano de 2013 a tendência parece diminuir.

Quadro 15 - Evolução dos pedidos de emprego em Portugal - 2008-2012

Ano	Pedidos de emprego
2008	41605
2009	524674
2010	541840
2011	605134
2012	710652

Fonte: adaptação de dados da Direção Regional de Estatística

Quadro 16 - Evolução dos pedidos de emprego em Portugal – 2013 (Jan. – Maio)

Ano – 2013 (Mês)	Pedidos de emprego
Janeiro	740062
Fevereiro	739611
Março	734448
Abril	728512
Maio	703205
Média mensal	729168

Fonte: adaptação de dados da Direção Regional de Estatística

Entre os Estados-Membros da União Europeia, Portugal tem a terceira taxa de desemprego mais elevada³² (v. Anexo 4).

Através do quadro seguinte (Quadro 17), podemos afirmar que o desemprego aumentou na RAM durante o ano de 2013, pois quando comparados com os valores de 2012 verificamos que houve um aumento contínuo. Em relação ao desemprego de longa duração, constituído pelos candidatos inscritos como desempregados há um ano ou mais, verificamos que também aumentam ao longo dos primeiros meses de 2013, bem como aumentam em relação aos mesmos meses de 2012.

³² Segundo estes dados de Março, apenas a Grécia e a Espanha tinham taxas de desemprego mais altas que Portugal. Este país registou a quarta maior subida de desemprego global com uma evolução de 2.4 pontos percentuais, ou seja, em abril de 2012 a taxa de desemprego registada era de 15.4% e em Abril de 2013 este valor subiu para 17.8%.

Quadro 17: Evolução do desemprego, do desemprego de longa duração e tempo de inscrição

Ano Mês	Desemprego		Desemprego de longa duração				Tempo de inscrição		
	2012	2013	2012	%	2013	%	< ano	> ano	Total
Janeiro	20067	24472	8991	44.8	11907	48.7	9998	10831	20829
Fevereiro	20961	24976	9446	45.2	12465	49.9	9983	11339	21322
Março	21460	24769	9686	45.1	12952	52.3	9326	11813	21139
Abril	21576	24355	9869	45.7	12913	53.0	8966	11835	20801
Maio	21506	23978	9842	45.8	12865	53.7	8687	11830	20517

Fonte: adaptação de dados da Direção Regional de Estatística

Os concelhos da RAM com mais desemprego são por ordem decrescente: Funchal, Câmara de Lobos, Santa Cruz, Machico, Ribeira Brava, Calheta, Ponta do Sol, Santana, Porto Santo, São Vicente e por fim Porto Moniz.

O desemprego registado na RAM referente ao ano de 2013 para indivíduos com mais de 35 anos e menos de 65, em que o tempo de inscrição varia ao longo dos meses, verificamos que quanto mais aumenta o tempo de inscrição mais aumenta a população.

Numa visão global podemos verificar que nestes cinco primeiros meses de 2013 o total de indivíduos com mais de 35 anos e menos de 65 anos que estão inscritos no Instituto de Emprego da Madeira (IEM) tem vindo a diminuir, só registando um aumento de Janeiro para Fevereiro, enquanto nos outros meses a tendência foi diminuir.

Quadro 18: Evolução das inscrições no IEM nos cinco primeiros meses de 2013

Tempo de inscrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio
<1 mês	718	642	469	471	474
1 – 2 meses	1181	1126	1225	1013	893
3 – 5 meses	1674	1770	1516	1508	1422
6 – 11 meses	2646	2717	2530	2497	2585
12 – 23 meses	3376	3534	3781	3926	3917
≥ 24 meses	4713	4926	5049	4983	4994
Total	14308	14715	14570	14398	14285

Fonte: adaptação de dados da Direção Regional de Estatística

Numa análise da população Portuguesa e dos pedidos de emprego feitos para indivíduos entre os 35 anos e menos de 65 anos verifica-se que é de 460256, em que a RAM totaliza 14342.

Segundo a Direção Regional de Estatística da Madeira, o primeiro trimestre de 2013 registou uma população desempregada de 25230, perfazendo uma taxa de desemprego de 20%.

O quadro seguinte (Quadro 19) mostra o total dos desempregados das zonas estudadas da Região Autónoma da Madeira, no 2º trimestre de 2013, em Câmara de Lobos como concelho e freguesia, e a freguesia do Estreito de Câmara de Lobos.

Quadro 19: Total de desempregados com 35-65 anos, na RAM, no Concelho de Câmara de Lobos – dados do 2º trimestre de 2013

Localidade	Total de desempregados (35-65 anos)	Total de desempregados
RAM	9393	18676
Câmara de Lobos (concelho)	1325	2946
Câmara de Lobos (freguesia)	720	1698
Estreito de Câmara de Lobos	364	767

Fonte: adaptação de dados do Instituto de Emprego da Madeira

A estimativa da população desempregada na RAM, no 2.º Trimestre de 2013, registou uma quebra, em que a diminuição da população desempregada ocorreu essencialmente nos seguintes segmentos populacionais: mulheres; pessoas com 35 e mais anos; à procura de primeiro emprego; e à procura de emprego há mais de 12 meses. A taxa de desemprego no 2.º Trimestre de 2013 foi estimada em 18,8%.

Segundo dados do Eurostat, desde Abril de 2013 tem havido uma tendência de queda dos valores da taxa de desemprego em Portugal.

1.2 Câmara de Lobos

A cidade de Câmara de Lobos é um local emblemático e turístico da Ilha da Madeira pelas suas paisagens, pela sua gastronomia e pelas suas tradições³³.

Câmara de Lobos é o segundo concelho mais populoso da Região Autónoma da Madeira, com cerca de 35 666 habitantes, segundo os Censos de 2011.

As principais riquezas económicas do concelho provêm da agricultura, essencialmente da cultura da banana, da vinicultura e da horticultura. Para além destas atividades, a construção civil, os serviços e a pesca têm também uma grande importância para este concelho. Na área da construção civil, têm grande relevância as indústrias de extração de basalto. Na agricultura, predomina o cultivo da batata, de culturas hortícolas extensivas e intensivas, os frutos secos, os frutos subtropicais e a vinha. A atividade turística, nesta zona é significativa, bem como o comércio e os serviços de hotelaria.

Este concelho é constituído pelas freguesias de Câmara de lobos, do Estreito de Câmara de Lobos, do Curral das Freiras, da Quinta Grande e do Jardim da Serra.

A população do concelho de Câmara de Lobos tem vindo a crescer como demonstra o quadro seguinte.

Quadro 20: População do concelho de Câmara de Lobos

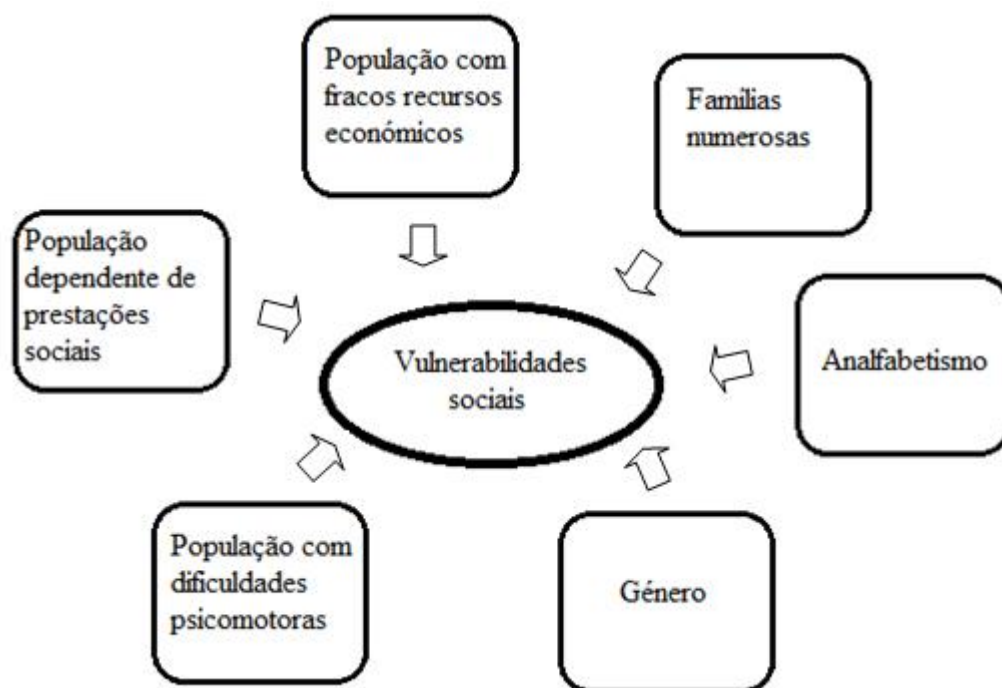
Ano	
1900	14 118
1981	31 0350
1991	31 476
2001	34 614
2011	35 666

Fonte: Dados da Direção Regional de Estatística da Madeira

A população de Câmara de Lobos apresenta algumas vulnerabilidades como podemos no seguinte esquema:

³³ A origem do nome da cidade deve-se ao facto de quando foi descoberta foram encontrados lobos-marinhos.

Figura 2: Vulnerabilidades da população de Câmara de Lobos



Fonte: adaptação de dados do levantados do UNIVAS

Neste esquema podemos observar que o género constitui uma vulnerabilidade social em Câmara de Lobos, pois a população do sexo feminino tem uma grande representatividade. Um outro aspeto a ter em conta neste concelho é a população com dificuldades psicomotoras, as quais têm valor significativo para a vulnerabilidade social. O grau de analfabetismo e a população com fracos recursos económicos neste concelho são variáveis importantes, porque a população possui uma alfabetização baixa e é dependente de subsídios temporários.

1.3 Estreito de Câmara de Lobos

O Estreito de Câmara de Lobos é uma freguesia do Concelho de Câmara de Lobos, tendo como as principais atividades a agricultura e a construção civil. A cultura da vinha assume um papel com grande importância para a economia desta vila, pois o Vinho da Madeira é produzido com grande parte das uvas deste local.

A população desta freguesia cresceu até 1991, mas depois teve um decréscimo devido a uma desanexação da parte norte para outra freguesia, como podemos verificar no quadro seguinte.

Quadro 21: Evolução da população da freguesia do Estreito de C.^a de Lobos

Ano	População total
1900	4 745
1981	11 734
1991	12 151
2001	10 236
2011	10 269

Fonte: Dados da Direção Regional de Estatística da Madeira

Esta freguesia tem alguns problemas sociais, nomeadamente o analfabetismo, que contribui de uma forma direta para o desemprego, e emprego precário, que caracteriza os habitantes desta freguesia.

Nos últimos anos, esta vila tem sofrido algumas alterações, o que contribuiu de uma forma positiva para o seu desenvolvimento. As pessoas estão a mudar de mentalidades e têm acesso a mais e melhores oportunidades.

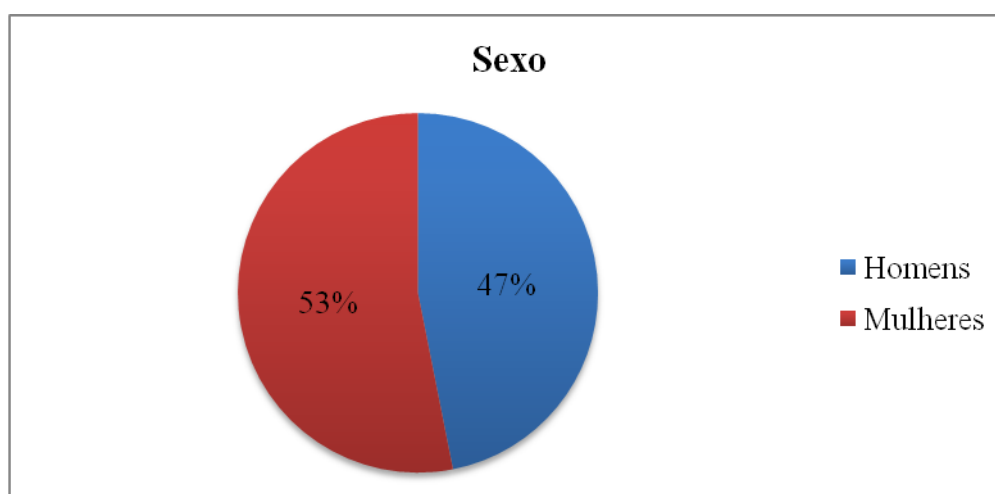
2. Impactos ao nível:

2.1 Do corpo

O corpo é um lugar de impacto de exclusão/ inclusão social, pelo que foram levantados alguns dados de modo a perceber a sua influência nos entrevistados e de que forma atuavam a sua situação real, tais como: o sexo, a idade, o estado de saúde, entre outros.

O seguinte gráfico ilustra a representações em relação ao sexo dos entrevistados.

Gráfico 1: Representação do sexo dos entrevistados



Como podemos constatar através da análise do gráfico no qual se encontra representada a repartição por sexo da amostra, das 32 entrevistas efetuadas, 53% corresponde a indivíduos do sexo feminino e 47% a indivíduos do sexo masculino, indo de encontro à estrutura real da população desempregada de Portugal, que aponta para uma maior incidência do desemprego entre os indivíduos do sexo masculino (anexo 1).

Um outro aspeto verificado e que pode ter influência é o da idade. Em relação às idades dos indivíduos entrevistados podemos verificar as suas idades através do gráfico seguinte:

Quadro 22: Idades dos entrevistados

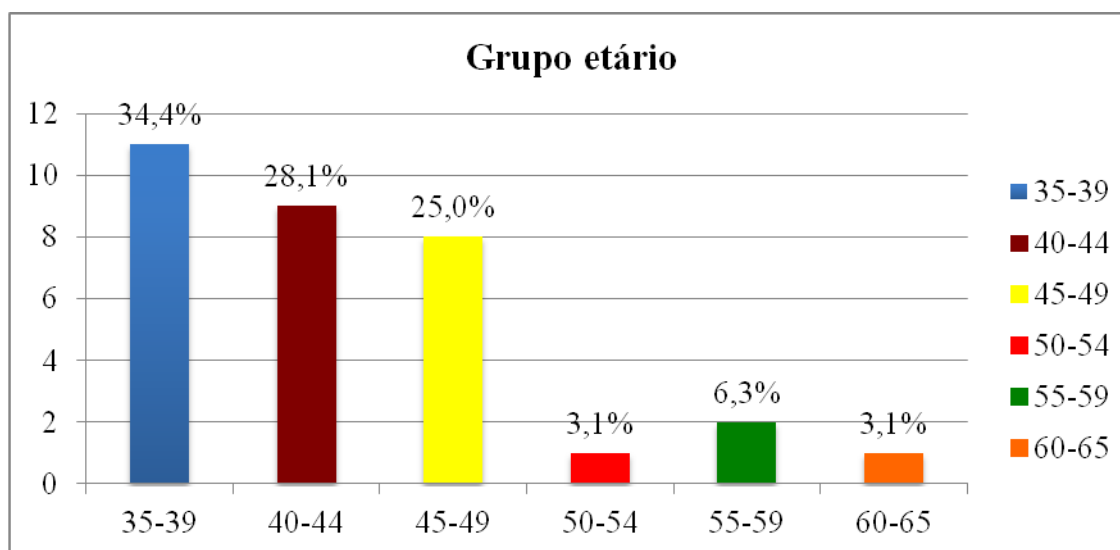
Idade	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49
Indivíduos	2	1	3	2	3	2	1	1	0	5	2	1	1	3	1
%	6,3	3,1	9,4	6,3	9,4	6,3	3,1	3,1	0,0	15,6	6,3	3,1	3,1	9,4	3,1

50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65
0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0
0,0	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,3	0,0	0,0	0,0	0,0	3,1	0,0	0,0	0,0

A tabela anterior retrata efetivamente as idades da população estudada, pelo que observamos que a idade mais vezes repetida é a de 44 anos, e outras idades não foram obtidas, tais como 43, 50, de 52 a 56, de 56 a 61 e de 63 até a 65 anos, que é a idade de entrada para a reforma em Portugal.

O gráfico seguinte apresenta as idades por grupos etários.

Gráfico 2: Idades distribuídas por grupos etários



No que diz respeito à caracterização etária da população em estudo, observamos uma maior representatividade do grupo etário entre os 35 e os 39 anos, com uma percentagem de cerca de 34,4% das respostas. A caracterização etária da população em estudo aponta-nos, também para uma acentuada representatividade dos grupos etários entre os 40 e os 44 anos a assumirem percentagens de valor de 28,1%. Entre os 45 e os 49 anos podemos observar que a percentagem deste grupo é de 25%. No grupo etário dos 50 e os 54 a percentagem é de 3,1%. Entre os 55 e os 59 anos encontramos cerca de 6,3% do total dos inquiridos, e finalmente encontramos o grupo etário entre os 60 e os 65 que, embora seja um dos escalões menos representado da amostra apresenta uma percentagem na ordem dos 3,1%, bem como o grupo etário de 50 a 54 anos.

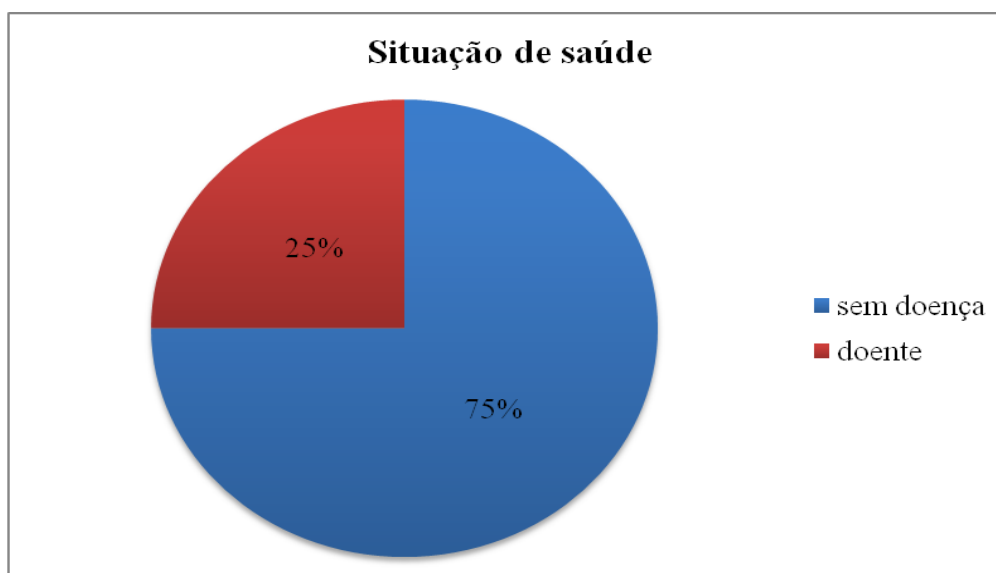
Deste modo podemos afirmar que a população estudada que tem mais propensão para o desemprego são os grupos etários mais novos, ou seja, quem apresenta maior desemprego é a faixa etária de 35 a 39.

Quando foi perguntado aos entrevistados se achavam que a idade influenciava a sua situação de desempregados, a perceção que eles tinham é que quando iam à procura de

trabalho à idade era tida em consideração. Como podemos constatar na seguinte resposta: “no ano passado fui dar o nome no supermercado e eles disseram que com a minha idade já não dava” (E 27, M, 44). Ou então justificam como “não há trabalho nem para os jovens nem para adultos” (E 7, H, 44). Noutros casos os inquiridos responderam que não, ou seja, que a sua idade não influenciava na procura efetiva de trabalho “não nunca me disseram isso para mim, pedem normalmente á as qualificações” (E 9, H, 41).

Em relação ao estado de saúde da maior parte dos indivíduos que foram entrevistados revelam problemas de saúde como podemos observar no gráfico seguinte:

Gráfico 3: Situação de saúde dos entrevistados



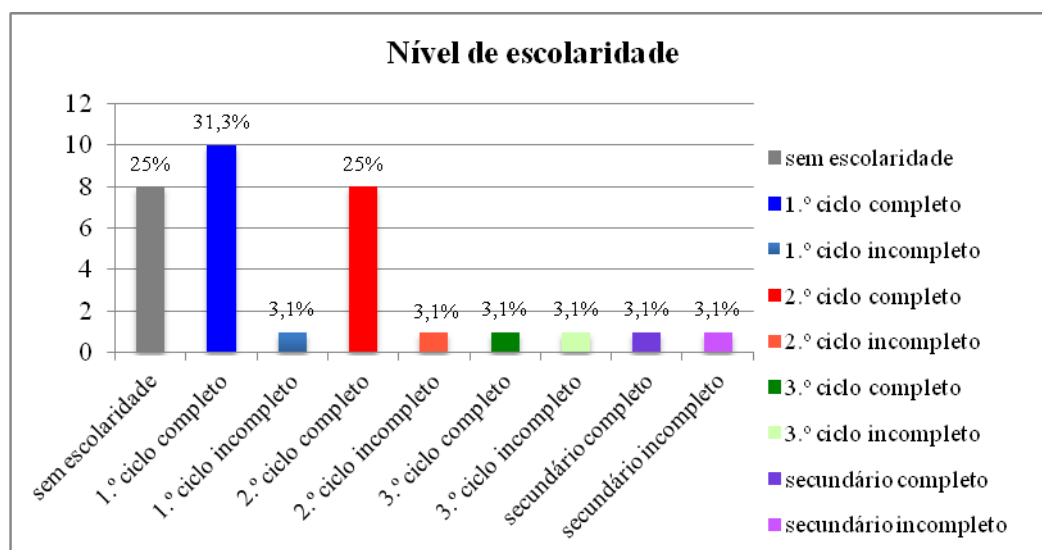
Alguns inquiridos relataram ter problemas de saúde que os incapacitava de alguma forma. Como podemos observar através do gráfico 75% dos indivíduos não apresentaram algum tipo de doença. As doenças inumeradas foram depressão, lesões físicas e psicológicas.

Um outro aspeto a ter em conta é a saúde que está associada ao estilo de vida e ao acesso aos cuidados de saúde, em que a exclusão social pode desencadear problemas de saúde, como pode agravar os já existentes. (Alvino-Borba & Mata-Lima, 2011)

2.2 Do trabalho

Em relação ao lugar de impacto do trabalho na exclusão/inclusão social, inicialmente optei por fazer o levantamento das habilitações literárias, uma vez que é uma componente muito importante para conseguir estar inserido no mercado de trabalho.

Gráfico 4: Nível de escolaridade



Da análise dos resultados globais apurados para esta variável ressalta desde logo que como podemos verificar no gráfico, mais de 34,4% dos indivíduos que constituem a amostra possuem habilitações literárias de 1º ciclo em que 31,3% têm completo e 3,1% têm incompleto, pois este indivíduo possuía 3 anos de escolaridade não completando assim o 1º ciclo. Um outro dado que podemos ressaltar é o 2º ciclos de escolaridade que completo tem uma percentagem de 25 e incompleto de 3,1 perfazendo um total de 28,1% correspondendo a um indivíduo que tinha 5 anos de escolaridade não completando o 2º ciclo. Em relação à percentagem de indivíduos sem escolaridade é de 25 % que não tinham nenhum ano de escolaridade. Relativamente aos outros anos de escolaridade as respostas foram singulares, e os anos não mencionados não obtiveram nenhuma resposta. Em relação aos indivíduos que tinham 9 e 12 anos de escolaridade, ou seja, o 3º ciclo completo e o secundário completo, o primeiro foi tirado num curso profissional e o 12 foi feito através das novas oportunidades.

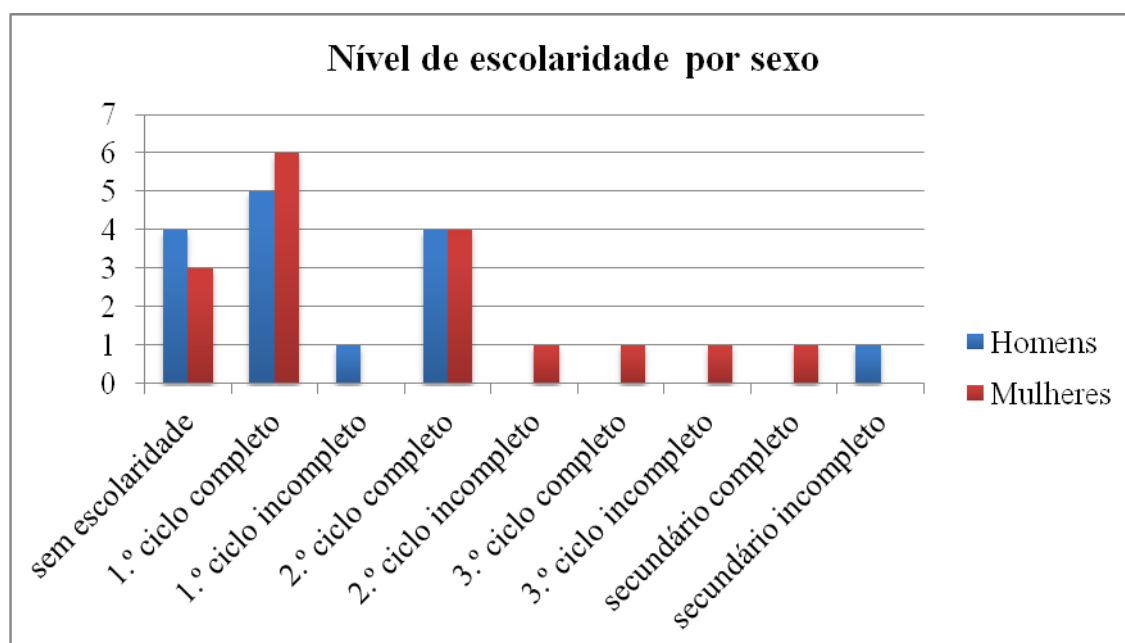
A seguinte tabela demonstra as variações das habilitações literárias em relação ao sexo dos entrevistados.

Quadro 23: Habilitações literárias por sexo

Habilitações literárias		Sexo				Total	
		Mulher	%	Homem	%		%
Nenhum		3	12.5	4	12.5	7	25
Básico 1º ciclo	Completo	5	15.6	5	15.6	10	31.2
	Incompleto	0	0	1	3.1	1	3.1
Básico 2º ciclo	Completo	4	12.5	4	12.5	8	25
	Incompleto	1	3.1	0	0	1	3.1
Básico 3º ciclo	Completo	1	3.1	0	0	1	3.1
	Incompleto	1	3.1	0	0	1	3.1
Secundário	Completo	1	3.1	0	0	1	3.1
	Incompleto	0	0	1	3.1	1	3.1
Total		17	53	15	47	32	100

Se nos detivermos numa apreciação mais detalhada dos dados apresentados na tabela, referente ao cruzamento da variável habilitações literárias com a variável sexo e cuja representação encontraremos no gráfico seguinte, verificamos a não existência de grandes disparidades entre o grau de escolaridade por sexo, uma vez que os valores mais elevados apresentados são do sexo feminino. Podemos observar que os indivíduos masculinos são em maior número quando comparados com o sexo feminino em relação à ausência de escolaridade. Nas habilitações literárias de 4 anos de escolaridade podemos observar que o sexo feminino tem vantagem em relação ao sexo masculino.

Gráfico 5: Nível de escolaridade por sexo



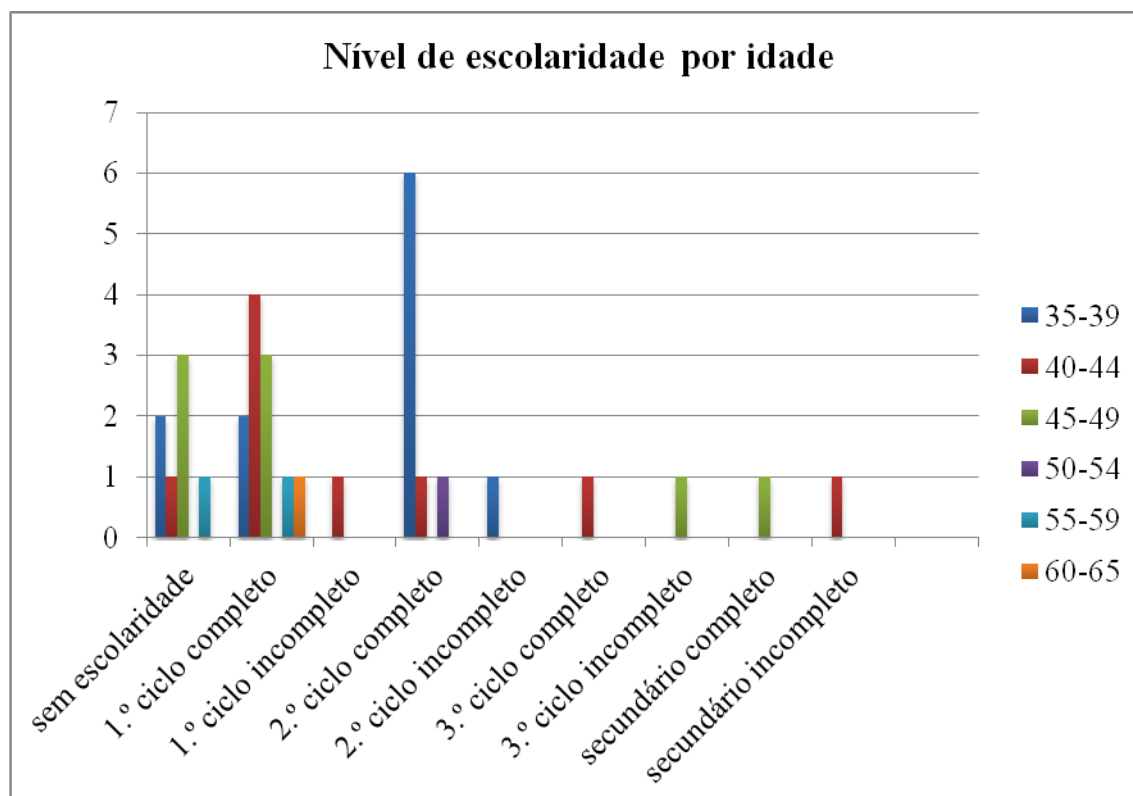
Avançando um pouco na análise, na tabela seguinte podemos encontrar representados os resultados do cruzamento entre variáveis “nível de escolaridade” e “idade”.

Quadro 24: Nível de escolaridade por idades

Idade	Habilitações literárias									total
	nenhum	básico 1º ciclo		básico 2ºciclo		básico 3ºciclo		secundário		
		completo	incompleto	completo	incompleto	completo	incompleto	completo	incompleto	
35-39	2	2	0	6	1	0	0	0	0	11
40-44	1	4	1	1	0	1	1	0	1	9
45-49	3	3	0	0	0	0	1	1	0	8
50-54	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
55-59	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2
60-65	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
total	7	11	1	8	1	1	1	1	1	32

Da observação desta tabela podemos desde logo reter no que diz respeito a incidência do analfabetismo da população estudada, esta é muito expressiva atingindo com maior relevância os grupos etários dos 45 aos 49 anos. Alguns indivíduos estão a frequentar a escola e apesar de não terem ainda o 4ºano neste momento, estão obrigados devido a receberem apoios sociais.

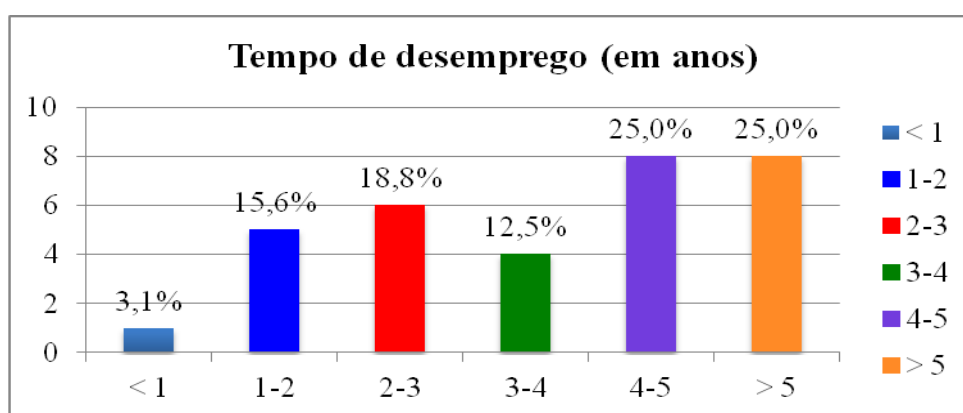
Gráfico 6: Nível de escolaridade por idade



Como mais facilmente podemos ver demonstrado no gráfico a maior parte dos entrevistados que apenas possuem o 4º ano, ou seja o 1º ciclo completo se encontra no grupo etário dos 40 aos 44 anos com uma representatividade de 12,5%. No 2º ciclo completo, ou seja, o 6º ano de escolaridade o grupo etário com maior representatividade é o de 35 aos 39 anos com 18,75%.

Em relação ao tempo de desemprego da população estudada, podemos observar o seguinte gráfico:

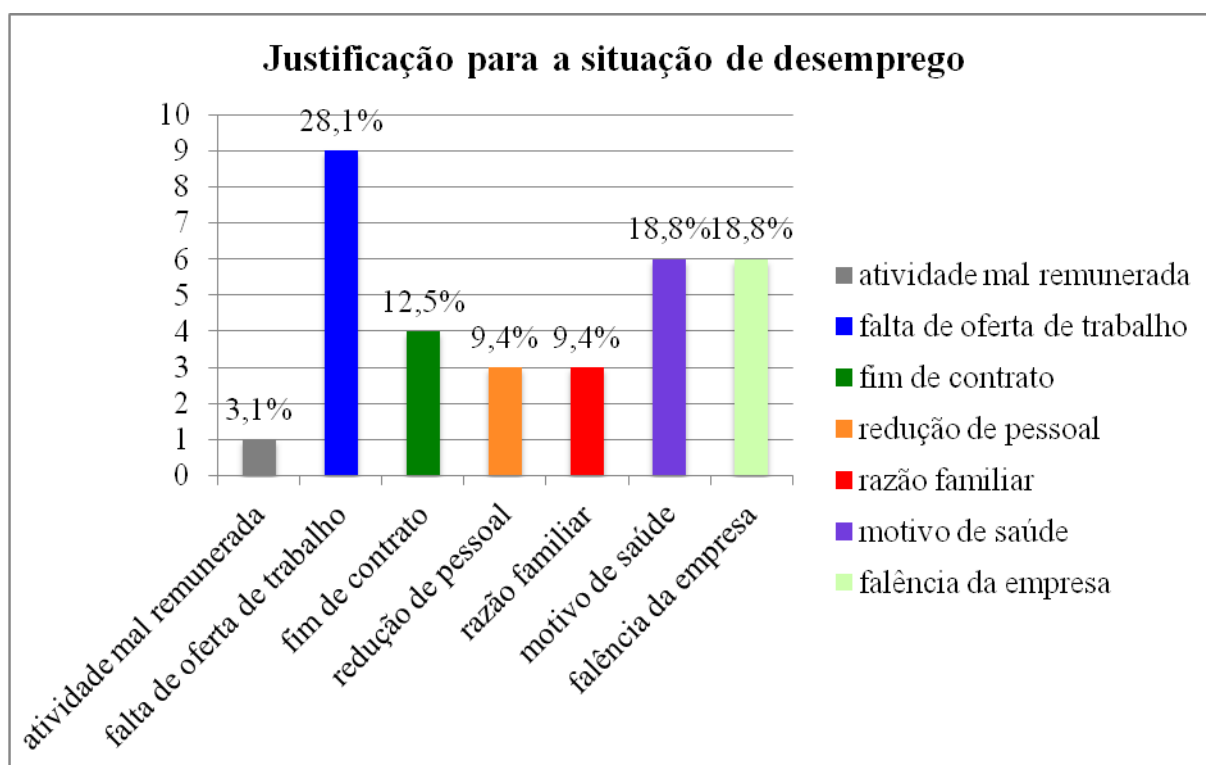
Gráfico 7: Tempo em situação de desemprego



Como podemos observar a maior parte da população estudada, cerca de 50%, está no desemprego a mais de quatro anos. Uma outra observação é que o desemprego de longa duração são os candidatos inscritos como desempregados há um ano ou mais, pelo que na amostra recolhida podemos observar que cerca de 96,9% dos entrevistados são desempregados de longa duração.

A justificação dos entrevistados para a sua situação atual de desemprego reúnem-se no seguinte gráfico:

Gráfico 8: Justificação para a situação de desemprego



Desagregando da última variável aqui era pretendido averiguar quais as razões efetivas da saída do último emprego. Ao debruçarmos sobre a análise do gráfico acima, podemos verificar que a falta de oferta de trabalho foi a mais respondida com cerca de 28,1%, derivado a várias características desta população, nomeadamente o tipo de trabalho tanto dos homens como das mulheres, pois estes indivíduos não passam muito tempo no mesmo local de emprego vão mudando consoante as necessidades. Em relação a atividade profissional os indivíduos mudam consoante a oferta e as oportunidades que lhes são propostas.

Relativamente a outras razões para o desemprego foram atribuídas a motivos de saúde e a falência das empresas para onde trabalhavam com cerca de 18,8%, ambas. As outras razões foram o fim de contrato e razões familiares com 9,4%. Por último, só um indivíduo cerca de 3,1% alegou atividade mal remunerada, pois não recebia ordenado há cinco meses e então saiu desse emprego.

Em relação as profissões anteriormente desempenhadas pelos entrevistados são funções de: canalizador, jardineiro, pedreiro, ajudante de construção civil, pintor, entre outros. No caso das mulheres as profissões mais desempenhadas são: limpeza, pastelaria, camareira, florista, entre outras.

A seguinte tabela demonstra as profissões exercidas pelos inquiridos de acordo com a tabela das profissões, a CNP (classificação nacional de profissões).

Quadro 25: Profissões agrupadas pela classificação nacional de profissões

Grupo	1		4		5		7		8		9	
	Dirigentes de empresas		Pessoal Administrativo e Similares		Pessoal dos Serviços e Vendedores		Operários, Artífices e Trabalhadores Similares		Operadores de máquinas		Trabalhadores não Qualificados	
H	Empreiteiro	1					Canalizador	2	Mecânico	1	Servente de pedreiro	4
	Gerente de restaurante	1					Pintor	2	Motorista	1	Lavagem de carros	1
							Serralheiro	2			Agricultor/ Lavrador	3
							Maquinista	1			Jardineiro	2
							Ladrilhador	1				
							Calceteiro	1				
M			Fim-de-obras	2	Caixeira	3	Florista	1			Doméstica	7
					Cozinheira	3	Pasteleira	2			Limpeza	8
					Empregada de balcão	2	Operária (atum)	1			Camareira	4
					Empregada de bar	1					Bordadeira	1
					Repositora	1					Costureira	1
					Vendedora supermercado	1					Agricultora	1
											Supervisora de pessoal	1
											Cuidadora	1

Podemos constatar através do quadro anterior a variedade e a acumulação de profissões. Nos homens as profissões são sobretudo na área da construção civil e no caso das mulheres a predominância das profissões são ligadas ao trabalho doméstico e limpeza.

Estas características são predominantes devido a vários fatores nomeadamente às baixas qualificações fazendo com que estes indivíduos não sejam especializadas e qualificadas numa determinada profissão. Para muitas destas pessoas as tecnologias, as oportunidades de formação e a evolução profissional são praticamente inexistentes, pois o nível económico influencia estas mesmas oportunidades.

Um outro aspeto que influencia o nível de escolaridade e consequentemente as profissões é o território, que apesar de os inquiridos pertencerem a zonas diferentes, em meio rural e urbano as realidades aproximam-se também devido a Câmara de Lobos ser uma cidade relativamente recente (desde 1996) e demonstrar algum tipo de ruralidade e mentalidades próximas.

Um outro aspeto abordado foi a ocupação do seu tempo dos inquiridos em que tinham de identificaram o que era mais relevante, não existindo um levantamento pormenorizado, apenas foi perguntado quais eram as tarefas que realizavam para ocupar o tempo, uma vez que estão desempregados e sem desempenhar uma tarefa profissional.

A maior parte das respostas dos entrevistados foi que têm ocupado o seu tempo na escola e na lida da casa. Em relação à frequência de cursos e da escola, os inquiridos são obrigados pela Segurança Social devido a estarem a receber subsídios. Alguns indivíduos, também, afirmam que têm ocupado o seu tempo à procura de trabalho.

As respostas dadas pelos inquiridos foram as que estão ilustradas e agrupadas no quadro seguinte:

Quadro 26: Ocupação de tempos livres

Tarefas	H	M	Total
Prestação de cuidados	0	4	4
Carunchos	2	0	2
Escola/cursos	7	10	17
Lida da casa	4	6	10
Horta	6	0	6
Desporto	1	1	2
Procura de trabalho	2	2	4
Jardinagem	1	0	1
Costura/bordado	0	2	2

Como podemos constatar através da tabela podemos averiguar que os inquiridos ocupam o seu tempo de forma diferente. As mulheres ocupam o seu tempo mais com a escola e a lida da casa enquanto os homens ocupam o seu tempo na escola e na horta. A diferença de tarefas realizadas está na influência de mentalidades e motivações culturais.

Alguns indivíduos consideraram como uma tarefa a procura de trabalho, pois disponham de algum tempo a procura efetiva do mesmo.

Um outro aspeto pretendido, era tentar saber junto dos inquiridos se a sua perceção do seu género influenciava a procura efetiva de trabalho e se influenciava a situação de desemprego.

Os entrevistados, na sua maioria, não acham que ser homem ou mulher influencia para conseguir mais facilmente um trabalho ou ter acesso a mais oportunidades. Os inquiridos que responderam que sim foram homens e a justificação que apresentaram foi que o setor da construção civil está parado e que mais facilmente as mulheres encontravam trabalho como domésticas ou na limpeza, pois a perceção que têm é de o mercado não estar tão saturado nesse setor.

Alguns exemplos de respostas obtidas foram:

“Penso que as mulheres arranjam mais rápido em empregadas domésticas, um homem é mais difícil. Se um homem pudesse ser empregada doméstica, eu faço em casa, mas noutros lugares já não sei.” (E 10, H, 38)

Ou então:

“As mulheres conseguem arranjar mais trabalho que o homem. Porque o homem não pode ir fazer limpezas. Arrumar prateleiras o homem não pode, e para cozinheiras e tudo é mais para mulheres não é para homens. Se eu fosse mulher arranjava trabalho mais rápido”. (E 14, H, 42)

Ou:

“A mulher tem mais facilidades em encontrar, os homens agora está mais difícil. Antes era o homem que ia trabalhar, agora é a mulher” (E 2, H, 40)

As respostas das mulheres inquiridas acham que o fator de sexo não influencia as oportunidades de trabalho, pois a realidade que vivenciam é que os homens também não conseguem facilmente trabalho, não podendo esquecer as características desta amostra, pois a prevalência de empregos dos homens é a construção civil que neste momento está em regressão. Como por exemplo: “Não sei que o meu marido também já está no desemprego há tanto tempo” (E 13,M,37). Ou no caso afirmativo temos por exemplo esta resposta: “Neste

caso que sou mulher influencia um pouco, no sítio onde vivo os homens têm mais oportunidades” (E 19,M,44)

O seguinte gráfico demonstra as respostas obtidas:

Quadro 27: Percepção da influência do sexo na inserção no mercado de trabalho

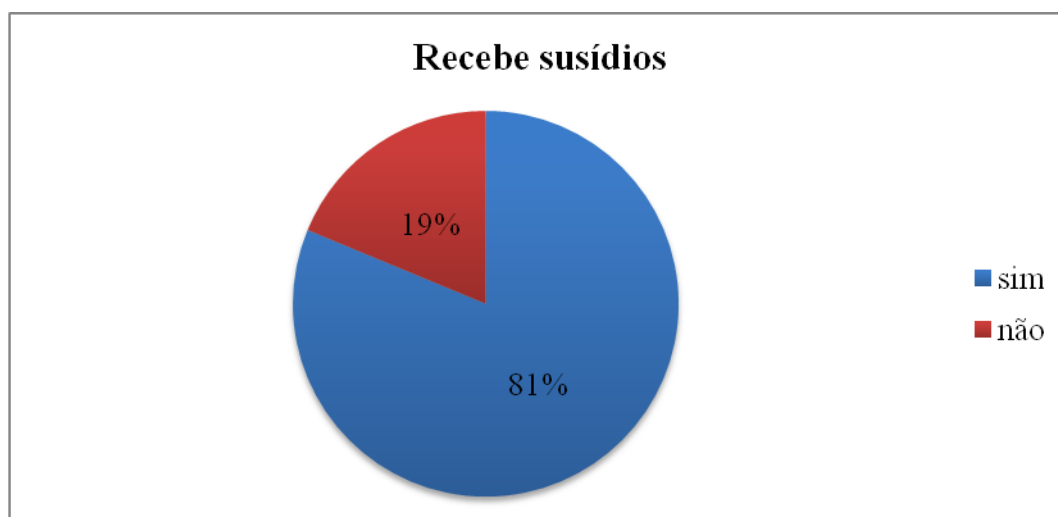
Respostas da influência do sexo na inserção no mercado de trabalho				
Sexo vs. Trabalho	H	M	HM	
Sim	7	2	9	
Não	8	15	23	

2.3 Da cidadania

Neste lugar de impacto da exclusão/inclusão social, a cidadania tentamos perceber de que forma as pessoas efetivamente participam na sociedade e que regalias retiram.

Um aspeto que inicialmente não estava contemplado no questionário, mas que depois teve importância no decorrer das entrevistas, foi o facto de que, uma vez que estamos na presença de uma população em situação de desemprego, se esta população recebia ou não algum tipo de subsídio relacionado direta ou indiretamente relacionada com a situação de desemprego

Gráfico 9: Prestações sociais



Assim podemos depreender que a grande maioria dos inquiridos, 81% recebe subsídios, através de apoios sociais. Apenas 19% da população estudada, afirma não receber qualquer tipo de apoio.

Em relação às consequências com maior relevância para os entrevistados advindos da situação atual é a nível financeiro, o de não ter dinheiro para pagar as contas necessárias para o bem-estar mínimo do núcleo familiar como podemos observar no quadro seguinte.

Quadro 28: Maiores consequências sentidas derivadas da situação atual

Consequências da situação atual	H	M	Total
Financeiras	14	16	30
Familiares	1	0	1
Relacionais	3	2	5
Psicológicas	0	3	3

Através das respostas obtidas as maiores consequências da situação em que os inquiridos se encontram é a nível financeiro porque muitos encontram-se em situação de pobreza e vulnerabilidade social.

Muitos destes indivíduos recebem apoios sociais para conseguirem fazer frente às despesas diárias da sua família que na sua maioria é numerosa, daí a consequência financeira ser a mais respondida. Nas consequências familiares foi respondido por um inquirido por não ter trabalho consequentemente não tinha dinheiro suficiente para ir ter com o seu filho que estava emigrado. Nas consequências relacionais cinco inquiridos afirmaram que estando desempregados as suas relações de pares ficaram comprometidas, como afirmou “cada um segue a sua vida” (E 20, M, 48). Nas consequências psicológicas as pessoas que afirmaram que eram as mais preocupantes devido a doenças associadas, tais como as depressões.

Claramente a maioria considera que as consequências que dão mais importância são as de carácter financeiro, pois é uma população com algumas vulnerabilidades.

Em relação à cidadania a maior parte dos inquiridos responderam que por estarem numa situação de desemprego isso não afeta o seu exercício pleno de cidadania. Os inquiridos que responderam que sim, justificaram com os fatores económicos, ou seja, não terem dinheiro para pagar as suas obrigações. Como podemos constatar na seguinte resposta: “Não, não consigo pagar as minhas dívidas” (E 2, H, 40).

No entanto e no decorrer da entrevista o conceito de cidadania não é bem claro para os inquiridos. Eles sabem que têm direitos e deveres mas não sabem exatamente quais são. No caso dos deveres são resumidos ao pagamento de contas e os direitos são os subsídios que recebem.

Quadro 29: Perceção da influência do desemprego no exercício da cidadania

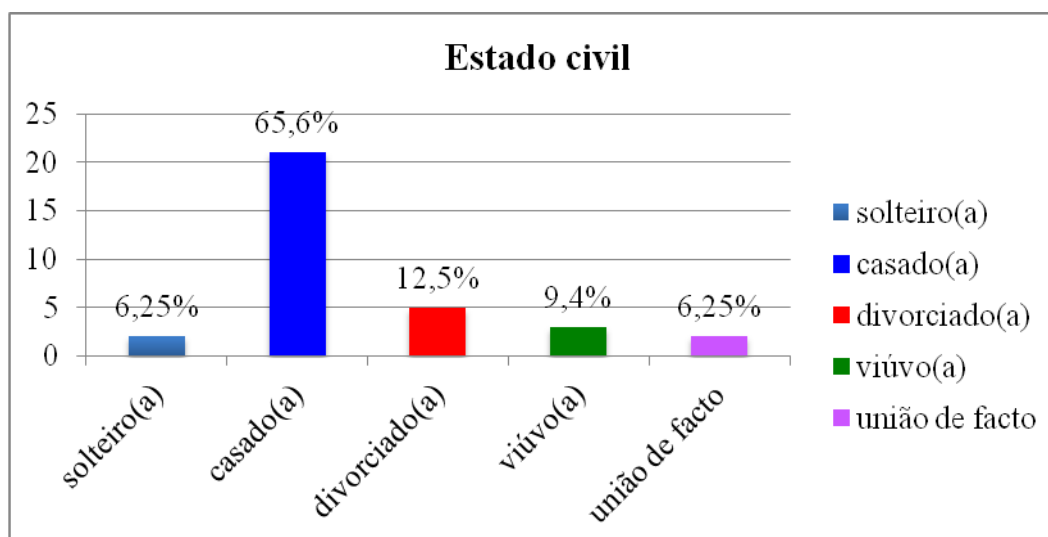
Influência da situação de desempregado no exercício da cidadania			
	Homem	Mulher	Total
Sim	5	10	15
Não	7	10	17

Como podemos constatar na tabela anterior houve cerca de 53% das pessoas que responderam que a situação de desempregados não influenciava a sua cidadania e cerca de 47% afirmou que sim mas sem saber explicar detalhadamente.

2.4 Da identidade

Em relação à identidade foram levantados alguns aspetos nomeadamente o estado civil como podemos observar no gráfico seguinte:

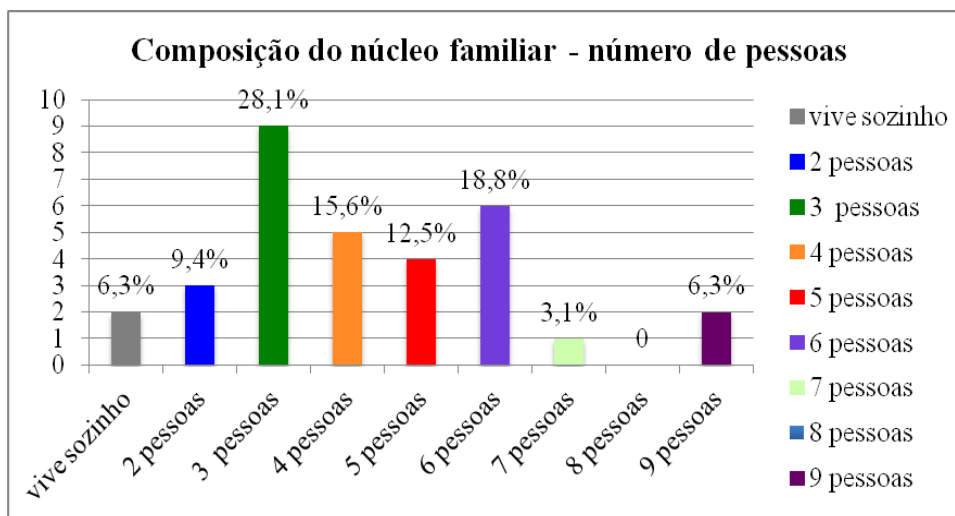
Gráfico 10: Estado civil dos entrevistados



A análise dos dados apurados relativamente ao estado civil dos indivíduos revela-nos que na sua maioria, 65,6% são casados, realidade esta que poderá prender com o facto da população inquirida ter idades superiores a 35 anos. Quanto aos restantes indivíduos solteiros, união de facto e viúvo estes representam uma percentagem de cerca de 34,4% do total da população inquirida, enquanto os que incluem a categoria solteiro, divorciado/separado, viúvo e união de facto assumem os valores de 6,25%, 12,5%, 9,4% e 6,25% respetivamente.

Relativamente ao agregado familiar dos inquiridos podemos verificar através do gráfico seguinte que a maior parte dos indivíduos integra um núcleo familiar com 3 pessoas com 28,1%.

Gráfico 11: Número de elementos do núcleo familiar



Em relação aos sentimentos que os inquiridos experienciam nesta situação de desemprego são diversos. A tabela seguinte retrata de uma forma geral os sentimentos dos inquiridos:

Quadro 30: Atitudes experienciadas derivadas da situação atual

Atitude perante os outros	H	M	Total
Positiva	2	3	5
Negativa	8	9	17
Indiferente	5	5	10

Como podemos observar as pessoas demonstram mais sentimentos negativos do que positivos, embora a quantidade de inquiridos que se demonstram indiferentes seja representativa. Os sentimentos mais experienciados são os de revolta, de inveja e de aborrecimento como podemos constatar através da tabela seguinte.

Quadro 31: Exemplos de respostas obtidas em relação às atitudes

Atitudes	Exemplos de respostas dadas pelos inquiridos
Positivas	“Sinto-me bem. Na mesma situação estão alguns familiares e nós nos ajudamos uns aos outros.” (E 24, H,51).
De Indiferença	“Não me sinto nem melhor nem pior que os outros.” (E 18, H,45)
Negativas	“Sinto-me revoltada com esta situação. Eu só queria um trabalho.” (E 1,M,

	46) “Eu às vezes sinto inveja dos outros” (E 22,H,40) “Sinto-me triste, sem vontade para nada e cansada.” (E 6, M,39) “Sinto-me aborrecido, não tenho nada que faça.” (E 7,H,44) “A gente sente-se inferior. Fica-se aqui para um canto. Eu fico todo o dia dentro de casa.” (E 23, M, 44) “Sinto-me mais triste. O trabalho faz com que a pessoa se distraísse.” (E 32,H, 37)
--	---

Relativamente ao sentimento de exclusão, podemos observar a tabela seguinte:

Quadro 32: Sentimento de exclusão

Alguma vez se sentiu excluído?	H	M	Total
Excluído	5	2	7
Não excluído	10	15	25

Tomando por referência o quadro anterior podemos observar que alguns inquiridos exprimiram que foram excluídos de alguma forma: a nível de trabalho ou pelas pessoas mais próximas, em situações particulares como por exemplo: “algumas pessoas falam menos bem da minha vida e também por causa de ter separado do meu marido” (E 19, M, 44)

Uma outra questão foi a de se os inquiridos gostavam de mudar ou melhorar alguma coisa responderam a maior parte que sim, como podemos averiguar na tabela seguinte:

Quadro 33: Expectativas de melhoria pessoal

Expectativas de melhoria pessoal	H	M	Total
Sim	11	12	23
Não	4	5	9

Os inquiridos que responderam que sim apresentaram várias áreas de melhoria como podemos verificar no quadro seguinte:

Quadro 34: Áreas de expectativa de melhoria pessoal

Expectativas de melhoria pessoal	H	M	Total
Estudar	6	9	15
Trabalhar	5	1	6
Ter saúde	1	0	1
Físico	0	2	2

A maior parte dos inquiridos gostariam de estudar mais, principalmente os indivíduos que não têm nenhuma escolaridade manifestam a necessidade básicas de ler, escrever e assinar o nome.

Outros o que manifestam o desejo de encontrar um trabalho de modo a conseguirem pagar as suas contas. Duas pessoas manifestam outro tipo de mudanças a nível físico em que uma gostaria de perder algum peso e outra gostava de ser mais alta, pois considera que essa característica a prejudica. Por fim apenas um inquirido manifestou querer ter mais saúde, para depois conseguir um trabalho para poder ganhar algum dinheiro.

A maior parte dos inquiridos responderam que a experiência profissional influencia a procura de trabalho e que é uma mais-valia para o mundo de trabalho. As profissões dos inquiridos são aprendidas e reconhecidas pela experiência.

As pessoas que consideram que a experiência não é uma mais valia justificam que neste momento mesmo com experiência não conseguem encontrar trabalho nem manter os que já tiveram.

Alguns dos inquiridos não souberam responder a esta questão ou não sabem que tipo de influência a experiência tem no mercado de trabalho.

A tabela seguinte ilustra as respostas obtidas de uma forma sintetizada desta questão.

Quadro 35: Influência da experiência para a inserção no mercado de trabalho

As experiências são uma mais-valia	
Sim	23
Não	6
Não sabe	3
Total	32

2.5 Do território

Todos os inquiridos acham que a situação está mal para Portugal e os sentimentos são negativos.

Todos os inquiridos afirmam que a “crise” influenciam a sua situação de desempregados e alguns afirmam que se fosse há uns anos atrás conseguiriam mais facilmente e rapidamente trabalho apesar de os inquiridos serem desempregados de longa duração.

Em relação à pergunta se colocariam em hipótese sair de Portugal ou ate mesmo da localidade a grande maioria respondeu que não por motivos familiares e financeiros.

Os que afirmam que sairiam da sua localidade ou ate mesmo de Portugal é por estarem numa situação financeira muito má, em que alguns têm dividas e que não conseguem pagar com os subsídios que recebem, pois estas famílias são numerosas.

Capítulo V – Conclusões

1. Síntese do estudo

A integração e inclusão na sociedade são feitas, em grande medida através do emprego, pois é um vínculo fulcral para os indivíduos manterem as suas relações sociais e económicas.

Os objetivos pretendidos para este estudo eram: compreender o fenómeno de exclusão social de modo a perceber a sua influência nos cinco lugares de impacto da exclusão/inclusão social e de que forma se interrelacionam nos níveis do corpo, do trabalho, da cidadania, identidade e território. Um outro objetivo era o de perceber de que modo, na nossa sociedade atual, com os seus problemas específicos, o fenómeno de desemprego, nomeadamente, contribui para a exclusão/inclusão social de cada indivíduo.

Este estudo foi realizado no Concelho de Câmara de Lobos, mais propriamente na freguesia de Câmara de Lobos e do Estreito de Câmara de Lobos, pelo que esta população apresenta algumas especificidades características deste território particular. A população entrevistada distribui-se por ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 35 e os 65 anos. O estado civil com maior representatividade é o de casado, e, em relação ao núcleo familiar, predomina a composição de três pessoas. Em relação ao estado de saúde dos entrevistados, a maioria não apresentava doenças incapacitantes para o desenvolvimento e procura de um emprego. Esta população tem habilitações literárias com poucos anos de escolaridade e as profissões que desenvolveram são muito semelhantes, na medida em que as mulheres, na sua maioria, trabalhavam como domésticas, e os homens na construção civil. No que concerne à influência de ser homem ou mulher na procura de trabalho, a maior parte dos entrevistados, não achou que este fator fosse relevante. Já em relação à influência da idade na procura de trabalho, as opiniões são mais divididas, pois 50% respondeu que influenciava e cerca de 46,9% respondeu que não, só 3,1% respondeu que não tinha opinião formada. No que respeita à opinião sobre as experiências já adquiridas anteriormente serem uma mais-valia na procura de trabalho, a maior parte dos entrevistados considerou que sim.

A maioria dos homens entrevistados encontram-se em situação de desemprego devido ao atual contexto económico nacional e regional, visto o sector de construção civil na região encontrar-se em estagnação profunda e muitas empresas terem falido ou reduzido o número

de funcionários. Em relação às mulheres, o mercado de procura é maior do que a oferta, derivado das especificidades tanto dos entrevistados como das localidades. Nesta população predomina o desemprego de longa duração, visto que se encontram há mais de 1 ano inscritos no Instituto de Emprego Regional. O número de entrevistados que afirmam receber prestações sociais é da ordem de 81%, pelo que cerca de 1/5 (19%) não admitiu receber qualquer tipo de prestação social. Quanto à ocupação dos tempos livres, a maioria dos indivíduos respondeu que ocupa o seu tempo na lida da casa e na frequência da escola. A maioria dos indivíduos considera que o estudo e o encontrar um trabalho são aspetos determinantes para uma evolução e melhoria, pessoal e profissional.

No geral, esta população não tem o sentimento de exclusão social, uma vez que estes sujeitos não se sentem sozinhos nesta situação e o sentimento sobre a exclusão era sempre negativo e com culpas pessoais, ou seja, os indivíduos achavam que não eram excluídos por não terem o conceito bem claro do que isso significava, interpretando-o de forma negativa. Sendo uma população pouco escolarizada e com poucos recursos, estas pessoas parece não saberem muito bem os seus direitos e deveres como cidadãos, uma vez que apenas esperam receber ajuda financeira por parte do “Estado” e por isso acham que não têm mais qualquer tipo de direitos. Os seus deveres resumem-se a pagar as suas despesas prementes. As maiores consequências da situação de desemprego apontadas pelos entrevistados foram a nível financeiro, referenciando, em particular, o facto de não conseguirem pagar as suas contas do dia-a-dia.

A conjuntura económica de Portugal, no ponto de vista dos entrevistados, afeta-os de forma direta na procura e obtenção de um trabalho e, conseqüentemente, afeta também outros aspetos, nomeadamente a nível psicológico, físico, familiar e relacional.

Em suma, em relação ao nível de impacto dos cinco lugares de exclusão/inclusão social podemos fazer a seguinte síntese:

- Corpo

Neste lugar de impacto da exclusão/inclusão social, os entrevistados não se sentem excluídos em relação à sua idade, pois consideram que, apesar de estarem em idade ativa, têm algumas dificuldades em encontrar trabalho.

No que concerne ao sexo, neste concelho, existem representações sociais muito vincadas acerca do que é expectável de cada um dos sexos. Por exemplo, m relação, e

derivado da escolarização da população entrevistada é expectável que as mulheres façam, na sua maioria, trabalhos domésticos e os homens na área da construção cívil.

Um outro aspeto relevante é o desta população não ter rendimentos suficientes para se vestirem e apresentarem de acordo com as situações, e de algumas pessoas apresentarem problemas de saúde advindos da sua situação atual.

- Trabalho

Em relação ao lugar de impacto do trabalho, tal é fundamental para a exclusão/inclusão social, pois é através dele que os indivíduos têm ou não acesso a bens e serviços.

Para além da idade, muitos destes indivíduos sentem-se condicionados pelas suas baixas habilitações literárias, percebendo que tal handicap condiciona a obtenção de um emprego e prolonga o tempo da sua situação de desemprego, pois quanto mais tempo que estes indivíduos passarem nesta situação, mais difícil será saírem dela. Como causa determinante para a situação de desempregado, estes indivíduos referenciam o estado do país, em “crise”, em que as empresas despedem cada vez mais e em que praticamente não existem oportunidades de emprego.

- Cidadania

Para esta população que foi entrevistada, a sua cidadania resume-se a receber os subsídios que os ajude na sua sobrevivência e a conseguirem pagar as suas contas. A oportunidade de poder estudar parece ser vista como uma “obrigação”, uma “imposição”, para poderem receber algum subsídio, e não como uma verdadeira oportunidade de conseguirem aumentar as suas habilitações literárias.

- Identidade

Em relação à identidade, os indivíduos têm perceções da sua realidade e da realidade que os rodeia: não se sentem “sozinhos”, pois conhecem muitas histórias de vida iguais às suas.

Os indivíduos apresentam atitudes tanto positivas como negativas quanto à sua situação, sendo que algumas atitudes negativas se justificam por quererem uma melhor qualidade de vida.

- Território

Por último, relativamente ao lugar do território, constata-se que, apesar de as entrevistas terem sido realizadas em dois locais diferentes, os entrevistados se aproximam em termos de mentalidades e modos de vida, não havendo muita discrepância entre as pessoas.

No quadro seguinte (Quadro 36) podemos verificar quais as tendências centrais de resposta dos entrevistados.

Quadro 36 - Os cinco lugares de impacto de exclusão/inclusão social – retrato-tipo dos entrevistados

Cinco lugares	Dimensões	Resposta tipo	
Corpo	Sexo	Mulheres	
	Idade	44	
	Grupo etário	35-39	
	Situação de saúde	Sem doença	
	Preocupação com a apresentação física	Sim	
Trabalho	Nível de escolaridade	1º ciclo completo	
	Tempo de desemprego	Superior a 4 anos	
	Justificação para a situação de desemprego	Falta de emprego	
	Profissões exercidas	Mulheres	Homens
		Limpeza	Construção
	Ocupação de tempos livres	Escola	
Cidadania	Perceção da influência do sexo na inserção do mercado de trabalho	Não	
	Benefício de prestações sociais	Sim	
	Maiores consequências	Financeiras	
Identidade	Influência da situação de desempregado no exercício da cidadania	Não	
	Estado civil	Casado	
	Nº. elementos do núcleo familiar	3 pessoas	
	Atitudes perante os outros	Negativas	
	Sentimento de exclusão	Não excluído	
	Expectativas de melhoria pessoal	Sim	
	Área de melhoria pessoal	Estudar	
Território	Influência da experiência para o mercado de trabalho	Sim	
	Situação de Portugal	Má	
	A crise influência	Sim	
	Ponderar sair da localidade	Não	

2. Reflexão Crítica

A exclusão resulta de uma desarticulação entre as diferentes partes da sociedade e os indivíduos, gerando a desintegração social destes. A exclusão é um produto de um défice de coesão social global, não se reduzindo a fenómenos individuais, nem simples agregações de situações, onde se verifica uma grande acentuação de recursos materiais e sociais (Diogo, 2007).

As três orientações básicas no que respeita à noção de exclusão são: a “trajectória” que permite compreender melhor as razões pelas quais certas pessoas se sentem socialmente excluídas e outras não; as “identidades” sobre as quais se fazem sentir os efeitos da crise socioeconómica e capacidade de as pessoas resistirem a estes efeitos e/ou reconstruírem as suas próprias identidades; e, por último, o “território” em que a exclusão social se faz sentir através da segregação espacial (Stoer et al., 2003).

A inclusão e a exclusão são a entrada ou a saída do que é socialmente reconhecido, na medida em que a inclusão está diretamente relacionada com a cidadania plena. A questão mais central da exclusão é o desemprego, pois provoca várias ruturas com a sociedade.

Para tal, esta análise apoiou-se num conjunto de variáveis que contemplam temas e conceitos associados à investigação, tais como a globalização e a flexibilidade de mercado, a sociedade de risco, as desigualdades sociais, a pobreza, as políticas sociais, o desemprego e algumas caracterizações específicas tais como, uma breve análise estatística de Portugal e da Região Autónoma da Madeira. Posteriormente, realizou-se uma revisão de literatura, sobre os conceitos de exclusão/inclusão social e de outros conceitos associados a este fenómeno, bem como sobre a ação do Serviço Social neste contexto de intervenção.

Deste modo, podemos concluir que a maior parte dos entrevistados são desempregados de longa duração, sendo este um dos principais fatores de exclusão social, pois o trabalho é a principal fonte de rendimentos e é responsável pela manutenção e pela inserção social, bem como o meio de subsistência dos indivíduos e das suas famílias. A situação de desemprego de longa duração leva ao desgaste de aptidões sociais e também conduz a uma perda progressiva de hábitos e laços sociais do quotidiano. Esta situação pode ter consequências mais graves, conduzindo a comportamentos disruptivos (consumo de substâncias ou de álcool, violência, suicídio, etc.). Aliás, quanto mais tempo o indivíduo se encontra numa situação de desemprego, mais difícil é a sua reentrada no mercado de trabalho, em especial os

trabalhadores mais velhos e menos qualificados, pois são exigidas competências cada vez mais competitivas, que estes indivíduos não possuem nem as empresas procuram. Em relação às qualificações, quanto menores forem, menores tendem a ser as renumerações, bem como as oportunidades e a qualidade do emprego. Para que estes indivíduos regressem ao trabalho é necessária uma aposta nas suas qualificações e nos recursos para a empregabilidade de modo a que consigam adaptar as suas competências às ofertas de trabalho. O trabalho tem diversas funções, pois é uma fonte de rendimento que permite a satisfação de necessidades, é um meio de inscrição num determinado estatuto ou de aceder a um posição social superior, de acordo com a atividade exercida, gera solidariedade e pertença a um grupo, originando relações sociais e permitindo, deste modo, a integração social e a coesão social. Por outro lado, o desemprego é um fator de empobrecimento, de insegurança social, perda de estatuto, solidariedade, perda de laços sociais e de identidade, fazendo com que não haja rotinas, reduzindo a coesão e aumentando a insegurança social.

Neste sentido, esta população estudada apresenta vários tipos de rutura com a sociedade, derivados da sua situação de desemprego. Quando os analisamos segundo a perspetiva dos cinco lugares de impacto da exclusão/inclusão social, podemos afirmar que estes indivíduos se encontram em situação de exclusão, pois não conseguem voltar a entrar no mercado de trabalho, o que os afeta a outros níveis: ao nível do corpo, vestindo-se de acordo com as suas limitadas possibilidades (por não terem dinheiro não se podem vestir como gostariam); afetando a sua saúde tanto física como psicológica; ao nível do trabalho, não obtendo rendimento suficiente para as necessidades básicas, e reconhecimento social; ao nível da cidadania, não acedendo a todos os seus direitos, o de inclusive ter um trabalho, entre outros; a nível da identidade, não conseguindo dar à sua família o que ela necessita e aceder a um estatuto social; e, por último, ao nível do território, por estarem confinando-os a um local/região, com muitos casos com os mesmos problemas (baixas qualificações, idade, e mercado de trabalho saturado).

As maiores limitações sentidas reportam-se ao decurso das entrevistas, na medida em que diversas respostas dadas foram muito próximas e semelhantes, o que leva a pensar que os entrevistados - talvez porque enquadrados em programas públicos de controlo e de apoio para a procura ativa de trabalho - possam ter respondido condicionados pelo que é socialmente esperado das pessoas em situação de desemprego.

Um possível aprofundamento deste estudo poderia centrar-se nas histórias de vida dos entrevistados, as quais são marcadas pelas adversidades advindas do meio onde vivem e da situação que experienciam, e que este estudo não pôde captar em profundidade.

Futuras investigações poderiam também, por exemplo, utilizar amostras mais amplas e em outro tipo de população alvo de modo a perceber se existe um ciclo vicioso, em que quando um dos cinco lugares é afetado pela exclusão/inclusão social, se os outros lugares são afetados e se existe em outros casos a inter-relação entre os cinco lugares.

Bibliografia

Almeida, F., *Os desafios da Sustentabilidade – uma ruptura urgente*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2007

Alvino-Borba, A., & Mata-Lima, H., (2011). Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. *Serviço Social & Sociedade*, nº106, São Paulo, pp. 219-240.

Amaro, M., (2008). Os campos paradigmáticos do Serviço Social: proposta para uma categorização das teorias em presença. *Locus Soci@l*, pp. 65-80

Amaro, R., (2000). “A exclusão social hoje”. Caderno do ISTA, vol.9.

Araújo, M., Yumi, M., & Okino, F., (2003). Globalização e Emprego: Rebatimento sobre a formação do trabalhador . *IX Seminário de pesquisa do CCSA*. Consultado na World Wide Web a 25 de Julho de 2013, em: www.ccsa.ufrn.br/anais/ix_seminario/dados/.../com_41_01.doc

Beck, U., (1992). *Risk Society: towards a new modernity*. New Delhi

Capucha, L., Guerreiro D., Bernardo, J., Madelino, F., Calado, A., Correia V., & Silva, A., (2005). *Formulação de Propostas de Concepção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Inclusão Social*. Portugal. Consultado na World Wide Web a 30 de Março, em: https://infoeuropa.euroid.pt/opac/?func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000036263&line_number=0001&func_code=WEB-FULL&service_type=MEDIA

CDFUE (2007). *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*. Consultado na World Wide Web a 31 de Julho, em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2007:303:0001:0016:PT:PDF>.

COM (2005) 24. Comissão das Comunidades Europeias. *Comunicação ao conselho europeu da primavera. Trabalhando juntos para o crescimento e o emprego. Um novo começo para a estratégia de Lisboa*. Bruxelas. Consultado na World Wide Web a 31 de Julho, em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0024:FIN:PT:PDF>.

COM (2006) 44. Comissão das Comunidades Europeias. *Comunicação da comissão ao conselho, ao parlamento europeu, ao comité económico e Social europeu e ao comité das regiões relativa a uma consulta sobre acções a empreender à escala da UE para promover a inclusão activa das pessoas mais afastadas do mercado de trabalho*. Bruxelas. Consultado na World Wide Web a 31 de Julho, em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0044:FIN:PT:PDF>.

COM (2007) 620. Comissão das Comunidades Europeias. *Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre a execução, os resultados e a avaliação global do Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social 2010*. Bruxelas. Consultado na World Wide Web a 31 de Julho, em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0620:FIN:PT:PDF>.

COM (2008). *Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social (2010)* — Documento

Quadro Estratégico — Prioridades e orientações para as actividades do Ano Europeu de 2010. Bruxelas. Consultado na World Wide Web a 31 de Julho, em: http%3A%2F%2Fec.europa.eu%2Fsocial%2FBlobServlet%3FdocId%3D1693%26langId%3Dpt&ei=Qu9WUouCCuuw7Qad94CwDg&usg=AFQjCNEZJoH4fNclnNkSI-vsaruh_I0xFw&bvm=bv.53899372,bs.1,d.Yms&cad=rja.

COM (2012) 107. Comissão Europeia. *Relatório da comissão ao conselho e ao parlamento europeu sobre a execução, os resultados e a avaliação global do ano europeu de combate à pobreza e à exclusão social 2010*. Bruxelas Consultado na World Wide Web a 31 de Julho, em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2012:0107:FIN:PT:PDF>.

Conselho Europeu de Lisboa (2000). *Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Lisboa, de 23-24 de Março de 2000* (também designadas *Estratégia de Lisboa*). Consultado na World Wide Web a 31 de Julho, em: <http://www.cnel.gov.pt/document/1137071987W5xLJ2ui2Oo82MT9.pdf>.

CRP (2005). *Constituição da República Portuguesa – VII Revisão constitucional*. Consultado na World Wide Web a 31 de Julho, em: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>

DDHC (1789). *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen*. Consultado na World Wide Web a 31 de Julho, em: <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/la-constitution/la-constitution-du-4-octobre-1958/declaration-des-droits-de-l-homme-et-du-citoyen-de-1789.5076.html>

Dias, M., & Varejão, J., (2012). *Estudo de avaliação das políticas ativas de emprego*. Porto, Universidade do Porto Faculdade de Economia. Consultado na World Wide Web a 25 de Julho de 2013, em: http://www.dgert.mtss.gov.pt/emprego%20e%20formacao%20profissional/docemprego/Estudo_avaliacao_PAE_rel_final_2012.PDF

Diogo, F., (2007). *Pobreza, trabalho, identidade*, Lisboa, Celta

Esteves, P., (2007). *A Agência do Assistente Social e a Reprodução da Pobreza e da Exclusão Social*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Instituto Superior Miguel Torga Escola Superior de Altos Estudos. Coimbra

Eurostat, (2010). *Combating poverty and social exclusion: a statistical portrait of the European Union*. Consultado na World Wide Web a 28 de Setembro de 2013, em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-EP-09-001/EN/KS-EP-09-001-EN.PDF.

Faleiros, V., (2005). *Estratégias em Serviço Social*. (5ª edição). São Pulo. Cortez Editora

Faleiros, V., (2006). *Inclusão social e cidadania*. Brasília, Brasil. Consultado a 30 de Março de 2013, Disponível em : http://www.icsw.org/global-conferences/Brazil2006/papers/vicente_faleiros.pdf

Fernandes, L., (1998). *Redefinir Exclusão Social*. Porto, Antropológicas, nº2.

Giddens, A., (2008). *Sociologia*. (Figueiredo, A., Baltazar, A., Silva, C., Matos, P., Gil, V., Trad.). (6ª Edição), Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, ISBN 978-972-31-1075-3

Guerra, I., (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de conteúdos: Sentido e formas de uso*, (1ª edição). Lisboa, Estoril, Principia. ISBN:972-8818-66-1

Heidrich, L., (2006), “Territorialidades de inclusão e exclusão social” In: Rego, N., Moll, J., Aigner, C. (Orgs.). *Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, pp. 21-44. Consultado na World Wide Web a 22 de Julho, em: http://labes.weebly.com/uploads/4/2/5/4/42544/territorialidadesdeexclusoeinclusosocial_alv0808.pdf

INE, (2010). *Sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal*. Consultado na World Wide Web a 28 de Setembro de 2013, em: http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=100474687&att_display=n&att_download=y.

Instituto da Segurança Social, I.P (2007). PNAI. *Plano nacional de acção para a inclusão 2008 – 2010*. Consultado na World Wide Web a 31 de Julho, em: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13326/pnai_2008_2010.

Instituto da Segurança Social, I.P (2009). *Programa Nacional do AECPEs (Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social)*. Consultado na World Wide Web a 31 de Julho, em: <http://rcbp.dglb.pt/pt/noticias/Documents/Edital2010.pdf>.

Instituto da Segurança Social, I.P (2012). *Relatório Final do Programa Nacional do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social 2010*. Consultado na World Wide Web a 31 de Julho, em: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13331/Relatorio+Final+PNAECPEs_2012.

Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G., (1990). *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa : Instituto Piaget. ISBN: 972-9295-75-1

LOPES, J., (2006) “Exclusão social” e controle social: estratégias contemporâneas de redução da sujeitidade. *Psicologia & Sociedade*. Florianópolis, v. 18, n. 2, pp. 13-24.

Martins, H., (2004). Metodologia qualitaiva de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, v.30, n.2, 289-300. Consultado na World Wide Web a 25 de Julho de 2013, em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>

Mateus, A., Mateus, J., Madruga, P., Caetano, A., Gamboa, C., Cabral, C., Silva, C., Farinha, C., Canudo, D., Lopes, F., Caetano, G., Rodrigues, H., Vasconcelos, J., Correia, M., Negreiro, M., Ferreira, N., Guerreiro, R., Maia, R., Primitivo, S., Gouveia, S., Rosa, V., Escária, V., & Vitorino, N., (2013). *25 anos de Portugal na Europa: A economia, a sociedade e fundos estruturais* (519-557). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. ISBN: 978-989-8662-07-1.

MAZZA, J. (2005). Inclusão social, mercados de trabalho e capital humano na América Latina. In: BUVINIC, M., MAZZA, J., DEUTSCH, R. (Orgs.). *Inclusão social e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro. Elsevier.

Militão, M., & Pinto, C., (2008). Governamentalidade, cultura política e a reflexividade dos riscos sociais: o caso da política portuguesa de inclusão social. *VI Congresso Português de Sociologia*. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. *Mundos Sociais: saberes e práticas*. Consultado na World Wide Web a 30 de Junho de 2013, em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/202.pdf>

Mittelman, J., (2004). A globalização alternativa. In Gómez, José M. (ed.). *América Latina y el (des)orden global neoliberal: hegemonía, contrahegemonía, perspectivas*. Buenos Aires, CLACSO.

Moller, I., & Hespanha, P., (2002). Padrões de exclusão e estratégias pessoais. *Revista Crítica de Ciências sociais*, 64 , p 55-79.

Moreira, C., (1994). *Planeamento e estratégias da investigação social*, ISCSP - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

Neves, T., Cruz, I., & Silva M., (2010). *Acção Local no Combate à Pobreza e Exclusão Social*. Portugal: Livpsic. Consultado na World Wide Web a 30 de Março de 2013, em: www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC33/ESC33_Recensoes_1.pdf

O.I.T., Organização Internacional do Trabalho. (2003). *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal* (1ª edição), pp. 9-182, ISBN 92-2-813584-0.

OCDE, (2008). *Growing unequal? Income distribution and poverty in OECD countries*. Consultado na World Wide Web a 28 de Setembro de 2013, em: <http://www.oecd.org/social/soc/growingunequalincomedistributionandpovertyinoecdcountries.htm>.

Okino, M., & Cavalcante, C., (2010). Desemprego e exclusão social: Principios fundamentais em Xequê? *I Conferência Nacional de Publicas Contra a Pobreza e a desigualdade*. Consultado na World Wide Web a 25 de Julho de 2013, em: <http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Arquivos%20GTS%20%20recebidos%20em%20PDF/DESEMPREGO%20E%20EXCLUS%C3%83O%20SOCIAL%20PRINCIPIOS%20FUNDAMENTAIS%20EM%20XEQUE.pdf>

Paugam, S., (2003). *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. Cortez, São Paulo. Consultado na World Wide Web a 30 Julho de 2013, em: http://books.google.pt/books?id=weSiPikLAJ0C&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

PE (2008). Parlamento Europeu. *Inclusão activa das pessoas excluídas do mercado de trabalho*. Resolução do Parlamento Europeu, sobre a inclusão activa das pessoas excluídas do mercado de trabalho. Consultado na World Wide Web a 31 de Julho, em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+TA+P6-TA-2009-0371+0+DOC+PDF+V0//PT>.

PE (2009). Parlamento Europeu. *Relatório sobre a inclusão activa das pessoas excluídas do mercado de trabalho*. Consultado na World Wide Web a 31 de Julho, em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A6-2009-0263+0+DOC+XML+V0//PT>.

Pedroso, P., Ferreira, C., Dornelas, A., Estanque, E., Centeno, M., Novo, Á., & Henriques, M., (2005). *Acesso ao Emprego e Mercado de Trabalho: Formulação de Políticas Públicas no Horizonte de 2013*. Coimbra, Faculdade de Economia da universidade de Coimbra. Consultado na World Wide Web a 30 de Março de 2013, em: http://academia.edu/1097837/Acesso_ao_Emprego_e_Mercado_de_Trabalho_formulacao_de_politicas_publicas_no_horizonte_de_2013

PNAI (2006 – 2008). *Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social • PORTUGAL 2008/2010*. Consultado na World Wide Web a 31 de Julho, em: http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13326/estrategia_nacional_proteccao_social_inclusao_social_2008_2010.

Queirós, M., Vaz, T., Palma, P., (2006). *Uma reflexão a propósito do risco*. Centro de estudos geograficos. Faculdade de letras da Universidade de Lisboa. Lisboa

Reis, N., (2002). Exclusão Social: A multiplicidade de uma defenição . *Revista Virtual Textos & Contextos n 1*, pp.1-15.

Reis, P., & Schwartzman, E., (2002). *Pobreza e Exclusão social: Aspectos Sócio- Políticos*. Brasil. Consultado na World Wide Web a 30 de Março de 2013, em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/exclusion.pdf>

Rodrigues, E., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M., & Januário, S., (1999). A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas sociais em Portugal. *Sociologia*, pp.63-101 nº9 , Porto.

Rodrigues, F., Figueira, M., Nunes, M., Tapajós, L., & Paiva, B., (2003). *Acção Social na Área da Exclusão Social*. Lisboa, Universidade Aberta. ISBN:972-674-390-7

Salm, C., (2005). Estagnação Econômica, Desemprego e Exclusão Social. *Novo-Desenvolvimentismo*, 189-216. Consultado na World Wide Web a 25 de Julho de 2013, em: <http://ebookbrowse.com/201205021625580-claudio-salm-estagnacao-economica-desemprego-e-exclusao-social-pdf-d377491906>

Santos, B., (2001). *Globalização: fatalidade ou utopia?*. Porto, Afrontamento.

Santos, B., (2002). Os processos da globalização. (Santos, B., org.). *Globalização e as ciências sociais*. 2^a ed. São Paulo, Cortez, 2002.

Santos, B., (2005). A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, pp.7-44.

Sawaia, S., Wanderley, M., Vêras, M., Jodelet, D., Paugam, S., Carreteiro, T., Mello, S., & Guareschi, P., (2001). *As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, Vozes.

Schwartz, E., & Nogueira, V., (2000). Exclusão social- A desigualdade do século XX. *Ser Social*, n 6, 95-118. ISSN- 2178-8987 versão eletrônica, ISSN- 1415-6946 versão impressa.

Singer, P., (1996). Desemprego e Exclusão Social. *São Paulo em Perspectiva*. Consultado na World Wide Web a 23 de Julho de 2013, em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v10n01/v10n01_01.pdf

Stoer S., Rodrigues, D., & Magalhães, A., (2003). *Teorias de Exclusão Social* (6). Frankfurt: Peter Lang.

TFUE (2012). *Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia - versão consolidada*. Consultado na World Wide Web a 31 de Julho, em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2012:326:FULL:PT:PDF>.

TL (2007). *Tratado de Lisboa - alteração do Tratado da União Europeia e do Tratado que institui a Comunidade Europeia* (assinado em Lisboa em 13 de Dezembro de 2007). Consultado na World Wide Web a 31 de Julho, em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2007:306:FULL:PT:PDF>.

TUE (1992). *Tratado da União Europeia*. Consultado na World Wide Web a 31 de Julho, em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:1992:191:FULL:PT:PDF>.

TUE (2012). *Tratado da União Europeia - versão consolidada*. Consultado na World Wide Web a 31 de Julho, em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2012:326:FULL:PT:PDF>.

Warren-Scherer, L., (2007). Fóruns e redes da sociedade civil: percepções sobre exclusão social e cidadania. *Política & Sociedade* n°11, pp. 19-40. Consultado na World Wide Web a 23 de Julho de 2013, em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/download/1254/1199

Anexo A - Taxa de desemprego: total e por sexo (%) - Portugal

Taxa - %

+ Anos	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
+ 1983	7,6	4,6	11,6
+ 1990	4,6	3,2	6,5
2000	3,9	3,1	4,9
2001	4,0	3,2	5,0
2002	5,0	4,1	6,0
2003	6,3	5,5	7,2
2004	6,7	5,8	7,6
2005	7,6	6,7	8,7
2006	7,7	6,5	9,0
2007	8,0	6,6	9,6
2008	7,6	6,5	8,8
2009	9,5	8,9	10,2
2010	10,8	9,8	11,9
2011	↓12,7	↓12,4	↓13,1
2012	15,7	15,7	15,6

Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Anexo B – Guiões de entrevistas

Guião de entrevista 1

Idade: _____

Sexo: Masculino

Estado Civil: _____

Escolaridade: _____

Qual é o seu percurso profissional e quanto tempo desenvolveu essa atividade (s)

Está a desenvolver alguma atividade que neste momento

Há quanto tempo procura de emprego

Na sua opinião quais são as maiores consequências da sua situação atual?

Alguma vez se considerou excluído de alguma forma? De que forma.

Qual o motivo que considera que levou à sua situação atual

Gosta de se vestir bem ou se pudesse vestia-se melhor?

Como se sente perante os outros?

Gostava de mudar algo em si?

Acha que o facto de ser homem/mulher influencia a sua inserção no mercado de trabalho?

Tem algum tipo de incapacidade? Se sim de que forma se sente perante a situação

É uma pessoa conservadora ou liberal? Influência ou contribui de alguma forma para a sua situação atual?

Sente-se bem com a sua idade?

Considera que as experiências adquiridas até hoje são uma mais-valia para o mundo do trabalho, ou acha que o fator idade tem mais importância?

Acha que uma pessoa a partir dos 35 anos já é velha para o mercado de trabalho?

Como tem vivido este período de desemprego?

Com a perda do emprego acha que exerce os seus direitos de cidadania?

Como se acha na sociedade? Incluído/excluído e porquê?

Como se definiria em relação:

Trabalho

Corpo

Cidadania

Território

Identidade

De que forma é que a “crise” influencia a sua situação?

Gosta de ser Português? Como se identifica como Português?

Como vê a situação de Portugal

Colocaria em hipótese sair da sua localidade para encontrar trabalho? Em Portugal ou no estrangeiro

Guião de entrevista 2

Idade: _____

Sexo:

Masculino	
-----------	--

Feminino	
----------	--

Agregado familiar: _____

Estado Civil:

Solteiro	
----------	--

Casado	
--------	--

Viúvo	
-------	--

Divorciado	
------------	--

União de facto	
----------------	--

Escolaridade

1º ciclo				2º ciclo		3º ciclo			Secundário			Curso
1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	10º ano	11º ano	12º ano	Superior

AP:

I	S	B	MB

1. Que profissões já exerceu? E por quanto tempo?

2. Há quanto tempo está desempregado?

3. Como tem ocupado o seu tempo?

4. Na sua opinião quais são as maiores consequências da sua situação atual?

5. Alguma vez se considerou excluído de alguma forma? De que forma.

6. Qual o motivo, que na sua opinião, levou à sua situação de desempregado.

7. Gosta de se vestir bem ou se pudesse vestia-se melhor?

8. Como se sente perante os outros?

9. Gostava de melhorar ou mudar algo em si?

10. Acha que o facto de ser homem/mulher influencia a sua inserção no mercado de trabalho? Porquê?
_____T
endo em conta o seu conjunto de valores morais e sociais, considera-se uma pessoa mais tradicional ou moderna? Porquê?

11. Considera que as experiências adquiridas até hoje são uma mais-valia para o mundo do trabalho?

12. Acha que a sua idade influencia a sua situação de desempregado?

13. Na sua opinião, a partir de que idade uma pessoa é considerada velha para trabalhar?

Acha que o facto de estar desempregado influencia, de alguma forma, o seu exercício de cidadania?

14. Como se acha na sociedade incluído ou excluído? Porquê?

15. Como vê a situação de Portugal? Gosta do seu país?

16. Na sua opinião, a “crise” influencia a sua situação?

C
olocaria em hipótese sair da sua localidade para encontrar trabalho? Em Portugal ou no estrangeiro? Porquê?

Guião de entrevista 3

Idade:

Sexo:

Masculino

Feminino

Agregado familiar:

Estado Civil:

Solteiro

Casado

Viúvo

Divorciado

União de facto

Escolaridade

1º ciclo				2º ciclo		3º ciclo			Secundário			Curso
1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	10º ano	11º ano	12º ano	Superior

AP:

I	S	B	MB

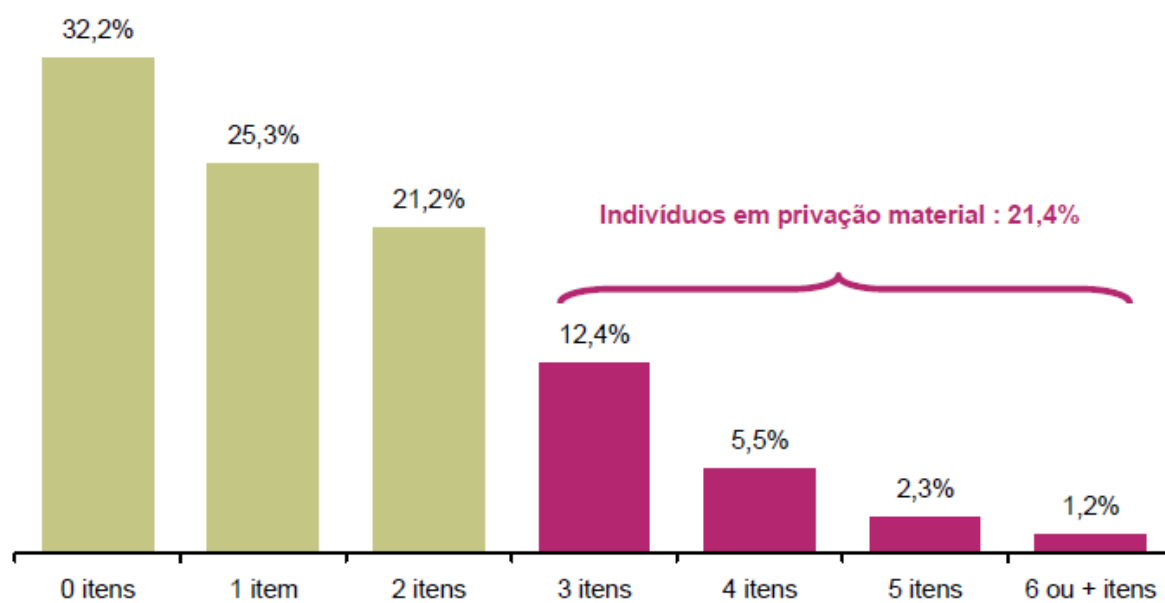
Problemas de saúde:

Recebe alguma prestação social? (desemprego, rendimento de inserção social, ou outro)

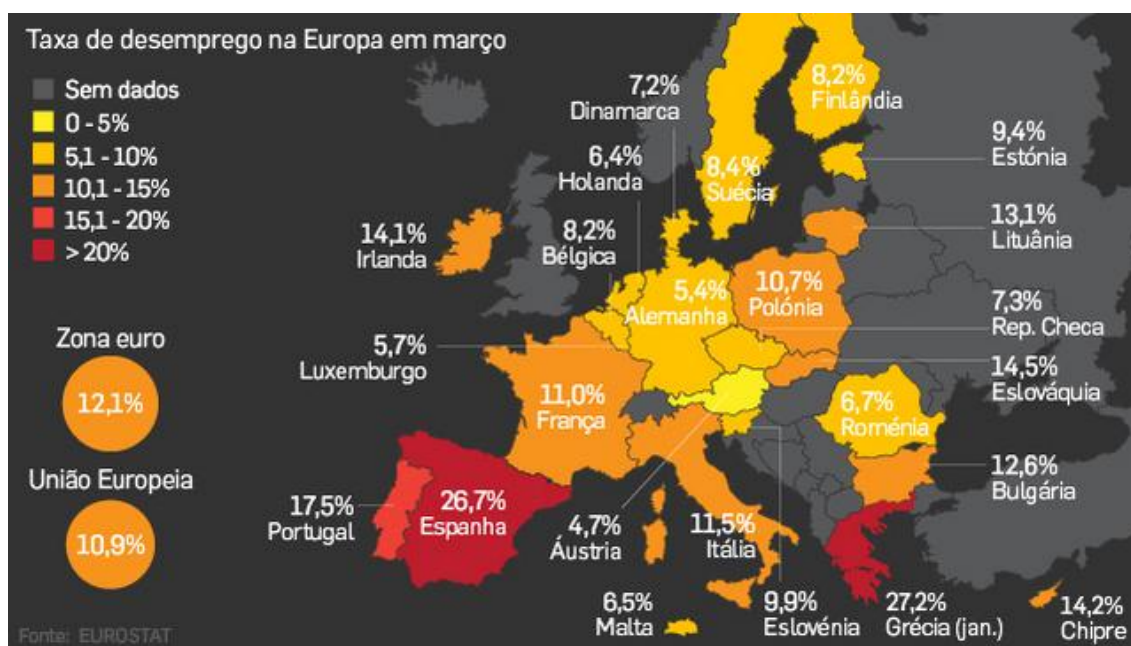
1. Que profissões já exerceu? E por quanto tempo?
2. Há quanto tempo está desempregado?
3. Como tem ocupado o seu tempo?
4. Na sua opinião quais são as maiores consequências da sua situação atual?
5. Alguma vez se considerou excluído de alguma forma? De que forma
6. Qual o motivo, que na sua opinião, levou à sua situação de desempregado.
7. Gosta de se vestir bem ou se pudesse vestia-se melhor?
8. Como se sente perante os outros?
9. Gostava de melhorar ou mudar algo em si?
10. Acha que o facto de ser homem/mulher influencia a sua inserção no mercado de trabalho? Porquê?
11. Tendo em conta o seu conjunto de valores morais e sociais, considera-se uma pessoa mais tradicional ou moderna? Porquê?
12. Considera que as experiências adquiridas até hoje são uma mais-valia para o mundo do trabalho?
13. Acha que a sua idade influencia a sua situação de desempregado?

14. Na sua opinião, a partir de que idade uma pessoa é considerada velha para trabalhar?
15. Acha que o facto de estar desempregado influencia, de alguma forma, o seu exercício de cidadania?
16. Como se acha na sociedade incluído ou excluído? Porquê?
17. Como vê a situação de Portugal? Gosta do seu país?
18. Na sua opinião, a “crise” influencia a sua situação?
19. Colocaria em hipótese sair da sua localidade para encontrar trabalho? Em Portugal ou no estrangeiro? Porquê?

Anexo C- Privação material por número de itens, Portugal 2009



Anexo D –Taxas de desemprego na Europa no mês de março.



Anexo E – Bases de dados das entrevistas

	sexo		idade	grupo etário						
	H	M		35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-65	ano
inq 01		1	46			1				12
inq 02	1		40		1					6
inq 03		1	37	1						
inq 04	1		45			1				
inq 05		1	57					1		4
inq 06		1	39	1						4
inq 07	1		44		1					3
inq 08	1		48			1				
inq 09	1		41		1					10
inq 10	1		38	1						4
inq 11	1		62						1	4
inq 12	1		57					1		
inq 13		1	37	1						
inq 14	1		42		1					4
inq 15	1		48			1				4
inq 16		1	49			1				4
inq 17		1	38	1						6
inq 18	1		45			1				
inq 19		1	44		1					
inq 20		1	48			1				4
inq 21		1	35	1						5
inq 22	1		40		1					4
inq 23		1	44		1					9
inq 24	1		51				1			6
inq 25		1	39	1						6
inq 26		1	47			1				8
inq 27		1	44		1					4
inq 28		1	44		1					4
inq 29		1	35	1						6
inq 30	1		39	1						6
inq 31		1	36	1						6
inq 32	1		37	1						6
Totais	15	17		11	9	8	1	2	1	

nível de escolaridade								
	básico 1º ciclo		básico 2.º ciclo		básico 3.º ciclo		secundário	
nenhum	completo	incompleto	completo	incompleto	completo	incompleto	completo	incompleto
							1	
			1					
1								
1								
	1							
	1							
		1						
1								
								1
	1							
	1							
1								
1								
	1							
	1							
	1							
			1					
1								
1								
1								
				1				
	1							
					1			
			1					
			1					
						1		
	1							
	1							
			1					
			1					
			1					
			1					
8	10	1	8	1	1	1	1	1

estado civil				
solteiro	casado	divorci	viúvo	união de fact
	1			
1				
		1		1
	1			
			1	
	1			
	1			
			1	
				1
	1			
	1			
	1			
	1			
	1			
	1			
	1			
		1		
	1			
	1			
		1		
	1			
	1			
			1	
	1			
		1		
	1			
1				
		1		
	1			
	1			
	1			
	1			
2	21	5	3	2

núcleo familiar								
nenhu	com 2	com 3	com 4	com 5	com 6	com 7	com 8	com 9
			1					
		1						
		1						
								1
								1
					1			
					1			
1								
				1				
			1					
	1							
1								
					1			
					1			
				1				
			1					
		1						
				1				
				1				
				1				
				1				
	1							
					1			
					1			
			1					
	1							
					1			
			1					
					1			
		1						
		1						
		1						
2	3	9	5	4	6	1	0	2

tempo de desemprego (anos)						
< 1	1-2	2-3	3-4	4-5	> 5	
					1	
		1				
		1				
		1				
					1	
			1			
				1		
			1			
	1					
				1		
				1		
				1		
					1	
		1				
1						
					1	
			1			
					1	
					1	
				1		
				1		
			1			
				1		
		1				
	1				1	
	1					
					1	
	1					
	1			1		
	1					
		1				
1	5	6	4	8	8	

doenças		
sem com descrição		
	1	depressão
1		
	1	depressão
1		
	1	lesão física (queda)
1		
1		
	1	deficiente na perna
1		
1		
	1	stresse pós-traumático (guerra), problemas
	1	não definida (gostava de ter mais saúde)
1		
1		
1		
	1	doença
1		
1		
1		
1		
1		
1		
1		
1		
	1	coluna
1		
1		
1		
1		
1		
1		
1		
24	8	